Geografia política

Geografia política

Helena Rizzatti Fonseca

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente
Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação
Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico
Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica
Daniela Resende de Faria

Editorial
Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fonseca, Helena Rizzatti
F676g Geografia política / Helena Rizzatti Fonseca. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
168 p.

ISBN 978-85-522-0259-2

1. Geografia. I. Título.

CDD 910

2017
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/

Sumário

Unidade 1 | Da política à geopolítica contemporânea 7

Seção 1.1 - As teorias políticas 9
Seção 1.2 - Da geografia política a geopolítica 24
Seção 1.3 - As ordens mundiais: relações de poder x território 35

Unidade 2 | Território, suas fronteiras e suas regionalizações 49

Seção 2.1 - Estudos sobre o território 51
Seção 2.2 - Fronteiras: territórios em disputa 64
Seção 2.3 - Regionalização: entre o lugar e o mundo 75

Unidade 3 | A Geopolítica e suas implicações nos usos do território: dos recursos naturais aos conflitos socioeconômicos, religiosos e étnicos 91

Seção 3.1 - Soberania e imperialismo: pensando a colonização 93
Seção 3.2 - Principais conflitos socioeconômicos do mundo 105
Seção 3.3 - Principais conflitos religiosos e étnicos do mundo 115

Unidade 4 | Geopolítica do Brasil e da América Latina e novos arranjos geopolíticos 131

Seção 4.1 - Geopolítica na América Latina 132
Seção 4.2 - Geopolítica brasileira 144
Seção 4.3 - Novos arranjos geopolíticos do Brasil e do mundo 155

Palavras do autor

Caro (a) estudante

Bem-vindo (a) ao curso de Geografia Política. Nele, trabalharemos a compreensão de política nos territórios delimitados pelo Estado-Nação, abrangendo as diversas escalas da ação política sobre os territórios, para que esse conhecimento seja construído com seus futuros estudantes.

Trataremos da compreensão das relações diretas e indiretas entre Estados Nacionais, seus recursos naturais e das relações diplomáticas estabelecidas, que, ao se estremecerem, podem causar guerras e/ou muitos outros conflitos. Pretendemos, dessa forma, refletir sobre as diversas consequências das relações políticas entre os Estados Nacionais do mundo contemporâneo.

Para essa caminhada de aprendizagem estão dispostas quatro unidades: 1. Da Política à Geopolítica Contemporânea; 2. Território, Fronteiras e Regionalizações; 3. A Geopolítica e suas implicações nos usos do território: dos recursos naturais aos conflitos socioeconômicos, religiosos e étnicos; e 4. Geopolítica do Brasil e da América Latina e novos arranjos geopolíticos.

Assim, partiremos do entendimento do que é a política e o papel do Estado-Nação como base para tratarmos da Geografia Política e da Geopolítica, como se diferenciam e se aproximam, em períodos anteriores e no período atual. Para concluir a unidade faremos uma retomada histórica dos principais Estados Nacionais do mundo a partir da História Moderna (após a Revolução Francesa).

A segunda unidade traz um dos conceitos mais importantes da Geografia e as categorias que a dinamizam: o território, as fronteiras e as regionalizações. O que é o território e como podemos utilizá-lo? Qual a dinâmica das fronteiras no mundo atual, onde tem-se a impressão, em grande parte enganosa, de redução das fronteiras do Estado Nacional? E como as diversas regionalizações possíveis diferenciam nossa leitura do mundo contemporâneo? Essas são questões centrais na segunda unidade.

Na sequência, trabalharemos na terceira unidade a implicação da Geopolítica nos usos dos territórios. Milton Santos (2000) enfatiza

que o território é usado por todos os agentes (Estados, corporações e sociedade), porém com poderes diferentes. Aqui, trata-se, então, de retomar os importantes conceitos de Soberania e Imperialismo, que serão enfaticamente estudados. E, a partir deles, reanalisaremos os conflitos socioeconômicos, religiosos e étnico-culturais que se destacam no período atual. Em primeiro lugar, é preciso diferenciar cada um desses tipos de conflitos e, na sequência, estudar essa diferenciação ao analisar algumas situações de grande destaque no mundo.

Para concluir, na última unidade, nosso foco será na Geopolítica da América Latina e do Brasil, inicialmente, buscando retomar o caráter histórico de tal geopolítica e desdobrá-la à luz das mudanças políticas mais recentes nesses territórios. E finalizaremos com a retomada das mudanças mais marcantes na geopolítica mundial contemporânea.

Será uma jornada percorrendo alguns séculos de histórias e muitas transformações no espaço em nível mundial. Vamos a ela!

Da política à geopolítica contemporânea

Convite ao estudo

Nesta unidade, trabalharemos com os conceitos de política, Estado, Estado-Nação e Teorias Políticas, que embasarão nossas reflexões acerca do funcionamento do Pacto Federativo - modelo de distribuição do poder adotado no Brasil e a legislação entre os entes federativos. Pretendemos, assim, compreender esses conceitos essenciais para prosseguir com os estudos sobre o território, visualizando como eles contribuem em sua estruturação.

Na próxima seção, veremos as diferenças entre Geografia Política e Geopolítica e as mudanças que essas disciplinas sofreram no período mais recente. Por fim, na última seção, retomaremos as teorias políticas aplicadas ao conceito de Estado, para buscar uma compreensão dos acontecimentos e das mudanças mais importantes que ocorreram na sociedade entre o final do século XIX, durante o século XX e no início do século XXI.

Para pensarmos o sentido e os desdobramentos da política e do Estado, iniciaremos nossos estudos a partir de um contexto que envolve a analogia entre uma família muito simpática e os Estados Nacionais Democráticos. Descreveremos, na sequência, um pouco dessa família que nos acompanhará ao longo dessa unidade.

Clarisse Braga é uma mulher de meia idade que trabalha em período integral num escritório de contabilidade. Ela vive com seus três filhos (Raul, Renato e Rodolfo - 14, 12 e 9 anos, respectivamente) e com seu pai, um octogenário aposentado e metódico que está com a família há pouco tempo. A família Braga vive em uma casa com dois quartos e uma suíte. Nesse contexto, a suíte pertence à mãe, em um quarto dorme o avô, enquanto o outro é dividido

entres os 3 filhos. Na casa há ainda, além da cozinha e de uma sala de estar, um banheiro que é compartilhado pelos filhos e pelo avô, além de um quintal no fundo onde mora Roger, o cachorro da família. Roger é um vira lata de 4 anos, muito brincalhão e desordeiro que possui certa dificuldade em acatar ordens.

Seção 1.1

As teorias políticas

Diálogo aberto

Administrar uma família e uma casa não são tarefas fáceis. Clarisse enfrenta muitos desafios todos os dias, afinal mediar os conflitos e os interesses que existem entre os membros da família é mesmo complicado. Como ela assume uma posição de liderança é sempre a ela que todos os envolvidos recorrem, quer seja em um momento de alegria, quer seja em um de crise. Os momentos, em ambas as situações, são vivenciados e compartilhados por todos e Clarisse precisa estabelecer parâmetros e limites para mediar essas relações, algo que a cada dia se torna mais exaustivo na medida em que os interesses são, na maioria das vezes, antagônicos e as partes envolvidas quase sempre alegam injustas as decisões tomadas em função de uma ou de outra parte. Clarisse, em um dia na hora do almoço, conversando com um amigo, traçou um paralelo entre a gestão de um Estado Nacional e a domiciliar. Para tanto, como é possível pensar em uma analogia como essa para resolver o conflito em casa? Sabendo-se que as relações de poder são construídas por atores sociais e em certos contextos, como trabalhar com elas nos casos citados e a partir dos conceitos geográficos e dos parâmetros elencados por Clarisse?

Não pode faltar

O QUE É POLÍTICA

Desde os primórdios da vida humana, quando os seres humanos se tornaram sedentários e passaram a organizar as estruturas de uma sociedade, a política permeia todas as dimensões do cotidiano. Isso quer dizer que ela está presente em nosso dia a dia e é a partir dela que regulamos nossa vida em sociedade. Seja em uma pequena cidade ou em algum grande centro metropolitano, o fazer política está presente como principal referência pela qual nossas relações e vidas como grupo transcorrem. Há múltiplas interpretações e definições de política, contudo, esse conceito exige uma compreensão mais

ampla e não deve se limitar ao entendimento de poder político, o que reduziria seu significado à compreensão de algum órgão de administração pública cuja denominação é política institucional.

A política institucional trata dos órgãos e das ações que corriqueiramente se entende por política, tomando como referência as três principais escalas da política brasileira: a Prefeitura (no município), o Governo (no estado), a União (na Federação) e as eleições para seus respectivos cargos do executivo - prefeito (a), governador (a), presidente (a) - e do legislativo - vereadores (as), deputados (as), senadores (as). Além desses, costumamos compreender com facilidade os cargos para os quais não há votação direta, mas compõem a política institucional: as secretarias (de habitação, transporte, cidadania, entre outras), que compõem as prefeituras e os governos, e os ministérios, no âmbito federal.

Porém, além dessas instituições políticas que constituem o Estado, a política ocorre constantemente em diversos outros espaços que fazem parte do cotidiano da sociedade. Em uma igreja por exemplo, o fazer política não se limita às suas relações apenas com as diversas instituições políticas, mas ocorre também nas ações e campanhas que buscam combater a fome, a miséria, a violência e/ou fomentar a solidariedade junto aos seus membros. Outro exemplo são os sindicatos que não restringem seu fazer político à política sindical, desenvolvida pelo Estado para tanto, mas se relaciona à própria atividade do sindicato, com seus filiados e com as empresas que os empregam. Do mesmo modo acontece nas escolas, onde a Política não se dá apenas nas relações com os órgãos institucionais que as regulam e lhes apresentam as diretrizes, mas, também, nas relações do corpo docente com os alunos, junto à coordenação, na relação da direção perante aos pais e entre os próprios trabalhadores da escola, incluindo os relacionamentos cotidianos entre as pessoas.

O mesmo se dá com os movimentos feministas, negros, entre outros, que não se limitam a lutar por mais direitos apenas dentro do Estado, mas também trabalham em ações de conscientização, realizadas formal ou informalmente, com a sociedade. As empresas, por sua vez, têm políticas para atingir determinadas metas, executar determinados planos de ação ou mesmo para se relacionar com outras empresas cujos resultados podem se refletir em escala global.

Vocabulário

Fazer política: ação do cidadão carregada de intencionalidade; todas as ações podem carregar uma parcela de política que será maior ou menor dependendo das relações envolvidas e do lugar onde se dá.

Política: arte ou ciência de governar, organizar, dirigir e administrar nações ou Estados; no caso se é uma ciência, trata-se da ciência política.

Sendo assim, não há relações nos lugares nos quais vivemos que não sejam políticas, pois viver em sociedade está diretamente relacionado a viver **politizadamente**, ou seja, **enxergar que todas as nossas ações em todos os lugares carregam algum tipo de política**.

Assimile

É importe que a diferença entre o ser político e o ser politizado fique clara.

Ser politizado: está ligado especificamente à esfera institucional política, ou seja, aos momentos de eleições, aos eventos políticos, entre outros.

Ser político: trata das relações cotidianas do viver em sociedade que são constantemente políticas, mesmo que não se pense objetivamente na política envolvida nas ações e debates realizados em nosso dia a dia.

A redução do entendimento da política - restrita às relações e políticas dadas nas instituições governamentais e aos espaços onde elas se realizam - é resultado da proporção que ganham tais instituições, do seu gigantismo, dado pela forma como o Estado, na sociedade atual, se apresenta: onipresente, ou seja, está em todos os lugares ao mesmo tempo. Essa ideia vem acompanhada de um conjunto de normas e regras que buscam regular o uso do termo política, ou seja, de limitá-lo. Dessa maneira, avilta-se do eleitor seu papel político no cotidiano, atribuindo a capacidade de exercer a política somente ao membro eleito que é, no Brasil, quem se responsabiliza unicamente por fazer a política institucional do Estado. Tal confusão pode, muitas vezes, ser fomentada pelo próprio Estado, que busca, assim, reduzir a ação política dos cidadãos. Isso é apenas uma visão política e não uma verdade absoluta.

Com isso, constrói-se uma alteração no valor da política, já que uma conjuntura institucional desfavorável (fruto de corrupção, ausência de representatividade e descrédito, entre outras opções) reflete na desmoralização da política, ou, como denomina Maar (1991), "politicagem", que resulta no afastamento da sociedade do fazer político e no concomitante fortalecimento da ideia de que somente nos espaços institucionais se 'faz política'.

Assim, é importante entendermos que existem, ao mesmo tempo, diversas políticas, ou melhor, diversas propostas de políticas e diversos espaços políticos na sociedade. Talvez aí esteja uma das características mais importantes na compreensão da política: a de que ela permeia o cotidiano e as relações da vida em sociedade.

Reflita

Em junho de 2013, pudemos vivenciar no Brasil e acompanhar em diversos outros países do mundo, como a população tem força para pressionar e até alterar o governo de seu país ao se manifestar, mostrando que não é apenas no momento das eleições que fazemos política. No Brasil, nos meses de maio, junho e julho do ano citado, ocorreram uma série de atos e manifestações nas principais cidades brasileiras inicialmente relacionadas ao transporte público. Essas manifestações ficaram conhecidas como **Jornadas de Junho**. Os protestos, desencadeados pelo Movimento Passe Livre (MPL), se levantam, inicialmente, contra o aumento da tarifa do transporte público e ganham força com as reivindicações sobre a ineficiência desse serviço.

Em quais outras situações do seu cotidiano é possível perceber a realização da política?

AS TEORIAS POLÍTICAS: INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da origem e constituição do Estado geram muita controvérsia entre os estudiosos do tema. Eles divergem quanto à época de seu aparecimento e, também, quanto aos motivos pelos quais o Estado se constitui. Há três correntes teóricas que debatem a época de seu aparecimento, a primeira delas trata o Estado como algo que sempre existiu. Assim, desde os primórdios da própria existência humana haveria Estado.

Essa ideia se fundamenta no fato de que sempre houve uma forma de organização que integra o convívio social. Os autores ligados a essa corrente consideram o Estado como onipresente e sendo o princípio

unificador e organizador das sociedades. Para outros autores, porém, a Humanidade existiu sem Estado durante um certo período e por motivos diversos ele foi constituído para atender às necessidades dos grupos sociais. Contudo, a formação dos Estados, nessa concepção, se dá de forma diferenciada no espaço, no tempo das diversas sociedades e nos grupos sociais heterogêneos. Uma terceira corrente de pesquisa é ligada a autores que só admitem o Estado em algumas sociedades políticas, que devem ser dotadas de determinadas características específicas, dentre elas, se destaca a soberania que consiste na capacidade de controle sobre o território (e seus recursos) e sobre a população nele residente por parte da própria população ou do Estado. Para esses autores, tal Estado só pode se constituir a partir do século XVII, quando os ideais absolutistas que regiam os Estados até a Revolução Francesa (1789), entram em decadência. Isso se deve ao fato de que tal evento marca o nascimento da História Moderna, logo, do Estado Moderno, com a ascensão dos ideais Iluministas.

Já com relação às possíveis motivações e anseios que atuariam na formação dos Estados, existem algumas teorias que debatem o assunto, dentre as quais, aqui destacamos seus principais pensadores: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Teorias Políticas Clássicas (Contratualistas)

Os três principais nomes na teoria política clássica - Hobbes, Locke e Rousseau -, também conhecidos como Contratualistas, atribuem a origem do Estado a um acordo: a formação de um pacto ou um contrato social. Esse contrato funcionaria mediante um consenso, um acordo, e não como um documento firmado em cartório. Dessa forma, postula um estado de relações humanas livres de qualquer ordem social, o estado natural no qual não haveriam leis nem normas para regular as ações do cotidiano do grupo. Em determinado momento, a sociedade ou grupo sente a necessidade de reconhecer uma autoridade (governo) central e um conjunto de regras, ou seja, formam um pacto social com o intuito de manter a sobrevivência do coletivo.

Thomas Hobbes (1588-1679): Hobbes foi um cientista inglês cuja principal obra escrita chama-se *O Leviatã* (1651). Para Hobbes, de modo geral, o estado natural do homem era o estado de guerra.

Isso quer dizer que os homens não vivem em cooperação natural e que o instinto do homem é egoísta e inseguro. Dos três pensadores tomados como clássicos, Hobbes é o único que utiliza o termo acordo ao invés de contrato social, fato que já permeia a ideia que este acordo é algo artificial e só se estabelece quando o homem se sente ameaçado, uma vez que, naturalmente, ele tende a atacar o outro. Uma de suas frases mais famosas é "O homem é o lobo do homem".

Partindo do princípio de que solidariedade e cooperação não são inatas ao homem, a vida no estado de natureza vai se tornando insustentável e faz-se necessária a construção de normas e regras e que elas sejam seguidas. Caso contrário, ocorreria a destruição da sociedade. Dessa maneira, os homens devem renunciar mutuamente à parte de sua liberdade, de seus direitos (para Hobbes, os homens nascem livres) para estabelecer um pacto, um acordo. Com isso, transfere-se o poder de legislar e executar as leis a um poder central, a um Estado que, quando reconhecido pela sociedade, tem amplitude para fazer valer o pacto social e atenuar a barbárie. Assim, mesmo perdendo parte de seus direitos, ou melhor, transferindo parte de seus direitos, os indivíduos se mantêm seguros e em paz a maior parte do tempo.

Com essa transferência de poder, caminha-se do estado natural para o estado civil, ou seja, cria-se um poder absoluto que pode usar da força para manter a paz e a segurança do grupo. E o soberano (uma ou mais pessoas) se torna o titular dos direitos e do poder político. Essa teoria de Hobbes ajudou a manter as Monarquias Absolutistas na Europa no poder por muitos anos.

John Locke (1632-1704): Locke tem como uma de suas principais obras o livro *Dois tratados e um Governo*. Nela, o autor defende que a formação do homem não se dá a partir do medo (1998). Diferente de Hobbes, Locke acredita que o estado natural do homem não é o caos, a guerra. No entanto, nos momentos em que a guerra acontece há necessidade de se criar o Estado para que exista uma instância superior que possa realizar julgamentos de forma neutra, ou seja, sem parcialidade. Dessa maneira, os cidadãos, de forma livre, escolhem seus representantes para conduzir o Estado a fim de lhes garantir os direitos expressos pelo contrato social.

Assim, o Estado deve garantir a liberdade e o direito à propriedade.

Para Locke a propriedade já existe no estado de natureza e, por isso, o papel do Estado é garantir tal propriedade. Dessa forma, os cidadãos abrem mão de seus direitos, sobretudo de dois em especial: o de legislar e o de executar as leis em prol de seu direito de defesa e justiça. Na verdade, os direitos de legislar e de executar são transferidos para o Estado que, via pacto social, tende a criar as leis e fiscalizá-las.

Sendo assim, Locke se diferencia de Hobbes principalmente em relação ao estado natural humano. Para ele, o homem não é "o lobo do homem", e sim um ser social e político. Todavia, ele evolui para um estado civil, aderindo ao contrato social. O autor também refuta a ideia do soberano, ou seja, de que exista, na população, indivíduos pré-dispostos ao governo, que nascem com poder. Para Locke, a administração do Estado e as Leis devem ser a expressão da vontade da Assembleia, e não fruto da vontade de um soberano. Esse autor tem como um dos seus objetivos refutar a doutrinação do direito divino de governar das Monarquias Absolutistas. Dessa forma, se os eleitos não forem cumpridores do pacto social e dos interesses dos cidadãos, o povo tem o direito de insurreição, ou seja, de retirá-los do poder.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): Rousseau é o cientista suíço mais popular no Iluminismo e um dos mais influentes da Revolução Francesa. Uma de suas principais obras é intitulada *Do Contrato Social*. Nela, ele buscou compreender o funcionamento do Estado, durante meados do século XVIII. Para esse autor, o estado natural humano é essencialmente bom e a sociedade o corrompe, na medida em que a natureza do ser humano é boa, ele é bom por natureza. Dessa forma, suas ideias se diferenciam dos outros autores mencionados, pois Rousseau coloca a visão de que a sociedade avilta as relações humanas, violentando a humanidade. Segundo ele, todos os homens nascem livres e iguais, mas o contato com a sociedade os priva de tal liberdade, gerando desigualdade entre os cidadãos. Para Rousseau, a propriedade privada é o elemento central para manutenção e fomento dessas desigualdades, acirrando rivalidades e conflitos.

Dessa forma, os proprietários, com a intenção de proteger suas posses colocam a necessidade de um governo central, capaz de protegê-los, caso contrário, com a ausência desse governo, a guerra seria inevitável. Estabelece-se, dessa maneira, a formação de um contrato social desigual cujo reflexo é uma sociedade desigual.

Rousseau propõe, a partir disso, a necessidade de resgate do estado de natureza, no qual os homens são livres. Para isso, é necessário um contrato social no qual os direitos não se imponham pela força, mas, sim, pelo diálogo.

O pacto social, assim, para ser legítimo, deve ser pautado na alienação das vontades individuais como condição de igualdade a todos, isso quer dizer, alienar as liberdades e igualdades individuais (dadas pelo estado de natureza) em troca de liberdades e igualdades civis. Assim, soberano seria o povo e não um rei ou entidade. Estes seriam "funcionários" do povo. Com a soberania popular o povo passa, então, a governar, enquanto o administrador eleito, respeitando os elementos do pacto social, restringe-se a função de agente do povo. O poder pode ser dividido (Executivo e Legislativo), contudo, sem divisão da soberania, da vontade geral nem dos anseios e desejos daquela determinada sociedade.

Pesquise mais

Não são somente os pensadores aqui citados que se dedicaram aos estudos acerca das teorias políticas. Para estender um pouco mais seu conhecimento sobre elas, destacamos, dentre muitos pensadores, **Immanuel Kant (1724-1804)**, um importante filósofo do século XVIII que tratou de questões mais conectadas ao direito público e privado ao refletir sobre o Estado. Ele estabeleceu uma definição para o conceito de República e tratou outros conceitos de grande importância para a História do Pensamento Geográfico, auxiliando diretamente no estabelecimento da Geografia como uma ciência. Seu livro mais lido chama-se *Crítica da Razão Pura* (1788) no qual trata com profundidade o conceito de espaço.

O PAPEL DOS ESTADOS-NACIONAIS

Isto posto, é latente a necessidade de distinção entre alguns termos e conceitos que geralmente são utilizados de forma equivocada, gerando confusões em seus significados. São eles o conceito de Nação e de Estado-Nação. Como já vimos, o Estado atua como uma instância superior, que tem como amplitude de suas ações regular, fiscalizar e tributar uma respectiva sociedade, ou seja, atua de forma normativa e organizacional, situando-se no cerne das unidades político-territoriais.

Dessa forma, tomaremos aqui o conceito de Nação como a união entre um mesmo povo, que possui um sentimento de pertencimento, de união entre si, reconhecendo um passado em comum (mesmo que haja divergências na interpretação dos fatos históricos) e que planejam um futuro também em comum, na medida em que acreditam que esse futuro é melhor se estiverem unidos e não separados, mesmo que alguns tenham o desejo de modificar a organização social e seu sistema político. Em muitos casos, compartilham certos hábitos culturais e práticas sociais, como é o caso da nação brasileira que apresenta grande diversidade social dentro do território brasileiro.

O conceito de Estado-Nação, também chamado de Estado Nacional, consiste em uma unidade político territorial soberana, isso quer dizer que é um conjunto formado por uma nação, um Estado e um território. O termo nasceu na Europa no final do século XVIII e início do século XIX, atrelado aos ideais da Revolução Francesa e correspondendo a fase nacionalista do Ocidente. Dessa forma, o conceito de Estado-Nação está diretamente ligado à formação dos Estados Modernos, advindos da Revolução Industrial e seguindo os preceitos da lógica do modo de produção capitalista.

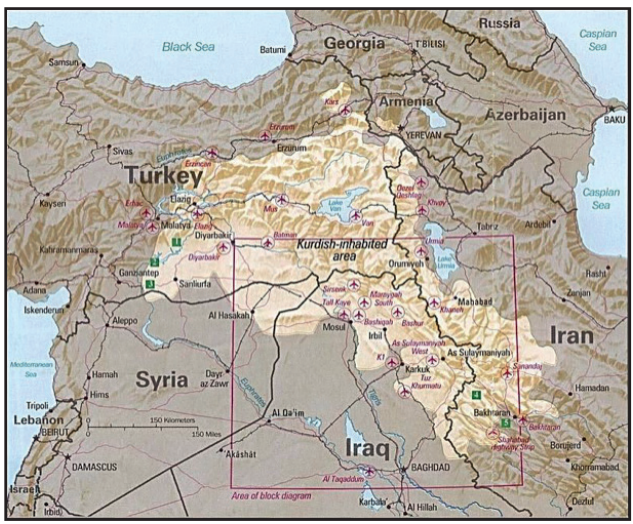
Dessa forma, temos os Estados soberanos aliados à construção de um ideal de nação, ou seja, mediante a criação de um forte sentimento nacionalista junto a população de cada unidade político-territorial. Esse fato justificou uma série de investimentos tecnológicos, incrementados com o avanço das Revoluções Industriais, aumentando as possibilidades de geração e acúmulo de riquezas (heranças, rendas e lucros). Isso permitiu maiores investimentos em artefatos militares, tanto para defesa quanto para o ataque. Esse fato fica latente com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), acirrando o clima nacionalista, sobretudo na Europa.

A criação do Estado-Nação é um dos elementos fundamentais para o impulso do sistema econômico capitalista, pois fortalece a compreensão da existência de um mercado interno e um externo: o primeiro permite um entendimento do potencial econômico de cada Estado-Nação e viabiliza a geração e acúmulo de renda dentro do território, uma vez que os novos produtos criados a partir da Revolução Industrial são comercializados também internamente e dependem da capacidade de produção e de consumo de cada Estado-Nação. Já o segundo se consolida concomitantemente a

esse processo de delimitação e compreensão do que é o mercado interno, algo que não estava tão claro durante as trocas comerciais, de grande importância nas sociedades que se constituíram antes da implantação do Estado-Nação. Além dos mercados internos e externos, a padronização das normas e das regulamentações desses Estados Nacionais potencializaram o comércio nacional e internacional e em larga escala.

Exemplificando

Um dos casos mais emblemáticos da atualidade é o dos curdos. Eles se consideram como uma Nação na medida em que compartilham elementos étnicos, linguísticos e culturais. No entanto, não possuem um território, haja vista não existe a pátria curda, ou Curdistão. Muitas de suas terras pertencem a outros países que, por sua vez, não desejam abrir mão das mesmas em favor de outros povos. Observe o mapa seguinte e note que os curdos se distribuem entre Turquia, Síria, Irã, Iraque e Armênia.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Curdos#/media/File:Kurdish-inhabited_area_by_CIA_(1992).jpg> Acesso em: 16 jun. 2017.

Dessa maneira, é fundamental o entendimento do conceito de Estado-Nação e de sua importância no mundo moderno (História Moderna), posto que, é a partir de sua formação que a lógica capitalista ganha força e tende a alcançar boa parte do planeta. Assim, esse termo, desde o seu surgimento, tem recebido interpretações

distintas quanto à sua evolução. Para alguns autores, com o passar do tempo e do desenvolvimento histórico, esses Estados perdem força e os mercados se tornam os grandes organizadores e reguladores. Contudo, há outros autores que discordam categoricamente dessa posição. Para eles, o Estado na verdade não diminuiu, mas, sim, tornou-se cada vez mais onipresente em seu território, na regulação do mercado e na organização da produção nesse território. Além disso, a normatização dessas relações estaria sempre a cargo dos Estados, o que pressupõe a sua manutenção.

Assimile

Estado: entidade política e geopolítica responsável pela manutenção da normatização, fiscalização e tributação.

Estado-Nação: parcela do território dominado por um governo soberano, ou seja, com uma política legislativa própria.

Nação: conceito ligado ao estabelecimento de um povo com elementos sociais e culturais em comum, mas não necessariamente iguais.

PACTO FEDERATIVO

Seguimos, agora, com uma das várias formas de organização dos Estados-Nação: o federalismo, destacada aqui porque é utilizada pelo Estado brasileiro como forma de administração e organização de nosso território desde a Constituição de 1934, texto onde esse termo aparece pela primeira vez.

Em linhas gerais, federalismo é um sistema de governo no qual a união de Estados se constitui na formação de uma Federação, assim, os Estados conservam certa autonomia frente a União e aos demais Estados da Federação. Em outras palavras, corresponde a um governo central difuso que permite a seus membros (estados federados) tanto determinarem seus objetivos bem como os meios e as estratégias de alcance dos mesmos, tendo em vista as regras estabelecidas na Constituição Federal. Trata-se de uma partilha de competências políticas entre as instituições governamentais nas diferentes esferas de governo (municipal, estadual, federal), sendo o exemplo norte-americano estadunidense o fundador e principal difusor de tal modelo.

Neste sentido, a proposta de federalismo estadunidense surge com o objetivo de criar um governo em um vasto território (Estados

Unidos da América – EUA). Isso quer dizer a necessidade de criação de um governo nacional forte o suficiente para exercer o controle de todo o território, todavia, sem que se torne grande e forte ao ponto de restringir as liberdades individuais. Dessa maneira, o federalismo aparece como uma solução que afasta o autoritarismo e permite o controle e gestão desse extenso território, sendo que o poder nacional não reduz o poder dos estados. Mesmo ocorrendo algumas limitações à autoridade central, eles continuam com autonomia na tomada das decisões. Nesse caso, as alterações nos conjuntos das leis entre os estados norte-americanos deixam tal liberdade explícita, pois mesmo com leis e regras gerais (em nível federal), eles são autônomos na definição dos seus procedimentos legislativos.

Diferente do caso estadunidense, a federação brasileira não surge com a união de estados e, sim, com a descentralização de um Estado unitário. O federalismo brasileiro inspira-se e baseia-se no modelo estadunidense, embora haja distinções marcantes no modo como elas tratam o território de cada um desses Estados-Nação.

Mesmo sendo definido pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1934, diferentemente dos EUA, houve diversos momentos em que o equilíbrio federativo foi rompido, gerando lacunas nos aparatos e serviços estatais, sobretudo em 1967 (com a Constituição Brasileira imposta pelo regime político-militar, a Ditadura Militar). Somente a partir da Carta Magna de 1988, o Brasil passa a melhor regulamentar e se gerir como uma Federação.

Uma caraterística muito particular do federalismo brasileiro é que a esfera municipal é compreendida como um ente da federação, ou seja, possui capacidade de legislar sobre alguns elementos na escala local (municipal), assim como se responsabiliza por administrar diversas esferas de responsabilidade do Estado (como a Educação Infantil, por exemplo). Dessa maneira, desdobram-se dois elementos importantes da política brasileira: acentua-se a competição entre os municípios já que estes disputam entre si por recursos oriundos da União ou de seus respectivos estados; e recaem sobre tais municípios responsabilidades legislativas e administrativas que nem sempre condizem com as receitas repassadas pela União. Podemos citar, como exemplo, a resolução dos grandes problemas habitacionais existentes nas cidades brasileiras. Eles são encargos municipais, todavia, necessitam de um montante de recursos muitas vezes

superior ao que é arrecadado e recebido pelo município.

Assim, o pacto federativo brasileiro (o acordo firmado entre União, estados e municípios) centraliza o poder na capital federal (Brasília/DF) e distribui os recursos arrecadados. Contudo, os estados e municípios alegam que essa divisão se dá de forma desigual, acarretando numa guerra fiscal e forçando-os a diminuir suas taxas e impostos a fim de atrair empresas, enquanto os impostos federais são concentrados em Brasília nas políticas que se dão em escala federal, como o Ensino Superior, por exemplo. Com isso, temos uma série de economistas, cientistas políticos e intelectuais que propõem um novo pacto federativo no qual se priorize os municípios, permitindo-os administrar uma parte maior da arrecadação que ali é produzida.

Sem medo de errar

Para melhor compreensão de seu cotidiano, mais praticidade e assertividade em suas decisões, Clarisse faz uma analogia entre seu núcleo familiar e a administração de um Estado-Nação. Para assim, buscar soluções mais democráticas frente aos conflitos do cotidiano.

Para elaborarmos uma analogia entre a família de Clarisse e o Estado Nacional é necessário pensarmos como seu papel de mãe e chefe de família, está diretamente ligado à direção executiva de um Estado-Nação, sendo ela a representante com maior poder dentro de um Estado-Nação. Logo, ela seria a União, pois, como chefe da família, Clarisse é responsável pelo orçamento familiar, gestão dos gastos e divisão dos recursos (conforme necessidade de cada um e julgamento da mesma).

Já seu pai e avô das crianças, o Estado (províncias), uma vez que possui maiores responsabilidades (em relação aos filhos/netos) e a maior parte no orçamento, já dividido por Clarisse, todavia também assume responsabilidades com as despesas, assim como as preocupações com o fechamento do orçamento, bem-estar e segurança da família. Ou seja, além de Clarisse, ele é quem tem maiores poderes junto aos membros da família.

Seguindo a analogia, seus filhos seriam os municípios, com menores responsabilidades e a menor fatia orçamentária. Eles apresentam preocupações especificas a seus cotidianos (municípios) e não com o todo (União), disputando, pé de igualdade, em qualquer

situação e/ou decisão familiar. Além desses fatores, em se tratando de um Estado-Nação, a casa seria o território sob o domínio de Clarisse; seus filhos e seu pai (o avô das crianças), os recursos (comodidades de horário, flexibilidade na utilização de certos cômodos etc) que ela pode usufruir para auxiliá-la nas atividades do seu território (casa), já que este é comum e de interesse de todos.

Faça valer a pena

1. Leia atentamente as colunas abaixo:

Conceito	*Definição*
A) Estado	1. Conceito ligado à formação de um povo, indicando compartilhamento de certas práticas sociais e culturais.
B) Nação	2. Conceito ligado à formação de um governo soberano, ligado a um povo, com suas próprias leis e regimentos.
C) Estado-Nação	3. Conceito ligado a um poder central, política e geopoliticamente responsável pela legislação e execução de leis e regras.

Com base no quadro acima, associe os conceitos com as definições e assinale a alternativa correta:

a) A-1, B-2, C-3.
b) A-2, B-3, C-1.
c) A-3, B-2, C-1.
d) A-3, B-1, C-2.
e) A-2, B-1, C-3.

2. Leia atentamente o fragmento de texto a seguir:

[...] a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) _____ na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; [...] (HOBBES, 1992, p. 122)

Selecione a alternativa que melhor se enquadra no seguimento em branco do fragmento de texto anterior.

a) ( ) nada mais é do que uma simples guerra de todos contra todos.
b) ( ) era livre e harmoniosa entre os membros do grupo.
c) ( ) era espontânea, dependendo das condições de cada grupo social.
d) ( ) ocorria mediante o diálogo entres as pessoas do grupo.
e) ( ) era distinta, de acordo com a localidade do grupo social.

3. Leia as seguintes afirmações:

I - A política se dá nas diversas esferas do cotidiano, de todos os homens, uma vez que este é um ser político por natureza.
II - Apesar do homem ser compreendido como um ser político, a política somente pode ser realizada por meios representativos legais, ou seja, por entidades formais.
III - Os movimentos sociais, as igrejas, os sindicatos, as escolas, entre outros são formas de atuação política legítimas, mesmo que não atuem diretamente com o Estado ou via Estado.
De acordo com as afirmações anteriormente citadas, assinale a alternativa correta:
a) Somente a I está correta.
b) Somente a II está correta.
c) Somente a III está correta.
d) As afirmações I e III estão corretas.
e) As afirmações I e II estão corretas.

Seção 1.2

Da geografia política à geopolítica

Diálogo aberto

Como a maioria das famílias, os Bragas vivem de forma harmoniosa na maior parte do tempo, com alguns conflitos pontuais entre os membros da família. O uso do banheiro, no período da manhã, é a causa de um dos principais problemas entre os filhos e o avô. Durante a última reunião em família, Clarisse ameaçou cancelar todos e quaisquer benefícios dos filhos se houvesse mais alguma briga ou se algum deles se atrasasse novamente para escola por conta do uso do banheiro. Os primeiros conflitos por essa temática aconteceram há cerca de três anos, quando eles se atrasaram pela primeira vez para pegar a van escolar, que passa, pontualmente, todos os dias às 7h05 da manhã. No primeiro caso, o uso do banheiro gerava conflitos somente entre os filhos. A priori, o uso era dividido de acordo com a idade, ou seja, o mais novo usaria o banheiro das 6h00 às 6h20, Renato, o filho do meio, das 6h20 às 6h40 e, por fim, o mais velho, das 6h40 às 7h00. Com o passar do tempo, Rodolfo, o filho mais novo, começou a se sentir prejudicado por esse sistema, pois era quem sempre acordava primeiro. Um dia tomou coragem e conversou com os irmãos sobre o fato que lhe incomodava. Após os comentários de Rodolfo, seus irmãos deram risadas e lhe ameaçaram, caso ele continuasse com essa história. No dia seguinte, Rodolfo, ao invés de sair no horário combinado, ficou por mais de 40 minutos no banheiro e atrasou os irmãos. Esse fato se repetiu por todos os dias durante uma semana. Com isso, Raul e Renato conversaram e, certos de que não podiam mais se atrasar para a escola, resolveram aceitar as demandas do irmão mais novo e criaram um rodízio para uso do banheiro. Aparentemente, o problema estava resolvido e o novo sistema em pleno funcionamento, até que os atrasos se repetiram. Contudo, desta vez o objeto do conflito está em disputa não somente entre os filhos, mas também com o avô. Assim, mantendo-se o paralelo da estrutura familiar com a de um Estado-Nação, o banheiro é um território em disputa entre diferentes atores com diferentes intencionalidades. Sendo assim, partindo dos

conceitos de Geografia Política e Geopolítica, como Clarisse poderia intervir a fim de solucionar o conflito?

Não pode faltar

GEOGRAFIA POLÍTICA

O termo Geografia Política é antigo e remonta a estudos dos séculos XVII e XVIII. A priori, esses estudos de Geografia Política são estudos genéricos dos Estados sobre sua morfologia, hidrologia, grandes cidades e/ou capitais. Contudo, foi o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) quem, pela primeira vez, tratou a Geografia Política como modalidade científica. Por isso, Ratzel foi quem iniciou um estudo geográfico sobre a política, destacando sua dimensão espacial, através de uma nova abordagem: a sistematização de temas interligados. Dessa maneira, um novo campo de estudos se constitui, com os objetivos, temas e conceitos definidos.

A principal obra de Ratzel foi publicada em 1897, com o título *Politische Geographie* (Geografia Politica). Na segunda edição, em 1902, a obra sai com título diferente: *Uma Geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra*. Nessa obra, Ratzel levanta algumas relações da política com a Geografia:

- Estudo do território: seu tamanho e formato, sua expansão ou retratação, sua localização absoluta e relativa;
- Estudo das fronteiras: zonas conflituosas, delimitações e expansões;
- Estudo das "cidades-capitais": sua localização no território nacional e sua relevância econômica, política e social;
- Estudo da circulação: de mercadorias e de pessoas;
- Estudo do solo: de suas características, de seus usos e de sua importância.

Assim, para entendermos melhor a formação do pensamento de Ratzel, devemos compreender o contexto político em que o alemão vivia, isto é, suas influências. Ratzel não inicia seus estudos pela Geografia ou pelas Ciências Políticas, mas, sim, pela Zoologia, ramo da Biologia que estuda os animais. Dessa maneira, Ratzel passa a se envolver com os ideais evolucionistas da corrente darwinista, chegando a publicar alguns artigos naturalista-evolucionistas. Já com

relação ao período histórico, encontramos uma Alemanha recém unificada, oriunda da guerra Franco-Prussiana, que expõe diferenças latentes quanto à religião, à língua, à cultura e ao social (relativo às condições econômicas). Segundo Ratzel, a Alemanha era fruto de uma unificação mal sucedida, possuidora de um Estado forte que não se constituía como resultado de uma revolução, de um processo revolucionário interno, como ocorreu com seus vizinhos franceses. Fato que, para Ratzel, traz uma preocupação quanto ao seu papel.

Com isso, uma das contribuições mais importantes da escola de Geografia Política alemã diz respeito às relações do Estado com seu território. Segundo ela, o Estado é um organismo que deve ser concebido em sua íntima conexão com o espaço, devendo ser criado um senso geográfico, ou seja, devem ser levadas em conta as variáveis que atuam no espaço geográfico. A ideia de organismo é emprestada dos estudos de Biogeografia, assim, o Estado, como forma de vida, tende a se comportar como um organismo vivo, ou seja, nasce, avança, recua, estabelece relações e declina.

GEOPOLÍTICA

O termo Geopolítica é mais recente que a ideia de Geografia Política. Nesse sentido, a Geopolítica visualiza e estuda o espaço geográfico a partir do ponto de vista do Estado. Assim, não se caracteriza como uma ciência, mas, sim, como uma estratégia política a serviço do Estado. Considerada por muitos autores como um subproduto da Geografia Política, se trata, então, de um reducionismo técnico e pragmático. Contudo, tem seus termos, conceitos e temáticas atrelados aos primeiros estudos de Geografia Política, de meados do século XIX.

O sueco Rudolf Kjellén (1864-1922) é o pioneiro nos estudos da Geopolítica e foi ele que cunhou esse termo em 1889. Kjellén considerava a Geopolítica um ramo autônomo da Ciência Política, se diferenciando da Geografia Política e que estaria atrelada à Geografia. Assim, vincula seus conceitos e ideias à possibilidade de instrumentalização estatal, sobretudo aos Estados-Centrais, submetendo-os aos requisitos e estratégias de conquista e domínio. Muitas vezes, manipula temas e conceitos de Estado que se assemelham a um receituário imperialista.

Dessa maneira, levando em consideração o período histórico, a

Geopolítica alemã tem o objetivo de fornecer dados e informações para ações externas do Estado recém-unificado, ressignificando e operacionalizando os conceitos criados por Ratzel, pensando-os para os homens do governo, interessados num instrumento mais imediatista, ligado a ações rápidas de estratégia, baseadas na Geografia.

Em suma, a Geopolítica é o nexo entre os variados grupos de estratégias apoiadas pelo Estado para auxiliar a administração de seu território, que muitas vezes buscavam não somente a manutenção de suas posses, mas também a possibilidade de anexar novos territórios.

Assimile

Geopolítica é a análise de situações concretas, que interessam ao jogo de forças estatais, projetadas no espaço.

Geografia Política é o estudo da política em sua dimensão espacial.

Exemplificando

As escolas clássicas da Geografia Política são a alemã, a francesa e a britânica, uma vez que esses países possuíam lugar central nas decisões e relações mundiais. Logo, sua influência não se deu somente no campo da Geografia Política, mas acontece em quase todas as esferas do cotidiano. Por exemplo, o plano urbano produzido pelo francês Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) causa forte influência no urbanismo de todo o mundo, criando desde a abertura de grandes avenidas, uma de suas principais marcas, até de bulevares encontrados em diversas cidades e capitais ao redor do mundo até hoje.

GEOGRAFIA POLÍTICA CLÁSSICA

Também conhecida como Geografia Política Tradicional ou Moderna, essa vertente traz em seu bojo uma estreita relação entre Estado e Poder, enfatizando que o papel do Estado era defender e expandir seu território. A proposta de Ratzel é ligada à tal ideia da Geografia Política por estar voltada às relações entre os Estados, que seguiriam determinadas leis de crescimento, a saber:

- O crescimento do Estado decorre da sua capacidade de acúmulo de poder e riqueza;

- Um estado eficiente compete com os outros visando um crescimento;
- Relações interestatais são realizadas em forma de alianças, nas quais prevalecem os interesses dos Estados mais fortes.

Podemos definir três momentos na constituição do pensamento da Geografia Política, cada uma com seu grupo de características específicas e correspondendo a uma conjuntura internacional específica.

1º momento – Final século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial (1945): imerso em um mundo multipolar conflituoso (originário de duas grandes guerras mundiais) e ascensão de uma bipolaridade mundial.

2º momento – Final de 1945 até 1970: aflorado numa bipolaridade mundial (Ocidente dominado pelos estadunidenses e Oriente dominado pelos sovietes).

3º momento – Final de 1970 até os dias de hoje: fruto da queda da bipolaridade e marcante heterogeneidade de propostas.

Fica latente que no primeiro momento, há uma relação de competição em busca da ampliação de espaço, de território. Um dos conceitos mais importantes e que possui grande peso na estruturação desse 1º momento, é o de espaço vital cunhado por Ratzel. Segundo esse autor, espaço vital é um território ideal de uma sociedade em função de seus recursos naturais e sua população. Contudo, os Estados são do tamanho da sua capacidade de organização, isso quer dizer que, toda sociedade em dado grau de desenvolvimento deve conquistar outros territórios nos quais as sociedades são menos desenvolvidas. Assim, as relações e competições se dão em busca da ampliação do espaço vital necessário para expansão territorial de um povo, no exemplo de Ratzel, o povo alemão. Dessa forma, devemos levar em consideração o momento histórico em que ele fazia suas considerações, observando grandes potências ampliarem suas fronteiras para o além-mar, enquanto a recém-unificada Alemanha entrava em cena.

Nesse sentido, temos como principais características uma forte base nacional, ou seja, existiam de fato escolas nacionais de pensamento, sendo as principais a alemã, a britânica e a francesa. Essas escolas tendiam a uma valorização dos ideais nacionalistas, além de abordar alguns temas em comum, como por exemplo:

- a noção de grande potência mundial;
- o estudo das relações entre espaço/território e o poder estatal;
- estudo das fronteiras como zonas problemáticas e de conflitos;
- estudos referentes ao colonialismo e à Nova Ordem Mundial.

O francês Camille Vallaux (1870-1935) foi outro importante teórico da Geografia Política, todavia, de proporções que não podem ser comparadas a Ratzel. A importância do trabalho de Vallaux se dá pelo pioneirismo nos estudos críticos à escola alemã. Sua principal obra é nomeada O Solo e o Estado (1911) na qual, diferente de Ratzel, há uma separação entre fenômenos sociais e naturais, correlacionado a um processo de adaptação ativa. Isto é, as sociedades não são determinadas naturalmente, pois são capazes de alterar ativamente seu meio natural. Ou seja, o meio natural e a dinâmica social interagem de modo mais paritário do que um se sobrepondo ao outro. Há assim um processo concomitante de evolução e adaptação da sociedade e do meio.

Sua ideia principal é a crítica ao Estado entendido como organismo e expoente difusor dos ideais da Revolução Francesa, além disso contraria a escola alemã tanto em relação ao conteúdo como ao método empregado., A aproximação das ciências da natureza, em especial a Biologia, com as Ciências Sociais levaram a uma visão equivocada na comparação do Estado a um organismo. Dessa forma, há um questionamento de que forma o solo e/ou o meio físico podem influenciar o desenvolvimento das sociedades. E também as relações que a partir daí se desdobravam, uma vez que, os recursos são distribuídos desigualmente no território, o que resulta numa diferenciação dos espaços políticos e do desenvolvimento do Estado. Assim, , o meio físico de fato interfere na constituição das forças do Estado, contudo, não significa que é capaz de determinar a história da sociedade e do Estado. Para isso, propõe-se que o objeto de estudo da Geografia Política seja o estudo das sociedades políticas e dos Estados como entidades particulares.

Reflita

Determinismo no pensamento de Ratzel

Como estudamos, o pensamento de Friedrich Ratzel foi base na

constituição do Estado alemão e foi utilizado em larga escala pelo partido nazista para justificar sua expansão e posteriormente a Guerra. Contudo, segundo alguns autores o determinismo está presente no trabalho de Ratzel, já que esse autor considera que o solo e o território condicionam as sociedades e as formas de vida. Ou seja, o desenvolvimento do Estado é favorecido ou emperrado de acordo com as condições naturais ali encontradas. Ratzel se baseia em evidências empíricas de que os grandes Estados se desenvolvem sobre essas bases. Não leva, assim, em consideração no seu trabalho, as alterações e adaptações produzidas pela ação humana. Todavia, para outros autores, há também um claro conservadorismo no pensamento ratzeliano que não está simplesmente ligado à premissa de que as condições naturais se sobrepõem às políticas, mas, sim, pelo fato de trazer consigo a necessidade de um Estado forte, centralizador, colocado acima da sociedade e não resultado de suas interações.

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Vamos passar, agora, aos dois últimos momentos da periodização anteriormente mencionada. O segundo período (1945 até 1970) do pensamento da Geografia Política é o momento que se inicia com o final da Segunda Guerra Mundial, ou seja, com a derrota da Alemanha frente aos aliados, quando os estudos alemães passam a perder força. Assim, a Geopolítica não é mais vista como uma ciência, houve um rompimento da Geopolítica acompanhado de uma baixa popularidade entre os pesquisadores, devido, consideravelmente, à derrota alemã na guerra. Assim, as teorias voltadas à expansão e consolidação de seu território não foram capazes de vencer a guerra e, por isso, caíram no descrédito acadêmico. Há também nesse período um claro aumento do rigor teórico metodológico, agora não mais balizado pelo naturalismo evolucionista, mas pelo neopositivismo, pelo funcionalismo e, algumas vezes, pelo materialismo histórico.

Com o final da guerra há ascensão no quadro político mundial dos Estados Unidos da América e da União Soviética. Assim, a ordem internacional desse período é bipolar: de um lado os pensamentos mais ligados à lógica político-econômica capitalista e, de outro, os mais ligados à dinâmica socialista. Dessa forma, há uma clara preocupação com o desenrolar da Guerra Fria e com os sistemas econômicos, ou melhor, com os modos de produção em disputa.

Com o crescimento da temática referente aos sistemas econômicos e ao modo de produção (capitalismo/socialismo) destaca-se o crescimento da escola de pensamento estadunidense.

Os principais nomes desse período são: Richard Hartshorne, N. Pouds, Saul Cohen, Jean Gottman, L. M. Alexander. O espaço geográfico passa a tomar corpo nas discussões e se distanciar de definições deterministas, bem como de visões estáticas do território. Há um claro aumento da produção voltada à quantificação de dados e estatísticas. Esse período é marcado pelo enfraquecimento dos estudos geopolíticos aliados à busca de compreensão do novo mundo que ali se colocava. Trata-se aqui do método neopositivista e funcionalista.

Já o terceiro momento, a partir de 1970, é um período em aberto, um momento de indeterminações e cavalar aumento nas produções acadêmicas muito influenciado pelos acontecimentos oriundos do final dos anos de 1960, tais como: a luta contra a guerra do Vietnã, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, os acontecimentos culturais de maio de 1968 na França e pelo o surgimento de novos atores: os movimentos sociais, o movimento feminista, a luta dos afros-americanos, a luta dos homossexuais, entre outras. O mundo vê a crise do planejamento centralizado e do marxismo e o surgimento da globalização e uma Nova Ordem Mundial. Todos esses fatores são decisivos para o desenvolvimento dessa fase.

A Geopolítica volta a ganhar força, mas, agora, sem cunho de ciência e, sim, de um instrumento de ação estratégica a serviço do Estado. Fato que fica latente conforme a Nova Ordem Mundial torna o mundo e suas relações mais complexas. O Estado deixou de ser o ator político privilegiado (em alguns casos quase exclusivo) e agora a ênfase está em atores que não se identificam com o Estado nem com vários outros fenômenos e sujeitos: as corporações empresariais.

Pesquise mais

É comum encontrarmos em trabalhos acadêmicos associações entre a teoria do espaço vital e as concepções nazistas. Uma vez que Hitler disseminou a ideia de que era preciso integrar os povos alemães (austríacos, parte da Polônia e Ucrânia), se fundamentando no conceito de espaço vital, ou seja, que o povo alemão deveria e teria o direito de expandir suas fronteiras. Contudo, Ratzel escreve sua obra anos antes da

ascensão de Hitler e não há nenhuma linha incentivando as barbáries produzidas pelo líder nazista ou alguma passagem que levasse a tal entendimento na obra desse autor.

Os filmes a *Lista de Schindler* e *Os Falsários* são excelentes exemplos da lógica nazista, de suas atrocidades, bem como de seu pensamento torpe.

Sem medo de errar

A partir dos conceitos, temas e ideias apresentados fica uma reflexão latente sobre a situação-problema já abordada. Considerando o núcleo familiar dos Bragas, composto por Clarisse, os três filhos e o avô, semelhante a um Estado Nacional e soberano, Clarisse exerce a função de líder representativa do poder centralizado, ou seja, ela é a chefe de Estado, enquanto os demais entes da família podem ser comparados aos estados. Assim, Clarisse deve buscar a negociação, como nos ensinamentos do Ratzel: a relação entre os estados se dá por negociações e acordos, prevalecendo os interesses do ente com mais poder, nesse caso, Clarisse.

Dessa forma, existem algumas alternativas cabíveis a ela. Uma delas é buscar, em conversas com seu pai, estabelecer uma relação próxima a uma aliança, para que ele respeite o horário de aula de seus filhos e assim também o faça em relação ao uso do banheiro. Não é porque ele é mais velho ou mesmo porque é avô das crianças que pode infringir as regras (utilizar o banheiro fora do horário que eles combinaram) que foram determinadas por todos. Outra alternativa possível é Clarisse determinar horários fixos de uso do banheiro para os quatro, como ela representa o poder central, é a única capaz de estabelecer e fiscalizar o funcionamento.

Por fim, respeitando a ideia expansionista proposta no pensamento ratzeliano, outra possibilidade seria a de mudança da família para uma outra casa. No entanto, essa proposta implica em custo e a situação não parece grave o suficiente para uma atitude de tamanha magnitude.

Faça valer a pena

1. Leia o fragmento de texto seguinte:

> [...] à proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas referentes à ação do Estado sobre o espaço. Esses autores desenvolveram teorias e técnicas que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo, isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios. Os autores mais conhecidos dessa corrente foram: Kjéllen, Mackinder e Haushofer. (ARCASSA, 2011, p. 5)

Com relação a geopolítica alemã do final do século XIX, é correto afirmar que:

a) Foi pensada para fomentar o crescimento econômico, logo está diretamente ligado a economia.

b) Foi pensada para controlar o crescimento demográfico e assegurar a produção de alimentos.

c) Foi pensada para auxiliar nas relações e conflitos internos, sobretudo, durante o processo de unificação.

d) Surgiu de forma espontânea, não visava responder nenhuma questão imediatista.

e) Foi pensada para dar suporte, ou seja, base teórica e política à nação recém-criada.

2.

> Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um dos primeiros geógrafos a discutir as relações humanas e suas disputas territoriais (manutenção e expansão). Ele trabalhou o estudo do espaço sob três perspectivas: física, biológica e antropológica. Partindo desses pontos, Ratzel desenvolveu suas obras "Antropogeografia", "Raças Humanas" e "Geografia Política" sob a relação: Território, Povo, Estado. Os pilares do ideal nazista (...). Karl Haushofer (1869-1946), geógrafo nazista, colocou as ideias de Ratzel, de forma adaptada, na política do III Reich. Sendo assim é grande

a influência ratzeliana no regime nazista. Primeiramente, o nazismo via como necessidade para a formação de um Estado forte o grande poderio militar, isto seria via para defesa do território e, possivelmente, expansão do mesmo. (RAMOS; ALVES, 1994)

De acordo com a associação dos estudos de Ratzel às ideias nazistas, podemos afirmar que:
a) Hitler publicou diversos artigos que justificavam os avanços nazistas se valendo do conceito de adaptação ativa.
b) O conceito de espaço vital não foi utilizado, pois segundo este, as sociedades se relacionam em paz.
c) O pensamento de Ratzel não foi utilizado pelos nazistas, pois os geógrafos alemães não o consideraram aderente em relação às suas ideias.
d) O caráter natural-evolucionista, emprestado da biologia, foi um dos principais pilares que sustentavam a ideia de raça superior.
e) O avanço nazista e seu sucesso na guerra se deu, entre outros motivos, ao conhecimento geopolítico dos alemães.

3. Leia atentamente as seguintes assertivas:
( ) A partir dos anos 1970 há uma clara mudança no pensamento geopolítico no mundo. A Nova Ordem Mundial o torna mais complexo, surgem novas dinâmicas, bem como novos agentes.
( ) Com o final da ordem mundial bipolar, as relações mundiais se tornam mais complexas, contudo, sem críticas ao modo de produção capitalista, haja vista que nesse período há exclusivo predomínio de tal modo de produção.
( ) Os conceitos e ideias levantadas no século XIX acerca da Geografia Tradicional, relacionados aos estudos territoriais, continuaram sendo basilares, já que, a dinâmica e evolução do Estado ainda estavam em voga à época.
Assinale a alternativa que indica, respectivamente, quais das afirmações anteriores são verdadeiras – V e quais são falsas –F:
a) V-F-F.
b) V-V-F.
c) F-F-V.
d) V-F-V.
e) F-V-V.

Seção 1.3

As ordens mundiais: relações de poder x território

Diálogo aberto

A família de Clarisse, composta por ela, seus três filhos e seu pai, possuem um cachorro há cerca de quatro anos, o Borges, que já causou alguns problemas e conflitos na família.

Atualmente, Borges é um cachorro muito querido por todos e tratado quase como um membro dessa família. Com a mudança do avô, essa harmonia foi quebrada, já que ele não tem uma boa relação com o cachorro. Assim, para evitar confusões, o cão deveria viver em tempo integral no quintal dos fundos, contudo, sempre que conseguia, ele fugia e entrava em casa, à procura das crianças. Tal situação causa muita irritação ao avô, que por algumas vezes, ameaçou castigar fisicamente o animal, fato que nunca ocorreu, graças à intervenção dos meninos. Certo dia, já muito irritado com o animal, que insistia em fugir e invadir a casa, o avô o doou enquanto Clarisse estava no trabalho e os meninos na escola. No final da tarde, quando Clarisse chegou, seus filhos lhe contaram o que aconteceu e que Borges já não morava com eles. A mãe, indignada, chamou seu pai e pediu que ele buscasse o animal. Quando o avô retornou com Borges, Clarisse lhe disse que as crianças estão crescendo e que essa postura autoritária já não cabe mais atualmente. Ainda, disse que tomar decisão em caráter unilateral não é como ela tenta administrar a família. Além do que, sua atitude poderia causar um mal-estar nas relações da casa levando a uma bipolaridade: de um lado as crianças e de outro o avô. Clarisse compara este cenário ao da Guerra Fria, e diz que sua casa não tem estrutura para suportar tal tensão. Assim, como os meninos são maduros e ela os respeita, tendo cada um o mesmo direito nas tomadas de decisão da casa, o avô deveria se portar de forma mais adequada ao tentar solucionar algum impasse, buscando conversar e negociar com os meninos. Dito isso, como os filhos deveriam se portar nos próximos impasses com o avô? Como Clarisse pode auxiliar na dinâmica da casa a fim de administrar essas tensões?

Não pode faltar

A ORDEM POLÍTICA ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX: A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Entendemos por Revolução Industrial o processo de mecanização da produção que ocorreu inicialmente na Europa. O conceito de Revolução aqui empregado tem significado diferente das outras revoluções ocorridas na História. Dessa forma, não foi um episódio com início, meio e fim, uma vez que, a mudança revolucionária na produção é processual e continua até hoje.

A Grã-Bretanha foi pioneira nesse processo, que, iniciado no final do século XVII, se consolida no século XIX e lança a Inglaterra como principal potência econômica mundial na época. Dentre os fatores que permitiram o pioneirismo aos britânicos, destacamos a sua política governamental. Após a Revolução Gloriosa (1688-1689), que marca o fim do absolutismo britânico, o lucro privado e o desenvolvimento econômico são aceitos como principal objetivo do Estado. Dessa forma, é fato que a constituição de um sistema fabril ocorre primeiro com os britânicos, não por uma superioridade científica ou tecnológica, mas, sim, por sua organização governamental e diretrizes políticas.

A conjuntura política permitiu e fomentou o desenvolvimento de novas técnicas que tinham como objetivo aumentar tanto a produção como os lucros. Além de uma política governamental advinda da Revolução Gloriosa, esse movimento político britânico acabou promovendo o crescimento das cidades e, consequentemente, o aumento do número de trabalhadores.

As **Leis de Cercamentos de Terras** se constituem em um conjunto de normas editadas por sucessivos monarcas britânicos, que ganham maior expressão a partir do final do século XVIII. Em linhas gerais, elas promoveram a modificação da função das terras, que passaram de áreas de plantio comum para a criação de ovelhas. Assim, sela-se o fim das terras camponesas de uso coletivo (fruto das relações feudo – vassalos) ligadas ao meio de produção feudal e inaugura-se uma produção que tem como objetivo o desenvolvimento industrial (produção de lã).

Desse modo, os trabalhadores do campo passam a contar com porções de terras muito pequenas, incapazes de garantir a sua

subsistência. Há, assim, um processo de êxodo rural, caracterizado pelo abandono dos pequenos lotes no campo (que são apropriados pelos grandes proprietários) e o deslocamento de uma grande parcela de trabalhadores para os centros urbanos, buscando condições mais favoráveis de vida e contribuindo para a formação de uma **classe operária** na Grã-Bretanha.

O sistema de produção ligado ao algodão foi capaz de revolucionar todo o modo de produção, principalmente pelo alto número de trabalhadores que empregava e pelas exigências que derivam dessa indústria, tais como construções de armazéns e estocagens. Ou seja, a indústria algodoeira estava bem mais conectada ao cotidiano e imbricada à sociedade britânica, sendo a indústria têxtil uma das mais importantes nessa fase da Revolução.

A ORDEM POLÍTICA DO SÉCULO XX

Primeira Guerra Mundial (1914-1919)

Com o decorrer do tempo e encrudescimento das relações e interações entre os Estados Nacionais, a dinâmica global se torna mais complexa. O avanço imperialista das nações centrais europeias reflete num acirramento da competitividade comercial entre os países europeus, sobretudo pelos mercados consumidores de suma importância para a maximização da produção e consequentemente dos lucros (como observamos no caso britânico). Com isso, se desenrola uma série de conflitos de interesses entre as nações. A Região de Alsácia-Lorena, perdida pelos franceses para os alemães durante a guerra Franco Prussiana (1870-1871), é um exemplo que cristaliza a essência desses conflitos.

O final do século XIX foi um período de tensão entre as nações. Alguns países como a Alemanha e a Itália (recentemente unificados) estavam insatisfeitos com a partilha dos territórios (ou seja, com o direito de exploração comercial) da Ásia e da África, áreas de monopólio dos franceses e britânicos. Dessa forma, nota-se a composição de uma rivalidade entre grandes potências europeias: de um lado a França, que vislumbra recuperar a rica região perdida (Alsácia-Lorena) e de outro a Alemanha, descontente com os acordos firmados sobre os direitos de comercialização e exploração das regiões asiáticas e africanas (mercados consumidores). Assim, estava instaurado um clima de tensão. O conflito envolveu as principais potências do

mundo que acabaram se organizando em duas alianças opostas, fruto de antigos tratados dos séculos passados. Os países europeus já haviam realizado acordos e alianças políticas ao longo de sua história e, durante o conflito mundial, essas alianças permaneceram. Dentre os diversos acordos firmados, no final do século XIX, destacamos dois deles: o de 1882, que deu origem à **Tríplice Aliança**, tratado entre Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália (que muda de lado no conflito em 1915) e o ocorrido em 1907, que institui a **Tríplice Entente** (Aliados), coalizão formada por França, Reino Unido e Rússia. Através de suas colônias, rapidamente o conflito se espalhou por diversos territórios do globo.

As batalhas ocorriam basicamente na forma de trincheiras, assim, os soldados dos dois lados ficavam entrincheirados por dias e até meses em conflitos violentos e conquistavam pequenos pedaços do território, logo, na frente de batalha, o avanço era lento e sangrento. A fome e as doenças eram um inimigo comum a ambos os lados; as condições insalubres e a violência do conflito dizimaram milhões de pessoas, entre civis e militares.

Assimile

Revolução Russa, 1917

A Revolução Russa foi um conflito, ocorrido em 1917, responsável pela queda do poder da autocracia absolutista dos grandes czares e que levou à vitória do partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lênin. Sofrendo com a recém-saída da guerra, a Rússia possuía uma grande massa de operários e camponeses descontentes com os salários e condições desumanas de trabalho. A revolução que ocorre no país em fevereiro derruba o governo absolutista do czar Nicolau II e procura estabelecer uma república liberal. Contudo, em outubro desse ano, o **Partido Bolchevique** derruba o governo provisório, apoiado pelos partidos socialistas moderados e instaura o **Governo Socialista Soviético** com grande poder e domínio em boa parte do mundo. Além disso, foi fortemente influente, sobretudo com relação à porção Oriental, até o final da Guerra Fria, em 1991.

Outro fato importante, ocorrido ainda no ano de 1917, é a entrada dos Estados Unidos na guerra, do lado da Tríplice Entente, para defender acordos comerciais de seu interesse, principalmente com a Inglaterra. Esse fato histórico marca o início da vitória dos Aliados e o fim dos Impérios Austro-Húngaro e Otomano. O mapa da Europa

Central foi redefinido e dividido em países menores, acirrando o nacionalismo europeu. A imposição do **Tratado de Versalhes** encerra oficialmente o fim da Primeira Guerra Mundial.

O período pós-Primeira Guerra, que antecede a Segunda Guerra Mundial, ficou conhecido como período entre guerras (final de 1918 ao início de 1939). Marcado pela grande depressão econômica, associado a grandes tensões sociais e políticas, o período é palco da ascensão e fortalecimento dos regimes totalitários na Europa e no mundo, tais como o de Adolf Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e a ditadura de Getúlio Vargas no Brasil.

Com o surgimento de governos totalitários e a grave crise econômica é notável o forte descontentamento sentido pela classe trabalhadora. Esta, em diversos países, entusiasmada com o movimento russo, se organizou e realizou revoltas e/ou revoluções de cunho socialista. Temerosos com o possível avanço do socialismo, alguns dos países europeus como França, Inglaterra e Escócia, concedem direitos aos trabalhadores, como carga horária e remunerações mais justas e dignas. Contudo, as disputas políticas e ideológicas somadas aos diversos descontentamentos das populações com o avanço de regimes totalitários que pregavam o discurso de ódio, o fascismo e a xenofobia, desencadearam mais uma guerra em escala global.

O "Entre-Guerras (1918-1939)" ficou marcado também por uma crise econômica avassaladora que afetou as principais nações do mundo. O marco é o ano de 1929, época de enorme depressão econômica iniciada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque: período considerado de mais longa recessão econômica do século XX, conhecido como **Crise de 1929**. Assim, nesse ano, as ações da bolsa de valores New York Stock Exchange (NYSE), localizada na cidade de Nova Iorque, caíram drasticamente. Da noite para o dia, milhares de acionistas amargaram enormes prejuízos, com muitas falências. Os efeitos da **Grande Depressão**, como também ficou conhecida, repercutiram no mundo inteiro, com exceção da União Soviética, por ser, na época, uma economia socialista, fechada econômica e politicamente frente aos países afetados. Contudo, os países capitalistas sentiram significativamente os efeitos dessa crise, o PIB mundial sofreu uma queda de cerca de 15% durante o período.

Reflita

O **Tratado de Versalhes**, em tese, buscava selar a paz e manter a tranquilidade entre os países da Europa. Entretanto, segundo alguns estudiosos, foi justamente o altíssimo rigor de suas cláusulas que fomentaram um sentimento no povo alemão que legitimou o avanço do nazismo no país. O mundo passava por um período de recessão econômica e a Alemanha era uma das nações que mais sentia seus efeitos. Reflexo da crise e dos gastos militares da Primeira Guerra, a recessão econômica alemã assombrava a vida dos trabalhadores, provocando o desemprego e a pobreza. Assim, fica latente uma dúvida: os países vitoriosos da guerra de fato buscavam acordos de paz e o fim da batalha armada, que não era conveniente a ninguém? Ou tal acordo foi firmado somente por preceitos econômicos que visavam maximizar os ganhos dos vitoriosos?

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Considerada o maior conflito militar global, essa guerra, deflagrada entre 1939 e 1945, envolveu grande parte das nações do mundo, gerando batalhas em diversas porções do globo terrestre e incluindo todas as grandes potências mundiais. Conforme ocorrido na Primeira Guerra, o mundo se dividiu em dois lados: os países **Aliados** (União Soviética, Estados Unidos, Império Britânico, França, China e Polônia) e os do **Eixo** (Alemanha, Itália e Japão). O marco inicial foi no ano de 1939, quando a Alemanha invade o território polonês e, de forma imediata, a França e a Inglaterra declaram guerra aos alemães.

Podemos dividir a guerra em dois momentos: o primeiro, de 1939 a 1941, marcado por sucessivos avanços e vitórias do Eixo. Esse período também ficou conhecido como guerra relâmpago, a **Blitzkrieg**.

Vocabulário

Blitzkrieg: também conhecida como guerra relâmpago, é uma tática militar de ataques móveis e rápidos, que tinham como objetivo não permitir ao inimigo tempo de organizar suas defesas.

Já o segundo período, de 1941 a 1945, é marcado por derrotas do Eixo e avanço das forças aliadas. No ano de 1944, a Alemanha busca sua última tentativa de avanço e lança tropas nas frentes Orientais e Ocidentais, para dividir as forças aliadas. Sem sucesso, são repelidos,

no final desse mesmo ano. A Itália já estava praticamente toda ocupada pelos aliados e, em abril de 1945, os soviéticos avançam suas tropas sob Berlim, marcando as rendições alemã e italiana. O Japão, último país a assinar o tratado de rendição, ainda sofreu dois duros ataques norte-americanos, nas cidades de Nagasaki e Hiroshima, através do uso da bomba atômica. Esses ataques são considerados por muitos desnecessários e desproporcionais, eles causaram a morte de milhares de cidadãos japoneses, deixando um rastro de devastação e destruição nessas cidades que perdura até os dias de hoje. A História evidenciou que, os ataques atômicos demonstraram ao mundo e à grande potência mundial localizada muito próxima ao Japão, a URSS, que o poderio bélico estadunidense era efetivo e os EUA, então, a mais nova potência mundial.

Com o final da guerra, inicia-se um período de instabilidade e tensão. O mundo temia por mais um conflito militar. Assim, com o objetivo de manter a paz e promover a cooperação internacional é criada a Organização das Nações Unidas, **ONU**, em 1945, em São Francisco, Califórnia. A ONU é resultado das conferências de paz com claro objetivo de impedir um novo conflito com tamanha proporção. Essa organização substitui a Liga das Nações, criada no final da Primeira Guerra Mundial, na qual se originou o Tratado de Versalhes.

É fato que o mundo passa por um período de recessão econômica. Desde a Crise de 1929, os gastos militares acabaram por levar alguns países a bancarrota. Dessa forma, no final do ano de 1944, considerando o final da guerra algo factível e latente, 730 delegados de 44 países aliados se reuniram na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire. Com objetivo inicial de auxiliar na reconstrução dos países afetados pela guerra, estabeleceram regras para as relações econômicas e financeiras entre os países mais industrializados: o **Acordo de Bretton Woods** teve como uma das principais metas a obrigatoriedade de todos os países associados em adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar, ligado ao ouro (cerca de 35 dólares por onça de ouro, sendo que 1 onça equivale à, aproximadamente, 28 gramas). Esse acordo foi válido até o ano de 1971, quando por decisão unilateral, o presidente dos Estados Unidos, Nixon, informou o fim da conversibilidade de dólar em ouro. Todavia, a partir do encontro de Bretton Woods, foram criadas importantes instituições Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional,

FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, **BIRD**.

O FMI tem como objetivo inicial auxiliar na reconstrução do sistema monetário internacional, entretanto, ele atua como uma vigilância econômica de seus credores, demandando políticas públicas que julguem necessárias ao fomento econômico. O **BIRD** por sua vez, tem como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, através de empréstimos concessionais. O BIRD é a primeira de cinco instituições que integram o Banco Mundial. Oferecendo diversos produtos e serviços financeiros, emitiu seu primeiro empréstimo no ano de 1947 à França, cerca de 250 milhões de dólares (cerca de 2,6 bilhões atualmente).

Guerra Fria (1945-1991)

Guerra Fria é a denominação dada ao período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a extinção do governo soviético (1991). Marcada por disputas estratégicas e conflitos indiretos entre Estados Unidos e União Soviética é assim chamada por não registrar um conflito militar direto entre as duas superpotências. Durante a primeira metade da Guerra Fria, o objetivo central dos países foi a corrida armamentista, época em que buscaram a construção de um arsenal nuclear. Esse momento é conhecido como **Paz Armada**, uma vez que os dois envolvidos espalhavam seus exércitos e armamentos bélicos por seu território e de seus países aliados. Assim, enquanto havia igualdade bélica, a paz estava garantida.

Dessa forma, temos um mundo dividido em dois polos, ou seja, **bipolar**: de um lado, a União Soviética (URSS), com uma política socialista, economia planificada, partido único e com discurso da igualdade social. E, de outro, os Estados Unidos, defendendo o avanço do capitalismo, baseado na economia de mercado, propriedade privada e com o discurso da democracia. Essa dicotomia mundial influenciou e ditou regras por todo o planeta: o Ocidente influenciado pelos EUA e o Oriente sob olhares e discursos soviéticos. Nesse período houve a formação de dois blocos militares importantes, cujo objetivo era defender os interesses de seus membros. A **OTAN** (Organização do Tratado do Atlântico Norte) liderada pelos Estados Unidos, defendendo militarmente o interesse dos capitalistas, e o **Pacto de Varsóvia,** liderado pela União Soviética, que defendia

militarmente os interesses dos países socialistas.

A **Guerra do Vietnã** (1955-1975) foi oficialmente um conflito entre a República do Vietnã (Vietnã do Sul), apoiada pelos Estados Unidos, e a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte), apoiada principalmente pela União Soviética. Ou seja, era na verdade um conflito entre esses dois países, porém em outro território. A ideia era impedir que um dos dois regimes político-econômicos em disputa fosse incorporado no país. A partir do ano de 1965, os Estados Unidos começaram a enviar o seu próprio exército para o Vietnã, que lá permaneceu por dez anos. Essa é considerada uma guerra traumática por muitos norte-americanos que, na sua juventude, passaram anos em batalha naquele país por uma causa que não compreendiam ou não concordavam. Em 1975, acaba a guerra com vitória socialista e é fundada a República Socialista do Vietnã. A estimativa vai de 966 mil vietnamitas mortos a 3,8 milhões; 58.220 norte-americanos mortos e 1.626 desaparecidos.

Outros conflitos resultantes da Guerra Fria, porém fora dos países em guerra, foram aqueles desencadeados pelas Ditaduras Militares nos países latino-americanos, inclusive no Brasil. As ações das empresas de segurança norte-americanas já assumiram a responsabilidade pelo assassinato de diversos líderes latino-americanos considerados, na época, como socialistas ou comunistas.

O ano de 1989, com a queda do muro de Berlim e consequente reunificação alemã, marca a derrocada definitiva do socialismo no mundo. No início da década de 1990, o então presidente da União Soviética, Mikhail Gorbatchev, através de acordos com os americanos e novos planos econômicos, dissolve a União Soviética, viabilizando o avanço capitalista.

Pesquise mais

A fim de melhor perceber o clima de tensão que dividia o mundo durante os anos da Guerra Fria, o filme *Adeus Lênin* (Alemanha, 2003) traz em seu enredo uma bela trama que capta a essência desse período, além de tratar das mudanças ocasionadas com o final do regime socialista. No ano de 1989, pouco antes da queda do muro de Berlim, a senhora Krerner entra em coma e fica desacordada até meados de 1990. Quando desperta, sua cidade, Berlim Oriental, está modificada, seu filho temendo que a mudança lhe agrave o problema de saúde, decide esconder-lhe os acontecimentos, fazendo de tudo para mãe acreditar que as coisas

estão iguais, desde modelar o apartamento da família até montagens de vídeos.

A Ordem Política Século XXI

Com o final da Guerra Fria e o avanço da lógica capitalista, o mundo passa por uma mudança tanto na sua configuração quanto no desenho das relações entre Estados, gerando mudanças nos papéis dos Estados Nacionais, o que torna a Ordem Mundial mais complexa e com uma nova dinâmica. Antes bipolar, agora passa a se constituir de maneira **multipolar**, ou seja, outras frentes emergem para rivalizar aos Estados Unidos, sobretudo no âmbito econômico.

Após o final da Guerra Fria, os Estados Unidos detêm a supremacia bélica do mundo e, a fim de justificar seus investimentos em armamentos e em tal indústria, a partir dos anos de 2000, passam a direcionar o foco para um novo inimigo que emerge: o terrorismo. Inicia-se, assim, uma frenética guerra ao terror.

O processo de globalização da economia trata-se, de forma sucinta, da conexão mundial para a produção industrial. Isso quer dizer que para a produção de um automóvel, um computador ou mesmo um tênis, diversos e distantes países se envolvem na mesma cadeia. Tais envolvimentos estão diretamente ligados com a capacidade de barateamento da produção em cada país. Dessa forma, as parcelas da produção que mais exigem mão-de-obra não especializada (os trabalhos braçais mais árduos) são realizadas nos países com precária legislação em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras ou, como no caso do Brasil, países que possuem uma legislação bem elaborada, porém constantemente burlada pelas empresas e pelo sistema jurídico. Isso acontece majoritariamente nos países africanos, latino-americanos e asiáticos. Assim, nos países do primeiro mundo (ou desenvolvidos), costuma se instalar a sede administrativa das empresas que comandam essas cadeias produtivas, logo, neles são realizadas as ações de ordenamento e organização da cadeia como um todo, trabalho realizado por mão-de-obra qualificada e onde não ocorrem os processos mais degradantes da condição humana, do ambiente e da produção industrial em larga escala. Tais fatores possuem como principal elemento o desenvolvimento tecnológico e a aceleração dos fluxos de informação, pessoas e mercadorias.

Esse processo tem outra faceta, conhecida como mundialização cultural, pois junto com as trocas necessárias para a produção e aceleração da economia, também se difundem diversos modos de vida. Essa troca permitiria a miscigenação cultural, enriquecendo a cultura mundial. Entretanto, como os fluxos de informação são também controlados pelas grandes corporações (empresas), o que mais se divulga e se conhece se relaciona à cultura dos países desenvolvidos. Sendo assim, não há um consenso entre os estudiosos se essa mundialização cultural promove ou reduz essa diversidade.

Exemplificando

O mundo se torna mais complexo e com mais atores em disputa pelo poder a partir do final da Guerra Fria. Um exemplo claro é a ascensão da China. Até então vista como uma incógnita, esse país apresentou um crescimento econômico notável. Ao que parece, até o momento, se configura como um rival econômico e possivelmente militar aos Estados Unidos. Contudo, seu futuro ainda é incerto. Apesar de apresentar indicadores excelentes de desenvolvimento econômico e figurar como a 2ª maior economia do mundo, ainda está bem distante do poderio econômico e militar estadunidense.

Sem medo de errar

Considerando o conflito exposto e seu desenvolvimento, fica claro que os filhos de Clarisse reconhecem e legitimam sua autoridade. Assim, a exemplo de países vizinhos, com economias mais frágeis, a união é a atitude mais inteligente a ser seguida. Assim, efetivar uma aliança para aumentar seu poder de barganha frente às necessidades se mostra como alternativa bem interessante. Já com relação ao avô, os exemplos que encontramos na História nos mostram que atitudes totalitárias tendem à impopularidade e geram conflitos. Dessa maneira, para não acabar sofrendo sanções por parte da Clarisse, o avô deve negociar e dialogar com seus netos, a fim de compreender suas necessidades para buscarem uma saída em comum.

Já Clarisse que personifica o máximo poder, unilateral, deve administrar tais conflitos, ou seja, acompanhar seu desenrolar e deixar claro suas vontades na medida em que é ela quem coordena as atividades, a exemplo dos países mais poderosos do globo, que acabam impondo suas vontades/necessidades.

Faça valer a pena

1. Leia o texto seguinte:

> Mas, a indústria do algodão tinha outras vantagens. Toda a sua matéria-prima vinha do exterior, e seu suprimento podia, portanto, ser expandido pelos drásticos métodos que se ofereciam aos brancos nas colônias — a escravidão e a abertura de novas áreas de cultivo — em vez dos métodos mais lentos da agricultura europeia; nem era tampouco atrapalhada pelos interesses agrários estabelecidos da Europa. (HOBSBAWN, 1980, p. 45)

Em relação à indústria algodoeira na Grã-Bretanha, assinale a alternativa correta:
a) Originária de um subproduto da colonização, a indústria do algodão se mantém com poucos avanços tecnológicos e elevada produtividade.
b) Foi uma indústria importante, contudo, não possuía valores agregados o suficiente, abrindo espaço para a indústria automobilística.
c) Pelo fato de utilizar mão de obra escrava, não foi capaz de gerar um mercado consumidor.
d) Foi crucial na dinamização de todo sistema fabril, uma vez que era a indústria mais capitalizada.
e) Foi crucial para o desenvolvimento da Revolução Industrial, uma vez que foi a única a se modernizar.

2. De fato, nunca ocorreu um confronto militar direto entre os exércitos estadunidense e soviético, contudo, houve alguns conflitos em distintas regiões do mundo que aconteceram sob influência dessas duas potências, com incentivos econômicos e militares.
Indique a alternativa que apresenta o conflito que ocorre durante o período conhecido como Guerra Fria:
a) A Guerra do Vietnã (1955-1975), que dividiu o seu território: o Norte sob influência soviética enquanto o Sul foi apoiado pelos Estados Unidos.
b) A Guerra de Kosovo (1999), a região da Iugoslávia comunista foi atacada por aliados dos norte-americanos.
c) A Guerra do Golfo (1990), um conflito militar travado a fim de conter o avanço capitalista no Oriente Médio.
d) A Guerra Irã – Iraque (1980-1988), um conflito de interesse norte-americano e soviético na disputa por petróleo.

e) A Guerra do Afeganistão (2001), último reflexo da Guerra Fria na qual os Estados Unidos desejavam consolidar seu domínio na região.

3. Leia atentamente ao excerto de texto seguinte:

> **O que significa a frase 'a revolução industrial explodiu'? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a "partida para o crescimento autossustentável". (HOBSBAWN, 1980, p. 20)**

Sobre o pioneirismo britânico na Revolução Industrial é correto afirmar:
a) Acontece em terras britânicas, pois o país sempre apresentou grande talento natural para administrar sistemas fabris.
b) Acontece em terras britânicas, pois o país sempre apresentou grande talento natural para administrar sistemas fabris.
c) Dentre diversos fatores se destaca a política governamental, que buscava defender os interesses e preceitos capitalistas
d) Exigiu muita inovação no campo teórico, assim, foram desenvolvidas diversas áreas do conhecimento com destaque para a Física e a Engenharia.
e) Dentre diversos fatores se destaca a organização dos trabalhadores, que, oriundos do campo, exigiam a modernização da produção.

Referências

ARAGÃO, A. **Ciências Políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, p. 99-125, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L. Estado, estado-nação e formas de intermediação social. **Working paper**, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, n. 409, p. 1-20, 2016.

COSTA, W. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. 1992. In: FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre o Governo**. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAAR, W. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARTIN, A. Dilemas do federalismo: entre o 'estadualismo oligárquico' e o 'regionalismo burocrático. **Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, Local de publicação, ano 27, n. 1, 2007. Disponível em http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/21 (Acesso em 16 jun 2017).

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Depto. De Geografia**. São Paulo: FFLCH/USP, n. 2, p. 93-101, 1982.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

Território, suas fronteiras e suas regionalizações

Convite ao estudo

Caro(a) estudante,

Começamos aqui a Unidade 2 do curso de *Geografia Política,* intitulada *Território, suas fronteiras e suas regionalizações*. Trata-se da unidade com a maior densidade de conceitos, especificamente para os estudos do território, muito utilizados pela Geografia. Nela, mergulharemos em importantes categorias, como território usado, fronteira, região, regionalização e lugar.

Para percorrermos esse caminho, na Seção 2.1, intitulada *Estudos sobre o* território, adentraremos os conteúdos sobre território e territorialidade, desterritorialidade e transterritorialidade, diferenciando-os e analisando o uso desses conceitos no período atual. Para isso, pensaremos as principais mudanças causadas na sociedade e sua relação com o território frente à globalização. Ainda nessa seção, trabalharemos o complexo conceito de formação socioespacial e, por fim, o conceito de usos do território. Esses dois últimos são relevantes para a teoria de Milton Santos (1926-2001), importante geógrafo brasileiro do período contemporâneo. Tratam-se de considerações que pensam o território como mais uma categoria necessária para a análise da sociedade, posto que ele é palco e agente das relações sociais, concomitantemente.

Na seção 2.2, intitulada *Fronteiras: territórios em disputa*, nosso tema é uma categoria fundamental da Geografia Política, a fronteira. Para isso, partimos da sua diferenciação da linha limítrofe que marca o início e o fim de Estados-Nações, províncias e municípios. Pensaremos, assim, a fronteira como a faixa de transição entre o início e o fim de um território, dessa maneira, apresentando diversas especificidades em relação aos territórios distantes

de sua faixa fronteiriça. Na sequência, trataremos dos poderes locais, pensando como, apesar de não se tratarem de linhas divisórias especificamente, há ações políticas baseadas ou não em burocracias que estabelecem fronteiras entre lugares, como as associações de moradores do bairro. Em seguida, adentramos os conflitos que se espalham no mundo devido a essas fronteiras subjetivas, que diferenciam povos e sociedades, gerando conflitos socioterritoriais e socioculturais.

Na última Seção (2.3), *Regionalização: entre o lugar e o mundo*, estudaremos os conceitos de região e regionalização. Esses conceitos tornam-se mais complexos no período atual, com os novos significados que as fronteiras ganham. Para tanto, estudaremos as definições de regionalização e qual perspectiva de mundo cada uma delas pode gerar. Em seguida, nos aprofundaremos na regionalização do espaço mundial nos dias de hoje, bem como a globalização da economia, conteúdo já inicialmente tratado nas seções anteriores. Encerraremos a seção e a unidade com uma retomada aos principais blocos econômicos do mundo, posto que essas instituições político-econômicas são consequências do processo de globalização do século XX até o momento, nas esferas política e econômica do mundo atual.

Boa leitura!

Seção 2.1

Estudos sobre o território

Diálogo aberto

Diana ingressa no 7º ano A, na escola Cora Coralina, no mês de abril, e percebe rapidamente que a sala, composta por 24 alunos, está dividida em 'panelinhas' (grupos fechados que costumam possuir algumas características em comum) de acordo com o estilo musical que mais agrada aos seus participantes. Sendo assim, há um grupo que gosta do estilo de música rock'n roll, outro grupo que gosta de pagode e samba e um terceiro grupo mais ligado ao estilo de música pop. Após a primeira semana de Diana na escola, ela foi acusada, por um aluno de outra sala, de ter pegado seu estojo. No entanto, todos os estudantes do 7º ano A sabiam que não havia sido ela. Para apoiá-la, teriam que se unir e realizar alguma ação em defesa da colega. Para tanto, convidaram as professoras de Artes e de Geografia para auxiliá-los. Os alunos gostariam que a defesa fosse com a apresentação de uma música, entretanto, o estilo musical que será referenciado passa a ser uma dificuldade, uma vez que cada grupo tende a escolher uma melodia mais voltada ao seu gosto. A professora de Geografia intervém a fim de chegar a uma escolha. Para isso, trabalha junto aos estudantes as ideias de territorialidades e transterritorialidades, debatendo não somente o estilo musical dos grupos, mas também sua postura e localização em sala.

Assim, levando em conta o conceito de formação socioespacial e usos do território, de que maneira a professora de Geografia pode interferir, em sua rotina de aulas nessa turma, no intuito de atenuar tais "panelinhas"? E de que forma a professora de Artes pode contribuir na busca de uma resolução no que se refere ao estilo musical a ser escolhido?

Vamos acompanhar as duas docentes e verificar como o trabalho interdisciplinar pode ser realizado na escola e, assim, contribuir para a formação crítica dos estudantes.

Não pode faltar

Estudos sobre o território

O termo **território** tem suas origens nas ciências da natureza, principalmente na Biologia e Zoologia. Todavia, é extremamente difundido e utilizado nas ciências humanas, sobretudo nos estudos geográficos. O conceito de território tem suas raízes na Geografia Clássica e, durante esse período (que compreende o final do século XIX), à época de consolidação dos Estados Modernos esteve atrelado à ideia de território nacional, ou seja, ligado diretamente a aspectos físicos e naturais e ao poder do Estado no estabelecimento das fronteiras.

Durante o período citado, tinha-se a ideia de que o território era fixo, isto é, o substrato para efetivação da vida humana, um palco, mero receptáculo das atividades sociais. Para o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) é sinônimo de solo, de terra e da dimensão física/natural somada à política do espaço. Para este autor, o conceito de território tem como fundamento a base físico-natural do Estado-Nação, o espaço vital, que dá suporte ao desenvolvimento atrelado à capacidade de organização e de controle de cada Estado

Reflita

A teoria do espaço vital limita a perspectiva e o entendimento do conceito de território, bem como o de espaço geográfico. Segundo seus principais autores, o território deve ser a fonte de recursos naturais a influenciar diretamente o desenvolvimento do Estado. Partindo dessa premissa, como seria possível explicar diferentes graus de desenvolvimento entre nações com recursos semelhantes? De que maneira seria factível explicar as diferenciações internas de uma nação? Devemos refletir em que medida os conceitos e ideias utilizados correspondem à realidade, sempre levando em consideração o fator social, algo que não aparece nessa corrente do pensamento.

A partir das décadas de 1960 e 1970 há um movimento de redescoberta do conceito de território. Desta forma, tal conceito é ressignificado a partir de um reflexo do processo de renovação do pensamento geográfico que ocorre durante esse momento. Assim,

as novas ideias que abarcam o conceito de território rompem com os preceitos e definições da Geografia Clássica. Com isso, temos como um dos pioneiros de uma nova abordagem o geógrafo suíço, nascido em Paris, em 1936, Claude Raffestin. Ele é um dos primeiros a destacar uma concepção múltipla do território, entretanto, tece uma análise mais voltada para economia e política. Para Raffestin (1993), o espaço é a base para uma formulação do território. Desta forma, segundo ele, o espaço vem primeiro e seria uma espécie de matéria-prima para a constituição do território, ou seja, o território seria 'gerado' a partir de um determinado espaço, sendo, assim, produzido por inúmeras relações que indivíduos ou grupo de indivíduos (agentes sociais) mantêm entre si e com a natureza. Note que os fatores físico-naturais deixam de ser o foco principal e o território passa a ser entendido como um produto dos atores sociais. Dessa forma, são os atores sociais que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, o espaço, ou seja, os atores sociais territorializam o espaço.

Contudo, para alguns autores há uma limitação no pensamento de Raffestin, na medida em que há uma redução da definição de espaço, já que nessa teoria o espaço passa a ser o substrato, o palco. O autor restringe o entendimento de espaço ao meio físico, aos recursos naturais. Todavia, é atribuído a Raffestin grande importância e peso nas contribuições acerca da temática territorial, sobretudo em seu posicionamento plural na abordagem, ou seja, na multidimensionalidade do enfoque, ao utilizar a terminologia sistemas territoriais, que se apresenta como resultado das relações de poder estabelecidas entre o Estado, as empresas, as organizações, os indivíduos, os grupos de indivíduos e os movimentos sociais. Alguns autores separam, de forma analítica, em quatro as vertentes de análise das múltiplas abordagens, a saber:

- Uma vertente relacionada ao território do cotidiano.
- Outra vertente diz respeito aos territórios das trocas.
- A terceira vertente é voltada a compreender os territórios de referências.
- A última é associada ao que se denomina de "território sagrado".

Entretanto, para alguns autores se faz necessário uma definição mais ampla e aprofundada do conceito de espaço. Desta forma, o território (assim como o território da Geografia Clássica) não é um mero receptáculo, um substrato, muito menos sinônimo de espaço. Assim, o espaço corresponde ao ambiente natural e antrópico organizado socialmente, enquanto o território é o produto das ações históricas que se concretizam em momentos distintos e são sobrepostas, constituindo diferentes paisagens resultantes da dinâmica socioespacial. Em linhas gerais, o território é reflexo das relações diárias ligadas à dinâmica política, econômica e cultural que configuram malhas, nós e redes; já o espaço é o ambiente construído.

Vocabulário

- **Malhas**: conjunto de pontos e conexões entre os diferentes agentes sociais.
- **Nós**: pontos de encontro de relações sociais.
- **Rede**: ligação entre dois ou mais agentes sociais.

Isto posto, podemos afirmar que o espaço e o território não são separados, um está no outro. Sem espaço não há território, sobretudo quando se reconhece a trilogia espaço-tempo-território como indissociável para a compreensão da realidade. Dessa maneira, o conceito de território ganha corpo e se torna um dos principais instrumentos de análise dos estudos geográficos que, mesmo com diferentes definições, sempre perpassa seu caráter multidimensional e plural.

No Brasil, os estudos territoriais do geógrafo gaúcho Rogério Haesbaert (2004) merecem destaque. Para esse autor, o território não se desvincula de sua origem epistemológica, ou seja, das propostas colocadas pela Geografia Clássica. No entanto, tal abordagem precisa compreender que o território também é constituído culturalmente. Haesbaert (2004) divide as propostas de abordagens essenciais do conceito de território em quatro:

I- Território natural.
II- Território político.
III- Território econômico.
IV- Território cultural.

Uma importante contribuição de Haesbaert é a distinção em dois grandes grupos, um a partir da ideia de território unifuncional e outro que concebe o território como espaço-tempo vivido. Dessa maneira, o território unifuncional está relacionado à ordem capitalista hegemônica, por meio da figura do Estado Moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que não admite multiplicidades. Diferente dessa proposta, há a ideia do território como espaço-tempo vivido, resultado de processos diversos, produzidos por meio de relações materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2004).

Assim, surgem dois grandes tipos de ideias de território, o unifuncional e o simbólico. Vale a pena ressaltar que eles nunca se apresentam em sua forma pura, isto é, um território tido como funcional apresenta características simbólicas, e vice-versa.

Em suma, Haesbaert (2004) sugere duas frentes pelas quais pode-se investigar o território: uma ligada a uma dimensão mais concreta, na qual o território é visto como domínio política e economicamente estruturado (unifuncional) e outra mais simbólica e identitária, determinada por ações de certos grupos sociais sobre o espaço.

Sendo assim, Haesbaert (2004) coloca que o território tem íntima ligação com a ideia de poder, mas não apenas o poder político tradicional. Por isso, deve-se distinguir os territórios de acordo com aqueles que exercem o controle. Segundo este autor, faz-se necessária a distinção entre os termos "apropriação" e "dominação": a apropriação é um processo mais simbólico, que carrega marcas do vivido, do valor de troca; enquanto a dominação é mais concreta, funcional e vinculada à ideia de valor de uso.

Outro autor muito importante que apresenta contundentes interpretações sobre os estudos territoriais é Marcos Aurélio Saquet, representante de uma corrente que busca articular tempo, espaço e território. Ele define que o território significa natureza e sociedade, economia, política, cultura, o que corrobora a ideia de pluralidade do conceito. Segundo seu pensamento, os territórios podem ser temporários ou mais permanentes, além de se efetivarem em diferentes escalas (SAQUET, 2009). Dessa forma, a perspectiva do autor coloca o território como um produto de mudanças e permanências ocorridas num ambiente onde se desenvolve o convívio de um grupo social. Em linhas gerais, é resultado e condição da relação social e natural, sendo apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais.

Concomitante ao desenvolvimento do estudo epistemológico do conceito de território, há outros que se referem às tipologias, resultado das multiescalaridades, que têm como finalidade a melhor compreensão

das complexas relações territoriais e do estudo das tipologias, as quais desenvolvem a ideia de multiterritorialidade, ou seja, das representações dos usos e dos tipos dos territórios.

Assim, são propostos três tipos essenciais de tipologia territorial:

- Uma relacionada ao espaço de governança da Nação: que compreende a própria base geográfica sob sua jurisdição.
- Uma que se refere à propriedade como espaço de vida, que pode ser comunitária ou particular, definida pelos valores de uso ou de troca, diferente em diversos sistemas políticos.
- A última diz respeito ao espaço relacional: considerado a partir de sua conflitualidade, diz respeito às formas de uso do território, ou seja, às suas territorialidades.

Por exemplo, uma empresa ganha ou perde território na medida em que aumenta ou diminui o consumo de seus produtos. Outro exemplo são os territórios do narcotráfico, que expandem ou diminuem de acordo com as correlações de forças entre as facções e as ações do Estado.

Essa multiterritorialidade, ou essa dinâmica combinada de múltiplos territórios, reúne três elementos: territórios zona, territórios rede e aglomerados de exclusão. Os territórios zona são aqueles que compreendem o território tradicional, ou seja, a categoria desenvolvida pela corrente da Geografia Clássica, com áreas e limites relativamente bem demarcados. Os territórios rede são aqueles configurados espacialmente, descontínuos, dinâmicos e sobrepostos, nos quais prevalece a lógica econômica. Por fim, os aglomerados de exclusão expressam uma mescla dos dois anteriores; representam grupos excluídos e/ou segregados cuja insegurança impede de exercerem um controle efetivo sobre o território.

Com isso, devemos ressaltar outro autor de suma importância na construção do pensamento territorial para Geografia, Milton Santos (1926-2001), cujo foco maior foi a categoria "espaço geográfico", na qual enaltece a concepção de território, enfatizando o uso das relações sociais que possuem como um dos seus entes de análise o espaço geográfico. Segundo Santos (1999), o território precisa ser pensado como algo dinâmico, constituído por dois sistemas igualmente dinâmicos: os sistemas de objetos e os sistemas de ações. Considerando-se esses dois sistemas, que são indissociáveis, é possível compreender o que o autor define como território usado. Esse território é entendido como aquele utilizado por todos os agentes que compõem o espaço: o Estado, as corporações e a sociedade civil.

O território usado, segundo Santos (1999), é o lugar onde desencadeiam todos os poderes, todas as forças, as fraquezas, as paixões. É o local em que a história do homem plenamente se realiza, buscando assim uma compreensão que vai além dos aspectos funcionais, como destacou Hasbaert (2004). Desta forma, não é o território em si a categoria de análise social, mas sim o território usado, ou seja, o território usado é simultaneamente matéria (objetos) e sociedade (ações).

Pesquise mais

Recomenda-se a obra do geógrafo Milton Santos. Graduado em Direito, ele atua em diversas áreas da Geografia com grandes contribuições aos estudos da geografia urbana e do planejamento territorial. É referência, também, nos estudos sobre a globalização. Possui vasta obra com uma coleção inovadora que aborda o espaço geográfico. Uma de suas principais obras é o livro

SANTOS, M. **Natureza do espaço**: espaço e tempo; razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Territorialidades, desterritorialidades, transterritorialidades e formação socioespacial

A partir do desenvolvimento dos estudos territoriais, novos conceitos, ideias e desdobramentos acerca da temática territorial ganham notoriedade. A fim de facilitar a compreensão dos processos e relações sociais, estes conceitos visam a uma melhor categorização e sistematização dos estudos desenvolvidos. As ideias de **territorialidade, desterritorialização e transterritorialização** são exemplos disso. O conceito de territorialidade, a priori, tem seu princípio fundamentado no Direito, o que lhe permite estabelecer e/ou delimitar uma área geográfica em que o Estado exerce sua soberania. É importante destacar a diferença entre a territorialidade humana e a biológica. Esta última está diretamente ligada à demarcação de uma área de caça, alimentação, e/ou reprodução, enquanto a primeira, à estratégia espacial que afeta, influencia e gere recursos e pessoas, por meio do controle de áreas, configurando um comportamento espacial. Assim, a territorialidade é resultado de uma construção social, uma

vez que é composta por relações sociais formatadas espacialmente, cumprindo, assim, funções econômico-político-ideológico-sociais, ou seja, de controle.

Sendo assim, observamos que os múltiplos agentes (governo, empresas e os próprios indivíduos) podem criar ou destruir territórios. Produzem tais movimentos de acordo com as relações espaciais estabelecidas. Para alguns autores, o processo de criação e expansão dos territórios é chamado de territorialização, ao passo que as dinâmicas de retração e destruição do território acarretam a desterritorialização. A contração, ou o abandono do território, faz referência à recusa em se reconhecer um novo território, novas dinâmicas socioeconômicas que lhes conferem novos valores de usos ou novos valores de troca, ou mesmo reflexos de movimentos de abandono de determinados territórios produzidos ao longo da história.

Um processo que ganha destaque e altera a dinâmica territorial é o de migração. As migrações provocam, em qualquer tempo ou localidade, um choque de territorialidades. Esse choque é chamado de transterritorialidade e está relacionado às disputas, tensões entre diferentes modelos de territorialidade em função de pessoas ou grupos, instituições, classes que transitam por territorialidades distintas. Esse trânsito é quase sempre carregado de disputas, conflitos e tensões que se exacerbam com as migrações. Assim, a transterritorialidade está diretamente ligada a uma situação de mal-estar, pois os sujeitos são marcados e marcam processos de identificação com o território, quase sempre de forma permanente durante sua existência. Desta maneira, podemos concluir que as territorialidades são diversas, múltiplas e distintas.

Reflita

Em muitos casos, populações inteiras são forçadas, pelos mais diversos motivos, a se retirarem de seus territórios e a ocuparem outros. Isso pode acontecer de forma pacífica ou não. Você já pensou nos refugiados que, na maior parte dos casos, saem de seu território forçadamente e, ao chegarem em outro, são hostilizados.

Em certos casos, no entanto, há Estados que oferecem asilo a grupos

sociais perseguidos em seus países, como foi o caso dos exilados políticos que foram forçados a deixar o Brasil durante a época da ditadura militar.

Hoje em dia, quem são os desterritorializados?

Outra categoria bastante utilizada nos estudos territoriais é **formação socioespacial.** Ela expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas: econômica, política, social e cultural. Desta maneira, permite compreender a totalidade e as frações que a compõem, definindo especificidades de cada formação, bem como o que as distingue. Assim, o conceito de formação espacial compreende uma estrutura técnica produtiva, expressa geograficamente por uma distribuição espacial, ou seja, formas espaciais seriam resultado do arranjo espacial de cada lugar.

Derivada da corrente marxista, essa categoria tem como ponto de partida estudos ligados ao modo de produção, uma vez que este constitui um modelo de realização do trabalho, um padrão da relação econômica e social, que se concretiza em suas lógicas e contradições. Dessa maneira, a formação espacial constitui a estrutura técnica produtiva expressa geograficamente na distribuição da produção. É a expressão do sistema de relações sociais. Para Santos (1977), a categoria "formação socioespacial" pode ser analisada através da ideia de totalidade, uma vez que esse autor considera o espaço como uma instância social.

Usos do território

O uso do território é um conceito igualmente difundido por Santos (1977) e por ele considerado como sinônimo de território usado. Lembre-se de que o território tem seu uso ligado aos três agentes que constituem o espaço geográfico: sociedade, Estado e corporações (ou empresas). Essa concepção chama atenção para o fato de que, apesar de serem agentes com poderes desiguais, eles são, ainda assim, capazes de construir e constituir o território. Dessa maneira, embora o termo usado remeta a uma ação já finalizada, a intenção é que se entenda que o território está em constante uso por esses três agentes, algo que não é necessariamente concomitante nem ocorre da mesma maneira.

Tal uso também ocorre de forma remota, principalmente no caso dos Estados e das corporações. Estas últimas costumam manter suas sedes administrativas nos países europeus e norte-americanos (principalmente EUA), porém suas filiais (onde se realiza a produção em si) instalam-se nos países latino-americanos, asiáticos e africanos. As normas de produção e de trabalho são definidas remotamente, nas sedes administrativas, e transmitidas pela gerência e diretoria dessas filiais. Concomitantemente, nessas filiais encontram-se os trabalhadores que, embora com menor poder de transformação, podem alterar alguns detalhes e pontos na cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, a ação do Estado está presente, haja vista que apenas com a autorização deste é permitida a implantação dessas corporações e inserção do regime de trabalho que deve seguir as normas do país e das suas outras escalas (municípios, Estados, províncias, por exemplo). Logo, nesse território usado, ou nesse espaço geográfico, encontramos os três agentes que compõem a totalidade.

Assimile

Territorialidade: processo de delimitação e controle de um dado território.

Desterritorialidade: processo de retração territorial.

Transterritorialidade: situação territorial conflituosa, em que são colocadas diferentes perspectivas territoriais em um mesmo espaço.

Exemplificando

A territorialidade, como processo de delimitação e controle de um dado território, pode ser observada nas comunidades indígenas ou comunidades quilombolas, nas quais a população luta pela demarcação legal e legítima de seus territórios pelo governo federal, para ter controle sobre o ele e clareza sobre seus limites. A organização interna de tais territórios é feita a partir das necessidades de sobrevivência e normas que constituem a identidade dos povos que os ocupam, nesses casos, o modo de vida dos indígenas e das populações negras distantes de centros urbanos, respectivamente.

Sem medo de errar

Conforme mencionado anteriormente, as professoras devem auxiliar os alunos na escolha de uma música, propondo também ações a fim de romper o bloqueio de parte dos estudantes com o diferente, nesse caso, o estilo musical.

Dada a situação, como os estilos musicais são diversos, a professora de Geografia pode, ao conceituar o território, mostrar a evolução desses estilos nos estudos e abordagens territoriais. Ao fazer isso, nessa situação, deve destacar a multiplicidade de fatores e variáveis que entram no debate, enfatizando as definições que dialogam com ideias e teorias de autores diferentes para chegar a uma outra definição. Dessa forma, as professoras mostram aos alunos a possibilidade de mesclar estilos musicais, frisando que, assim, é muito mais provável que seus repertórios musical e cultural se enriqueçam, não só mediante à música apresentada, mas também em relação a todos participantes.

Dessa maneira, a professora de Artes, ao trabalhar estilos e escolas artísticas, enfatiza a construção de suas definições, sem apresentá-las como um dado já existente. Assim, pode estabelecer atividades multidisciplinares, como apresentar diferentes obras de diferentes autores ao redor do mundo em um mesmo momento histórico, para que se lance um debate acerca de suas diferenças e semelhanças. É importante romper eventuais bloqueios que os estudantes apresentem em relação a diferentes estilos musicais, mostrando a pluralidade existente e viabilizando o constante diálogo entre os saberes, prévios e científicos.

Faça valer a pena

1. Leia atentamente o fragmento de texto seguinte:

> **[...] a especificidade de cada formação, o que a distingue de outras, e, no interior da FES (formação sócio espacial), a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. (SANTOS, 1977, p. 25)**

Sobre a categoria "formação socioespacial", assinale a alternativa correta:

a) Expressa a ação de um Estado sobre um território, a partir da análise do modo de produção.
b) Permite compreender somente as frações do território, definindo padrões e especificidades.
c) É sinônimo de Estado-Nação, ou seja, expressa o território de um Estado nacional.
d) Permite compreender a totalidade e as frações do território, resultado dos arranjos espaciais de cada lugar.
e) É resultado do modo de produção, derivando das relações de trabalho e do Estado.

2. Leia atentamente as frases seguintes:

I- O conceito de transterritorialidade está ligado a processos migratórios e ao embate de diferentes perspectivas.
II- O conceito de territorialidade é sinônimo de território, entretanto, é utilizado quando se busca referenciar uma ação direta no território.
III- Território usado é uma categoria que busca dar ênfase aos seus processos unifuncionais.
Assinale a alternativa que indica qual(is) afirmação(ões) anterior(es) está(ão) correta(s).
a) Apenas a I.
b) Apenas a II.
c) Apenas a III.
d) Afirmações I e II.
e) Afirmações II e III.

3. Leia o fragmento de texto seguinte:

"Se as formas são importantes, também o são as ações humanas, isto é, o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos. O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações." (SILVEIRA, 2011, p. 5)

Com relação ao conceito de território usado, assinale a alternativa correta:

a) É um conceito que indica ações do passado cristalizadas no território.
b) É um conceito que visa indicar e enfatizar a exploração do território.
c) É sinônimo de solo, substrato, ou seja, é palco das ações humanas.
d) Conceito da Geografia Clássica que busca legitimar a exploração de recursos.
e) É um conceito que busca chamar a atenção para o fato do território estar em uso.

Seção 2.2

Fronteiras: territórios em disputa

Diálogo aberto

Na hora do intervalo, os alunos de cada série ocupam uma área distinta da escola: os 6os anos, perto dos banheiros; os 7os anos, próximo ao bebedouro; os 8os anos, ao lado da cantina e os 9os anos na única quadra que há na escola. A coordenação da escola nunca viu tal configuração como um problema e desconsidera que exista a possibilidade de um conflito entre os alunos, já que essa repartição dos espaços está estabelecida há algum tempo e se mantém sem alteração. No entanto, os alunos dos 7os e 8os anos procuraram pela coordenação para solicitar o direito ao uso da quadra e alegam que a maioria deles circula restritamente pela escola, cobrando uma ação, pois todos têm o mesmo direito de uso. Sendo assim, de que forma a coordenação pode contribuir com os alunos para, respeitando as diferenças entre as turmas, colaborar para a construção de novos significados nos espaços da escola?

Não pode faltar

As fronteiras

Uma das ideias e conceitos mais trabalhados na Geografia, sobretudo nos estudos da Geografia Política, é o conceito de fronteira. Em primeiro lugar, é necessário diferenciar fronteira da linha imaginária que separa municípios, Estados e nações, ou seja, a ideia de **limite** está diretamente relacionada à divisão de uma unidade territorial de outra unidade territorial, geralmente entre duas nações, mas não é exclusivo. Este conceito nos remete à constituição dos Estados Modernos, uma vez que estes têm necessidades de demarcar com precisão os pontos do território sobre os quais cada Estado-Nação exerce sua soberania.

Já o conceito de **fronteira** remete a algo mais dinâmico, mais fluido. Ele designa uma frente de expansão ou uma zona de inter-

relações entre diferentes meios, não sendo necessariamente territórios distintos. Note a diferença das ideias com relação ao conceito de quanto à exatidão, já que o limite é fixado judicialmente, perfazendo a ideia de não relação entre as partes. Já a fronteira é mais fluida e há comunicação e inter-relação entre as partes. Diferente de limite, a fronteira é uma faixa territorial, uma zona, e não uma linha ou um marco.

Exemplificando

Há algumas fronteiras bastante inusitadas pelo mundo, veja alguns exemplos:

Figura 2.1 | Fronteira entre a Holanda (NL) e Bélgica (B)

Fonte: <https://goo.gl/rLRqke>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Nesse caso, a fronteira é simbolizada por uma linha traçada.

Figura 2.2 | Ponte sobre o rio Inari, fronteira entre a Finlândia e a Noruega

Fonte: <https://goo.gl/BNuZGa>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Nesse caso, a fronteira se utiliza de um limite natural, o rio.

A partir disso, os limites podem ser divididos em duas vertentes: os limites naturais e físicos; e os limites artificiais. Os naturais são aqueles que não foram criados pelo homem, como um rio, uma floresta, uma montanha, ou seja, alguma barreira natural que separa uma localidade da outra, são baseados nas características naturais da paisagem. Já os limites artificiais são aqueles criados pelo homem, como ruas e avenidas, muros ou paredes, até mesmo uma linha imaginária que demarca a separação de um lugar do outro.

Reflita

As fronteiras são conhecidas como zonas de tumultos latentes, ou seja, áreas nas quais podem ocorrer desestabilidades, gerando conflitos armados ou políticos. Contudo, há exemplos no mundo em que essa situação é bem diferente e a zona de fronteira parece amigável. Um exemplo é a fronteira entre Estados Unidos e Canadá. Assim, surge o questionamento: as fronteiras são, por natureza, zonas conflituosas, ou são as políticas internacionais dos países que geram tais tensões?

Além disso, muitas fronteiras são estabelecidas a partir de elementos naturais, como rios, morros, montanhas, entre outros. Em que medida a utilização (aproveitamento) de um elemento natural pode transformar a zona da fronteira em uma área de conflito? Ou será que ocorre justamente o contrário, se todas as fronteiras fosse assim estabelecidas, os conflitos seriam minimizados e/ou inexistentes?

Os poderes locais

A compreensão acerca dos poderes locais, primeiramente, se refere à proposta de Claude Raffestin (1993) de que, além das empresas e dos Estados, emana também da sociedade civil organizada algo que é entendido como um poder que vem de baixo, do território, das pessoas, enquanto o poder do Estado e das empresas é um poder de cima, muitas vezes imposto por esses agentes no território onde conseguem exercer seu poder. Nas palavras de Dowbor (2008, p. 5) o "problema do poder local [...] envolve, portanto, a questão básica de como a sociedade decide seu destino, constrói sua transformação, e [...] se democratiza".

É possível, assim, pensar que há outras fronteiras que se estabelecem além daquelas que dividem Estados-Nacionais, províncias e municípios. Costumeiramente, a escala local é compreendida como a escala municipal. Para pensar a constituição do poder que vem da

sociedade civil, devemos considerar uma escala mais detalhada que a de município: trata-se da escala da moradia ou do bairro.

Dessa maneira, o poder local pode ser concretizado, principalmente, nas associações de moradores do bairro, instâncias com reconhecimento político, mas não representativas na democracia, que possuem o poder de estabelecer e até legislar sobre alguns elementos no bairro que representam. Por exemplo, fornecer documentos que podem ser utilizados como comprovantes de residências; distribuir programas de auxílio de renda estabelecidos no município e assim por diante. Para isso ocorrer, as reuniões, assembleias e eleições dos representantes de bairros precisam ser reconhecidas legalmente.

Tais instituições redefinem algumas fronteiras, mas não são, é claro, superiores aos poderes da prefeitura, câmara de vereadores e secretarias municipais. Elas possuem reconhecimento legal e podem ser entendidas como uma nova escala de ação com suas fronteiras delimitadas pela área que representam.

Esse entendimento se relaciona diretamente ao primeiro conteúdo visto nesse curso, a política realizada no cotidiano. O fazer política que não se dá obrigatoriamente apenas nas instâncias especificamente políticas, mas também nas reuniões da associação de pais e mestres nas escolas, nas reuniões de condomínios e assim por diante. Um elemento que pode resultar dessas escalas de poder são as identidades locais, alguns grupos podem se ver representados por aquele bairro ou comunidade onde moram, de modo que essas "fronteiras" locais constroem identidades, a partir de elementos em comum entre os moradores da mesma área, ou os alunos e as mães e pais de uma respectiva escola.

Assimile

Limite: linha imaginária que divide dois territórios.

Fronteiras: faixa territorial que designa uma frente de expansão ou uma zona de inter-relações entre diferentes meios.

Conflito socioterritorial

Antes de adentramos os conflitos socioterritoriais, é importante a compreensão de que eles dificilmente ocorrem envolvendo apenas elementos sociais e territoriais, em boa parte mesclam questões culturais e étnicas. Para facilitar as análises científicas, propõe-se a divisão entre conflitos socioterritoriais e conflitos étnicos-culturais como um recurso analítico.

Entendemos por **conflito socioterritorial** aquele que reivindica questões territoriais, seja pelo domínio de área, exploração de recursos naturais e/ou áreas de cultivo agrícola. Assim, são conflitos relacionados ao controle de um território, ou de uma parcela. Como mencionado anteriormente, a questão territorial não se apresenta como única e exclusiva reinvindicação do conflito, mas é onde se enfatizam os discursos dos agentes que estão em conflito. Dessa forma, conflitos territoriais são sempre entendidos como socioterritoriais, pois para se constituir um território é necessário seu uso, logo, o envolvimento de uma sociedade, esteja ela ocupando o território ou distante dele, reivindicando seu direito de explorá-lo ou utilizá-lo.

Esses conflitos podem ocorrer entres Estados Nacionais, tanto em disputa por outros territórios ou para sua manutenção quanto em diversas outras escalas, inclusive no que diz respeito a questões internas aos Estados Nacionais.

Assim, os conflitos socioterritoriais tratam das disputas pelo controle de um território, seja para residir, como nos casos das ocupações urbanas de terras e imóveis vazios, seja na disputa pelo direito à sua exploração e dos recursos nele existentes, tais como a própria terra, como no caso das grilagens e da expansão de fronteiras agrícolas. Podem ainda ser disputas por um território com maior autonomia legislativa, que costumam se constituir nos casos mais complicados, na medida em que envolvem a demarcação de áreas para diferentes etnias, como o caso da demarcação de terras indígenas e quilombolas, de sociedades nômades em países da África e a disputa entre israelenses e palestinos, que apresentaremos mais à frente.

No Brasil, a demarcação de terras indígenas e quilombolas é um dos conflitos socioterritoriais mais latentes. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), terra indígena é uma porção de terras pertencentes à União, habitada por um ou mais povos indígenas que exercem o controle sobre ela e nela produzem. Por isso essa terra

lhes é imprescindível para manutenção de sua cultura e preservação ambiental. Trate-se, assim, de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva que se diferencia do conceito de propriedade privada largamente difundido na sociedade brasileira.

Um caso muito debatido no país é a demarcação das terras da comunidade Raposa Serra do Sol que gerou muita discussão e controvérsia durante seu processo de constituição, bem como durante os anos que o seguiram. Localizada a nordeste do Estado de Roraima, é uma das maiores terras indígenas do país. A ocupação destas terras por não indígenas não é recente, segundo alguns registros, datam de 1919 e seu uso era diversificado. No período mais recente, uma das principais ameaças sofridas por essa comunidade é a invasão de arrozeiros. Os primeiros produtores de arroz chegaram na região por volta dos anos de 1970, período em que se inicia o processo de demarcação das terras. Segundo o Ministério da Justiça (1998), todos os produtores (não indígenas) que compraram suas terras de outros fazendeiros da região já foram indenizados e reassentados. Todavia, por volta de 1990, a área passou a ser invadida por pessoas que não possuíam posse ou títulos das terras e enxergaram uma oportunidade de se aproveitar das disputas ali existentes.

No ano de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou a desocupação da área. Contudo, a população não indígena, os rizicultores e os criadores de gado da região, resistiram, alegando que as áreas ocupadas pelos arrozais correspondem a uma pequena porção da reserva. Assim, no ano de 2008, a Polícia Federal iniciou a chamada Operação Upatakon III, que visava à retirada dos não indígenas da área. No mesmo ano, o governo de Roraima entrou com pedido no STF para que revogasse a desocupação. Diante destas resistências à desocupação, o governo federal enviou a Força de Segurança Nacional para prestar auxílio à Polícia Federal.

A representação realizada pelo governo de Roraima foi acatada e no final de 2008 a operação Upatakon III foi suspensa, embora o policiamento federal tenha continuado na região, a fim de que fossem julgados os casos relativos à homologação. Assim, no ano de 2009 o STF, em sua decisão final, confirma a homologação contínua das Terras da Raposa Serra do Sol, exigindo a retirada dos não indígenas na região.

Figura 2.3 | Mapa – Localização da comunidade Raposa Serra do Sol e outras terras indígenas I

Fonte: <https://goo.gl/9mNEEN>. Acesso em: 7 jun. 2017.

Figura 2.4 | Mapa – Localização da comunidade Raposa Serra do Sol e outras terras indígenas II

Fonte: <https://goo.gl/KeDJW1>. Acesso em: 7 jun. 2017.

Assim, fica claro que essa disputa tem em seu cerne a questão territorial, bem como a demarcação de limites e fronteiras. Controversa até entre os povos indígenas da área, essa disputa traz consigo um intenso debate acerca do direito de uso e controle dos recursos de uma porção do território brasileiro. Para alguns, essas demarcações são apenas um atraso ao avanço econômico, enquanto para outros,

a demarcação de terras Indígenas beneficia a sociedade como um todo, contribuindo para sua formação pluricultural, fomentando a proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro e contribuindo para a manutenção e o fortalecimento destas populações locais, dizimadas ao longo dos séculos.

Conflitos socioculturais

Entendemos aqui por conflitos culturais, os conflitos étnicos e/ou religiosos. Assim, em linhas gerais, são aqueles que opõem duas ou mais etnias, isto é, grupos culturais heterogêneos. Atualmente existem inúmeras áreas de tensões e conflituosas ao redor do globo.

Um dos conflitos mundiais que salta aos olhos foi conhecido como desintegração da Iugoslávia. Este não é apenas um conflito, mas sim, uma série de conflitos que resultam na desintegração daquele país. A priori, a República Socialista Federativa da Iugoslávia era constituída por seis repúblicas regionais e duas províncias autônomas, divididas de acordo com as etnias ali presentes. A partir da década de 1990, acontece a separação dessa República. Após tal fato, as oito federações iniciais foram divididas em seis independentes (Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia, Montenegro e Sérvia), sendo que as duas províncias autônomas, Kosovo e Vojvodina, ficaram atreladas à Sérvia.

Entretanto, essa divisão não foi suficiente para encerrar os conflitos e diferenças étnicas da região. A Bósnia, por exemplo, possuía cerca de metade da sua população formada por sérvios e croatas, assim, zonas da Bósnia, Croácia e Sérvia foram consideradas zonas de disputas. Desta maneira, a região que durante os anos da Guerra Fria foi considerada uma importante aliada soviética, com forte poderio industrial, acaba por afundar numa crise econômica. Após a queda da União Soviética, ocorrem eleições pluripartidárias nas federações, com alguns políticos defendendo a separação e independência definitiva, enquanto outros buscavam manter a união entre as federações. Assim, após muitos conflitos, manifestações e mortes, em junho de 1991 a Eslovênia e a Croácia são as duas primeiras repúblicas a se tornarem independentes. Contudo, poucos meses depois eclodiu uma guerra dentro do território da recém-formada Croácia: grupos da etnia sérvia tentaram declarar independência da Croácia. Em setembro do mesmo ano, foi a vez da Macedônia declarar sua independência da Iugoslávia, com auxílio de soldados

norte-americanos enviados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Desta forma, as fronteiras entre as repúblicas passam a ser consideradas como fronteiras internacionais. Assim, no ano de 1992 foi fundada a República Federal da Iugoslávia, no território da Sérvia e Montenegro, com o ideal de voltar a controlar todas as federações. Contudo, a comunidade internacional, via Acordo de Dayton, coloca fim à República Socialista da Iugoslávia em 1995, considerando sua dissolução e a formação de Estados independentes. Com isso, no ano de 2003, o nome Iugoslávia deixa de existir, formando dois governos individuais de Sérvia e Montenegro, sendo estabelecidos os limites e fronteiras entre os países. No ano de 2006 a comunidade Europeia faz reconhecimento formal da independência de Montenegro da Sérvia.

Pesquise mais

O filme *Hotel Ruanda*, de 2004, retrata o conflito de 1994 ocorrido no país de mesmo nome, na África. Tal conflito levou à morte de quase um milhão de pessoas em pouco menos de cem dias. O filme relata a ausência de auxílio internacional e de que forma os próprios ruandeses encontraram meios para sobreviver ao massacre. O filme trata da estratégia de Paul Rusesabagina, gerente de um hotel, na capital do país, que abrigou cerca de 1.200 pessoas durante o conflito. Esse conflito foi gerado pelo embate de duas etnias presentes no território de Ruanda, os Hutus e os Tutsi, sendo um dos mais violentos da história recente.

Sem medo de errar

Os diferentes espaços da escola que são ocupados pelas turmas das diferentes séries possuem, cada um, pontos positivos e negativos (estar perto ou longe do banheiro, poder utilizar a quadra e assim por diante). Tais pontos podem ser entendidos como recursos, como aqueles existentes nos territórios. Para buscar reduzir as possibilidades entre um lugar do pátio e outro, a coordenação precisa compreender esses diferentes recursos e flexibilizar o uso desses espaços, ou seja, flexibilizar as fronteiras, torná-las mais porosas.

Uma opção que pode ocorrer é o rodízio dos diferentes espaços de modo que todos possam usufruir de todos os recursos existentes na escola. No caso de uma Nação, com essa solução há mais possibilidades de redução de conflitos, ao permitir que as populações com menor acesso aos postos de trabalhos urbanos, como é o caso

dos povos indígenas, acessem outros recursos da sociedade atual, como a terra, áreas de florestas conservadas, áreas bem servidas de recursos hídricos. Desse modo, é possível reduzir conflitos a partir da compreensão de oportunidades que cada território possui para a nação que vive nele.

Assim, a coordenação da escola rompe com a ideia de permanência em locais fixos fundamentada na idade e/ou série e permite a realização de atividades extraclasse com todos seus alunos, promovendo debates acerca do tema de fronteiras e seus conflitos para ressaltar a ideia de que os espaços são zonas transicionais, nas quais devem imperar inter-relações entre os meios separados.

Faça valer a pena

1. Analise as afirmações a seguir:

( ) As fronteiras são limites imaginários impostos pelo Estado a fim de melhor organizar seu território.

( ) Os limites são sinônimos de fronteiras, ou seja, são as linhas divisórias que separam dois territórios diferentes.

( ) A fronteira é mais dinâmica e fluida que o conceito de limite.

( ) As fronteiras são faixas territoriais que podem indicar uma frente de expansão e não somente uma divisão.

Marque a alternativa que indica, respectivamente, quais afirmações são verdadeiras (V) e quais são falsas (F):

a) F-F-F-V.
b) V-V-F-F.
c) F-F-V-V.
d) V-F-V-F.
e) F-F-V-F.

2. Leia com atenção o fragmento de texto a seguir:

"A atuação do Estado foi decisiva para que houvesse a ocupação do cerrado. Entre meados da década de 1970, um conjunto de fatores contribuiu para fazer da região Centro Oeste a área mais promissora da fronteira agrícola. Os planos governamentais, a infraestrutura, as modificações da base técnica agropecuária, os modelos desenvolvidos pela revolução verde, que por meio da tecnologia resolveram problemas da fertilidade do solo, contribuíram para expansão da fronteira agrícola nesta região." (CARRIJO, 2008, p. 12)

Com relação ao fragmento de texto e sobre os conceitos de fronteira e limite, é correto afirmar que:

a) O termo fronteira agrícola é utilizado de forma errônea, uma vez que não separa dois territórios diferentes.
b) O termo fronteira agrícola deveria ser substituído por limite agrícola, uma vez que este é demarcado judicialmente.
c) O termo fronteira agrícola indica os limites de crescimento das produções agrícolas no mundo, é um termo genérico.
d) O termo fronteira agrícola está correto, uma vez que as produções são individuais e as fronteiras delas devem ser respeitadas.
e) O termo fronteira agrícola faz referência à área de expansão da atividade agrícola no Brasil.

3. Leia atentamente as afirmações seguintes:
I- Os territórios indígenas são áreas demarcadas que indicam seu uso e controle por tais povos.
II- Com a demarcação de terras indígenas, a posse da terra passa automaticamente para a comunidade indígena residente no local.
III- A demarcação de terras indígenas pode gerar uma ruptura do território brasileiro, com a formação de Estados de cunho indígena.
Assinale a alternativa que indica somente a(s) afirmação(ões) que está(ão) correta(s):
a) Apenas a I.
b) Apenas a II.
c) Apenas a III.
d) II e III.
e) I e II.

Seção 2.3

Regionalização: entre o lugar e o mundo

Diálogo aberto

No final do primeiro semestre se inicia o planejamento da tão esperada gincana escolar e esse ano, devido às mudanças ocorridas com o uso do espaço do pátio no intervalo, a equipe gestora e os professores se propuseram a idealizar uma divisão dos times de maneira diferente, deixando de ser por série e/ou por gênero. Considerando que a escola conta com cerca de 300 alunos, divididos em quatro séries e oito salas, e que essa divisão entre os alunos pode se aproximar das diversas possibilidades de regionalização do território, como os professores e a equipe gestora poderiam contribuir para que os estudantes encontrassem uma forma alternativa de se agruparem?

Não pode faltar

Regionalização

O termo região aparece na Geografia Moderna em meados do século XIX. A priori tem seus fundamentos na Geologia e surge como representação de um conjunto de bacias hidrográficas orientadas pelo relevo. Todavia, acaba se constituindo como um conceito-chave para Geografia, amplamente difundido e estudado.

Concomitante aos estudos da escola alemã, que tinha Friedrich Ratzel como principal expoente, a escola francesa vinha se consolidando. Esta escola tem como um de seus principais autores **Paul Vidal de La Blache** (1845-1918), um dos primeiros a ganhar maior destaque no meio acadêmico, sobretudo, com o desenvolvimento do conceito **gênero de vida**. A escola alemã de Geografia buscava legitimar as ações imperialistas desse Estado, logo, devido aos conflitos recorrentes entre esses dois países durante a primeira metade do século XX, era trabalho dos franceses combatê-lo. É com esse intuito que nasce a Geografia francesa.

Uma das primeiras críticas realizadas pelos franceses aos alemães, sobretudo a Ratzel, tratava da politização explícita contida em seus

trabalhos. La Blache condenava a relação direta do pensamento geográfico com a defesa de propósitos políticos imediatistas. Isto quer dizer que Vidal de La Blache trazia o discurso liberal clássico presente na teoria ratzeliana da imparcialidade científica que tal estudo dizia conter. Acreditava que o pesquisador deveria ser neutro, bem como a ciência em geral, defendendo a neutralidade do discurso científico. Todavia, a proposta de Geografia criada por La Blache é dotada de características ideológicas, ou seja, está vinculada à legitimação, assim como a de Ratzel.

Outra crítica realizada pelos franceses diz respeito à diminuição das ações sociais e humanas no pensamento ratzeliano. Desta forma, Vidal tece duras críticas ao caráter naturalista do pensamento alemão e defende o caráter criativo, presente nas ações humanas, valorizando a História. Para alguns autores essa é uma das principais contribuições de Vidal de La Blache. Apensar de grande esforço para elevar a carga humana em seus estudos e formulações, essa corrente também não chega a romper com a visão naturalista. Segundo o próprio Vidal de La Blache, a Geografia seria a ciência dos lugares e não dos homens, sendo seu objetivo o estudo das paisagens como sendo resultado das ações dos homens.

A terceira crítica de La Blache à escola de Ratzel deriva desta última. Diz respeito à concepção mecanicista entre os homens (sociedades) e a natureza e propõe uma postura mais relativista, desconstruindo a determinação de uma História condicionada por fatores naturais. Esses três pontos são considerados pilares no pensamento de Paul Vidal de La Blache, que vai propor que a Geografia deve estudar a relação homem-natureza sob a perspectiva da paisagem. Desta forma, o homem é considerado um ser ativo, que sofre influência do meio, contudo, atua sobre ele e o transforma.

Assim, Vidal de La Blache, partindo de quadros naturais, busca mostrar de que forma os climas e relevos oferecem possibilidades. Todavia, seu emprego vai depender dos grupos sociais e da forma como farão uso dessas possibilidades. Ao fazer uso da natureza, diferenciando suas partes, constituem o que seriam as **regiões**. Porém, seu ponto de partida é a **região natural** (delimitada segundo fatores naturais ou físicos), tendo como apoio a Geologia, o clima e o relevo. O conceito de região é oriundo da Geologia, trazido pelo francês Lucien Gallois (1857-1941), que pensava que a região era uma superfície da Terra dotada de uma unidade natural, tendo suas especificidades estabelecidas através dos elementos naturais. Vidal de La Blache buscou humanizar tal conceito, estabelecendo sua originalidade a partir das ações dos homens.

Este autor se dedicou a regionalizar (em linhas gerias, a criar regiões)

fundamentais do solo francês, baseado nos preceitos das regiões naturais. Desta maneira, essas regiões se subdividiam em unidades menores, que devem ser compreendias pelos aspectos históricos, políticos e econômicos.

Sendo assim, para La Blache, tais regiões são dotadas de características singulares, aspectos e traços amplamente diferenciados, cuja originalidade se cristaliza numa fisionomia que, para este autor, é a paisagem. Essa teoria concebe o homem como a espécie de hóspede antigo presente em vários pontos do globo terrestre, que se adaptou de acordo com as características de cada localidade, cada parte do planeta. Cria-se, assim, um relacionamento constante e cumulativo, gerador de um acervo de técnicas, hábitos, costumes que lhes permitem fazer uso dos recursos naturais encontrados. A este conjunto de técnicas que vai sendo construído e transmitido ao longo da história, La Blache chama de **gênero de vida.**

Dito isso, vale a pena ressaltar que este autor criou uma espécie de doutrina conhecida como **Possibilismo** e suas teorias e formulações se constituem como núcleo central desta disciplina, fundando a Escola de Geografia Francesa. Esta escola leva como uma de suas ideias centrais o conceito de região. A priori, ele era utilizado para determinar uma unidade de análise geográfica, não se constituindo em um instrumento teórico de pesquisa, mas sim, em um dado analítico da própria realidade. Para estes autores, as regiões existiam de fato e caberia aos geógrafos delimitá-las. Dessa maneira, segundo tais preceitos, por meio da observação seria possível estabelecer a dimensão territorial de uma região. Em suma, para La Blache a região geográfica determina parcelas da superfície terrestre, desde que estas apresentem certa homogeneidade de algumas características, ressaltando a combinação de elementos físicos e naturais com elementos humanos. Contudo, com o passar dos anos, o entendimento deste conceito não fica estagnado, passando por diversas alterações ao longo da história.

Reflita

Observe que possibilismo vem de encontro às ideias de Ratzel, na medida em que apontava os recursos do meio natural como viabilizadores (possibilitadores) do desenvolvimento do homem. Já o determinismo de Ratzel apregoava que o homem é fruto das condições do meio e isto é o que condicionava o seu desenvolvimento (ou não).

Posterior ao teórico Vidal de La Blache, devemos destacar os estudos do pensador francês Andre Cholley (1886-1968). Este autor busca superar as definições que partem do predomínio dos dados naturais em sua composição, trabalhando em uma escala menor de regionalização que La Blache. Outro autor que ganha destaque a partir do século XX é Max Sorre (1880-1962), para ele, a região se trata de uma área restrita e individualizada pela uniformidade dos fatores físicos e pela presença de um gênero de vida particular. Trabalha a ideia de **regiões elementares,** aquelas nas quais determinados agrupamentos humanos, através de um gênero de vida específico e consolidado, atuam em harmonia com o conjunto de condições geográficas. Assim, mantém a ideia da região como uma realidade em si, como uma entidade concreta, palpável.

Já a partir dos anos de 1960, ganham destaque os estudos regionais do fenômeno urbano. Neste contexto, as cidades são pilares da vida e das relações. É introduzida a ideia de rede urbana, que passa a ser um dos principais instrumentos de entendimento das regiões. Assim, cada parcela do território seria dotada de um conjunto de cidades que funcionam em coesão, por meio de zonas de influências ligadas a um centro de comando (criando uma hierarquia entre as cidades). Um dos expoentes desta corrente foi Bernard Kayser (1926-2001) que entendia a região como um organismo vivo, segundo uma visão normativa da região, desenvolveu o que veio a ser chamado de região planejada.

Esta corrente do pensamento geográfico, conhecida como Geografia Ativa, rompe com a ideia de que a região é algo natural. Com os estudos de Richard Hartshorne (1899-1992), a região passa a ser entendida como uma criação intelectual, ou seja, a região não existiria de fato, seria apenas uma apreensão humana sobre o espaço, baseada num critério específico. Teoria de cunho Neopositivista, criou uma classificação e uma hierarquização por meio de métodos quantitativos.

A partir da década de 1970, a corrente classificada como Geografia Crítica (de cunho Marxista), realiza duras críticas a essa visão e entendimento da região. A corrente pontua a ausência da compreensão humana nas análises geográficas produzidas, passando, assim, a considerar a região a partir de um cunho crítico das desigualdades, ou seja, desenvolvendo a ideia de regiões explorarem outras regiões. Para esses autores, a região não é real, não existe em si, é uma área calcada na compreensão e na vivência. A região é um espaço percebido, vivenciado e compreendido culturalmente pelas

relações sociais e humanas. Seus limites mudam em função dos critérios que utilizamos.

Assimile

Região: porção do espaço delimitada em função dos critérios utilizados.

Regionalização: processo de delimitação de regiões que variam em função dos elementos encadeados.

Região natural: região delimitada segundo variáveis físico-naturais.

Regionalização é o ato ou efeito de regionalizar, ou seja, de criar regiões. Como vimos anteriormente, o conceito de região (mesmo dotado de diversas interpretações) está ligado à ideia de diferenciação de áreas. Isto é, dividir, classificar o espaço geográfico a partir da criação de regiões. Como as regiões têm seus limites e demarcações em função dos critérios adotados, regionalizar significa classificar e diferenciar áreas a partir de critérios específicos levantados previamente. Podemos regionalizar qualquer porção do espaço em várias áreas, conforme a característica escolhida. Desta forma, é comum encontrarmos diferentes regionalizações de acordo com diferentes autores, uma vez que estes podem se valer de muitos critérios e definições.

Dito isso, nos salta aos olhos a falta de neutralidade no discurso acadêmico, sendo este sempre dotado de intencionalidades que seguem uma determinada corrente ideológica, ou seja, certas intenções. Desta forma, vale ressaltar que a escolha e determinação destes critérios de definições de áreas, bem como de regionalizações, sofre influências diretas dessas intencionalidades.

Dessa maneira, a regionalização traz em seu bojo uma melhor análise dos dados e diferenças do mundo. A fim de não correr o risco de generalizar as informações, faz-se necessário a regionalização das áreas de abordagem, oferecendo facilidades e vantagens no entendimento dos estudos geográficos, sobretudo os regionais.

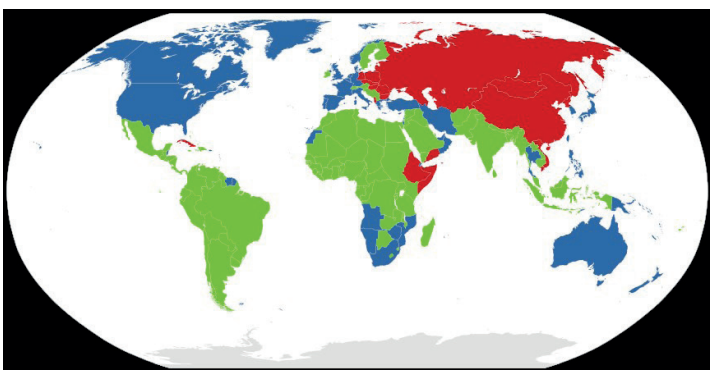
A regionalização do espaço mundial

A partir do contexto da Guerra Fria, sobretudo após os anos de 1960, a divisão do mundo em dois grandes blocos uniformes e homogêneos não era suficiente para explicar a complexidade

mundial. Dessa maneira, as teorias de regionalização do mundo têm como objetivo identificar grandes áreas do globo com características semelhantes no que tange à economia, à população ou mesmo às formações socioespaciais. Busca-se encontrar uma metodologia capaz de lidar com a enorme diversidade do planeta, bem como entender as diferentes realidades do globo.

Assim, durante a década de 1960, visando compreender a diversidade mundial, o mundo passa a ser dividido em países de **Primeiro Mundo**, **Segundo Mundo** e **Terceiro Mundo**. O termo "Terceiro Mundo" foi utilizado pela primeira vez no início da década de 1950, fruto de observação das desigualdades econômicas, políticas e sociais e estava relacionado ao grau de industrialização. Alfred Sauvy (1898-1990) é um dos primeiros a se valer deste conceito. Ele observa que os países com maior grau de industrialização proporcionam uma maior assistência às suas populações, ou seja, eles viviam com mais direitos, mais recursos, em suma, eram mais desenvolvidos economicamente. Observe:

Figura 2.5 | Regionalização em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, utilizada durante a Guerra Fria

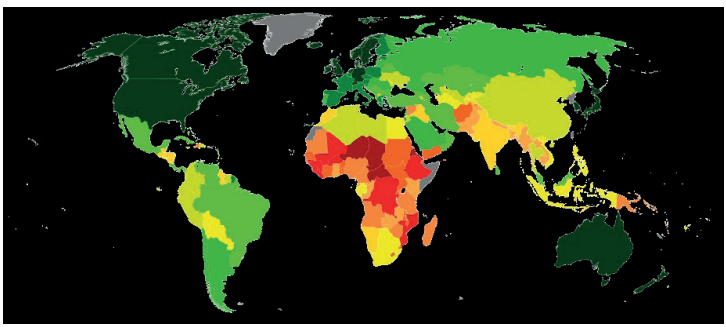


Fonte: <https://goo.gl/gyFGCA>. Acesso em: 30 jun. 2017.

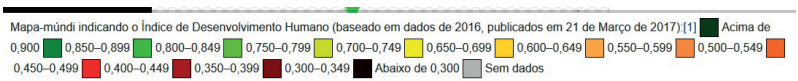
Juntamente com essa regionalização em primeiro, segundo e terceiro mundo, a Terra foi regionalizada em países ricos e pobres, ou centrais e periféricos. Os ricos ou centrais são aqueles países mais desenvolvidos, que estão no centro das decisões mundiais.

Industrializados, apresentam elevado índice de tecnologia e uma economia relativamente estável. Já os países pobres ou periféricos estariam às margens das decisões globais, são países pouco industrializados, com a produção primária perfazendo elevado peso na balança comercial, além de baixa estabilidade econômica. Como um reflexo dessa regionalização, em ricos e pobres, surge a ideia de separação em países do Norte (ricos) e países do Sul (pobres). Vale lembrar que esta, como todas as demais, é uma representação fruto de simplificações arbitrárias. Isso quer dizer que a divisão entre norte e sul é simbólica, pois o Norte não é composto apenas por países ricos, assim como o Sul não é constituído apenas por estados-nacionais pobres, trata-se de representações simbólicas.

Figura 2.6 | Países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Legenda:



Fonte: <https://goo.gl/LqtRtM>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Outra forma de regionalizar o mundo largamente difundida é a divisão entre **países desenvolvidos e países subdesenvolvidos** (posteriormente vindo a ser chamados de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos). Os países desenvolvidos são aqueles que apresentam elevado grau de industrialização, de crescimento econômico e que oferecem a seus cidadãos uma melhor qualidade de vida e uma maior gama de direitos se comparados aos encontrados nos países subdesenvolvidos. Estes apresentam um baixo grau de industrialização, de crescimento econômico, bem como precariedade nos serviços, direitos e garantias a seus cidadãos, além de elevada concentração de renda e baixos investimentos em saúde e educação.

Dito isso, nos fica claro que, nos exemplos de regionalização citados, a mudança se dá, sobretudo, devido à intencionalidade de cada pesquisador que, nesses casos, enfatiza as características e relações econômicas, fato que ilustra o peso dessas métricas. Entretanto, essas definições variam conforme a terminologia e as suas preocupações, deixando latente o papel do pesquisador e profissional que realiza o estudo regional.

Pesquise mais

Destacamos aqui o filme *O banqueiro dos Humildes* (França/Índia, 2000) que mostra a criação de um banco popular em Bangladesh por um economista. Esse banco tem como desafio somente conceder empréstimos e crédito a pessoas pobres, criando, assim, o primeiro banco de microcrédito do mundo. Essa brilhante atitude acontece de forma silenciosa e acaba por revolucionar a relação entre banqueiros e seus clientes, indo na contramão do pensamento dos banqueiros capitalistas. Esse filme mostra as contradições impostas pelo capital, bem como as possibilidades de resistência às regionalizações mundiais, muitas vezes estáticas, que não acompanham as mudanças que ocorrem nos países e levam a uma constante generalização que, muitas vezes, dificulta o entendimento do mundo atual.

A globalização da economia e os blocos econômicos

Com o processo de globalização da economia em andamento, as relações mundiais se intensificam, bem como as inter-relações entre os Estados. Dessa forma, a globalização impõe a necessidade de uma regionalização em escala mundial e assim, blocos econômicos se formam entre países dos vários continentes do mundo. Diferente das divisões regionais que têm suas bases na Geografia Tradicional, a globalização exige regionalizações baseadas na Geopolítica e na Geografia Política.

Devido ao acirramento das relações comerciais e políticas em escala internacional, observa-se uma crescente tendência de aproximação entre países por meio de acordos e regimentos comerciais. Esses acordos reúnem um seleto grupo de países que adota procedimentos comerciais entre si, possibilitando até mesmo o livre comércio entre os Estados-Nacionais participantes. Dessa forma, é latente que há uma complementariedade entre os processos

de globalização e de regionalização, já que os países envolvidos num mesmo processo regional possuem maiores possibilidades de enfrentamento da concorrência internacional, a partir de uma tarifação diferenciada entre países membros e países não membros.

Decorrente desse processo, observamos no mundo a constituição do que se convencionou chamar de **blocos econômicos.** Assim, os blocos econômicos são resultado de acordos comerciais de redução e/ou eliminação das tarifas alfandegárias, com possibilidades de evolução para uma área de livre comércio. Dessa forma, essa união de países com interesses mútuos de crescimento econômico pode levar a uma integração social, facilitando o comércio entre os membros e blindando-os da concorrência e de crises econômicas internacionais.

Em linhas gerais, podemos classificar o desenvolvimento dos blocos econômicos em quatro processos. O primeiro está ligado a uma área de livre comércio, isto é, os produtos de um país têm autorização de entrar nos demais membros, isentos de taxas (ou em melhores condições) e da burocracia tradicional de cada país. Como segunda etapa, podemos considerar a União Aduaneira. Esta, por sua vez, apresenta uma série de condutas e regras sobre o comércio, além de regras de comércio com os países não membros. Já a terceira parte estaria relacionada à criação de um mercado comum, o que implica numa maior integração entre as economias, bem como das regras comerciais internas e externas. Por fim, a quarta parte diz respeito à união econômica e monetária, apresenta-se como estágio máximo da integração entre países, no qual um mercado em comum é criado, viabilizando a facilidade de possuírem uma moeda em comum.

Vale ressaltar que os blocos econômicos não se restringem apenas à redução/abolição das tarifas alfandegárias, eles podem viabilizar a livre circulação de pessoas. Atualmente, os principais blocos econômicos mundiais são:

- APEC – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico.
- ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático.
- CARICOM – Mercado Comum e Comunidade do Caribe.
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes.
- CAN – Comunidade Andina.
- MCA – Mercado Comum Árabe.
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

- NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte.
- SADC – Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento.
- UE – União Europeia.

Exemplificando

União Europeia

A União Europeia é um bloco econômico que reúne as principais potências do continente europeu. Percorreu por volta de meio século até atingir o nível de consolidação atual, fruto de um movimento relativamente lento de constituição. É considerada uma ação pioneira e um dos blocos econômicos em estágio mais avançado.

Os primeiros movimentos que sinalizavam a uma integração ocorreram em 1944, com a criação do Benelux, que foi um bloco econômico criado pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo e funcionava como uma União Aduaneira, instituindo facilidades fiscais para comercialização entre os três países membros. Em 1952, passam a fazer parte do Benelux a França, Itália e Alemanha, ele passa, assim, a ser chamado de Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA) e visava estabelecer um mercado siderúrgico em comum. Alguns anos depois, em 1957, com a finalidade de ampliar a CECA, seus países membros assinam o Tratado de Roma, originando a Comunidade Econômica Europeia (CEE) que ficou conhecida também como Mercado Comum Europeu (MCE). Com isso, passam a integrar o grupo a Inglaterra, Dinamarca, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal. Cria-se, assim, o maior grupo que integrava em larga escala as maiores potências europeias e estabelecia a livre circulação de mercadorias e pessoas.

Por fim, em 1992, atinge seu maior nível da integração com a assinatura do Tratado de Maastricht, que origina a União Europeia (UE). Com tal tratado, cria-se o Euro (que entra em circulação no ano de 2002). Atualmente, o bloco conta com 28 países membros, contudo o Reino Unido, a partir do movimento BREXIT, optou pela saída do bloco, processo que está em andamento neste momento (2017), indicando possíveis alterações na estrutura da economia mundial.

Sem medo de errar

Com a chegada da tradicional gincana da escola, a equipe gestora e o corpo docente buscaram uma divisão das equipes participantes de alguma maneira não convencional, como é o caso das divisões feitas por séries escolares, idade ou gênero. Lembrando que a escola conta com 300 alunos, divididos em quatro séries, cada uma com duas turmas. Dessa forma, o grupo docente sabe que agrupar os estudantes sob qualquer aspecto, como a relação com as notas obtidas, causaria grande constrangimento e tenderia ao afastamento dos alunos. Assim, conforme observado, existem diversas possibilidades de regionalização, dependendo das variáveis e elementos encadeados. Por meio de uma analogia às correntes teóricas da Geografia Regional, podemos dizer que a separação e escolha dos grupos a serem formados dependerá das variáveis escolhidas por aqueles que pretendem fazê-la. Uma possibilidade é uma divisão aleatória dos grupos, que pode ser realizada via sorteio, ou mesmo a combinação dos números da chamada dos estudantes. Por exemplo, alunos de números 1 ao 10 compõem um grupo, de 11 a 20 outro e assim sucessivamente. Outra possibilidade é permitir que os próprios alunos estabeleçam os critérios para a formação das equipes. Contudo, nesse caso, a equipe gestora deve ter atenção redobrada para que não aconteça nenhuma forma de exclusão. Assim, os professores, mantendo a analogia às teorias de regionalização, podem ilustrar aos alunos que os grupos formados seriam zonas livres, (próximas ao livre comércio) e que as decisões e diretrizes do grupo devem ser tomadas em conjunto, uma vez que afetam diretamente os membros do grupo. Ressalte os pontos positivos em se formar um grupo heterogêneo, que dessa forma os membros de cada grupo seriam capazes de atenuar as possíveis dificuldades encontradas. Na sequência à analogia aos blocos econômicos, mostre que os países se unem, dentre outros motivos, para se assegurarem frente à concorrência internacional, neste caso, representada pelos demais grupos.

Faça valer a pena

1. Leia as assertivas seguintes:

( ) Países de primeiro mundo são aqueles que iniciaram o processo de colonização, assim, seus territórios conquistados formam os países de segundo mundo.

( ) A regionalização em países de primeiro, segundo e terceiro mundo, surge no contexto da Guerra Fria, atrelada às ideais de desenvolvimento econômico.

( ) A divisão entre países de primeiro, segundo e terceiro mundo surgiu a priori no século XIX, com objetivo de explicar as diferenças regionais do globo.

( ) A regionalização que separa o mundo entre países de primeiro mundo, segundo mundo e terceiro mundo está diretamente ligada ao grau de industrialização dos países analisados.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, quais afirmações são verdadeiras (V) e quais são falsas (F):

a) F-V-V-F.
b) F-V-F-V.
c) V-V-F-F.
d) F-F-V-V.
e) V-F-V-F.

2. Leia o fragmento de texto que segue:

"Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno" (SANTOS, 1988, p. 18).

Com relação ao conceito de região e às ideias que o permeiam, podemos afirmar que:

a) A delimitação da região depende dos critérios e elementos utilizados.
b) As regiões são fixas e previamente delimitadas pelos Estados.
c) As regiões naturais são as aquelas delimitadas de forma espontânea.
d) A delimitação das regiões varia conforme critérios ambientais levantados.
e) A marcação de regiões é chamada de regionalização, variando de acordo com o Estado.

3. Leia atentamente a frase seguinte:

Observamos no mundo a constituição do que se convencionou chamar de blocos econômicos. Os blocos econômicos são geralmente resultados de _____. Buscando viabilizar _____.
Marque a alternativa que contém os complementos corretos, respectivamente, das lacunas da frase acima.
a) Acordos e tratados comerciais – a integração e circulação das pessoas.
b) Conflitos e combates – um cenário mais pacífico.
c) Regionalizações – a integração mundial.
d) Acordos e tratados comerciais – maior integração comercial.
e) Acordos e tratados internacionais – integração militar e econômica.

Referências

ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: limites do poder nacional e do poder local e o poder nacional. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. são Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.

BARKLEY, R. A.; MAURPHY, K. R. **Desenvolvimento regional**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

CARRIJO, E. L. de O. **A expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás**: setor sucroalcooleiro. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2008. Disponível em: <http://www.agro.ufg.br/up/170/o/A-expansao-da-fronteira-agricola.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2017.

CATAIA, M. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação dos territórios. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, v. XI, n. 245 (21), 2007.

DOWBOR, L. **O que é poder** local? 2008. Disponível em: <http://dowbor.org/2000/09/ladislau-dowbor-o-que-e-poder-local-2008.html/>. Acesso em: 19 jul. 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. A. **identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUNEGIS, J. **Baarle-Nassau frontière café.jpg**. 2001. Altura: 1,143 pixels. Largura: 774 pixels. 250 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <https://goo.gl/rLRqke>. Acesso em: 29 jun. 2017.

MACEDO, I. **Comissão visitará rodovia que passa por reserva indígena e é fechada durante a noite**. Câmara dos Deputados. 11 abr. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/KeDJW1>. Acesso em: 7 jun. 2017.

MACHADO, L. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7-23, 2000.

OLIVEIRA, F. M. G. de. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S. A., 1993. p. 67-185.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 2, p. 93-101, 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rdg/article/download/47081/50802>. Acesso em: 19 jul. 2017.

RIBEIRO, A. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et al. (Org.). **Brasil, século XXI:** por uma nova regionalização. Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-211.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Natureza do espaço:** espaço e tempo; razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. O retorno do território, In: SANTOS M; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M.L (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec - ANPUR, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 37-117.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21–a história de um livro (Brazil: territory and society at the beginning of the 21st century-the history of a book). **Acta Geográfica**, v. 5, n. 11, p. 151-163, 2011. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/556>. Acesso em: 19 ju.l 2017.

_____. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV, n.1, p.5, jan./dez. 2011. Disponível em <https://goo.gl/gmidgW>. Acesso em: 29 maio. 2017.

SILVEIRA, W. **Comissão está em Roraima para avaliar demarcação de Raposa Serra do Sol**. Câmara dos Deputados. 11 abr. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/9mNEEN>. Acesso em: 7 jun. 2017.

WIKIMEDIA. Cold War alliances mid-1975.svg. 2012. Altura: 860 pixels. Largura: 440 pixels. 1.36 MB. Formato PNG. Disponível em: <https://goo.gl/gyFGCA>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. **Karigasniemi Finland Bridge over Inarijoki.jpg**. 2006. Altura: 1,024 pixels. Largura: 768 pixels. 187 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <https://goo.gl/BNuZGa>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **2016 UN Human Development Report.svg**. 2017. Altura: 921 pixels. Largura: 404 pixels. 1.47 MB. Formato PNG. Disponível em: <https://goo.gl/LqtRtM>. Acesso em: 30 jun. 2017.

A Geopolítica e suas implicações nos usos do território: dos recursos naturais aos conflitos socioeconômicos, religiosos e étnicos

Convite ao estudo

Caro estudante, adentramos agora a terceira unidade do curso de Geografia Política, *A Geopolítica e suas implicações nos usos do território: dos recursos naturais aos conflitos socioeconômicos, religiosos e étnicos*. Esta unidade terá como principal objetivo a compreensão dos conceitos de soberania e imperialismo e suas implicações nos usos do território e os principais conflitos resultantes das relações imperialistas entre os diversos países do mundo.

Para compreendermos essas questões a unidade está subdividida em três seções, a saber: Soberania e imperialismo: pensando a colonização; Principais conflitos socioeconômicos do mundo; e Principais conflitos religiosos e étnicos do mundo.

Para percorrermos esse caminho de compreensão, será necessário refletirmos sobre como as políticas imperialistas foram estabelecidas entre os países. Ao final do século XIX, estudaremos as políticas dos Estados Unidos em relação à América Latina. Para compreendermos o período mais recente, analisaremos o processo de globalização da economia através do entendimento das políticas econômicas que afetam e partem do território. Tal entendimento nos permitirá refletir, com maiores detalhes, as crises políticas relacionadas à soberania dos países da Ucrânia, da Palestina e do Sudão; e os conflitos étnicos do Cáucaso, dos Balcãs

e da Caxerima. Assim, percorreremos um pouco de algumas realidades da África, da Ásia e da Europa Ocidental e Oriental.

Rever esses conflitos divulgados pela mídia mundial de maneira, majoritariamente, superficial, a partir do entendimento dos conceitos de soberania e imperialismo, essenciais na Geografia Política, nos permitirá compreender com profundidade as relações político-econômicas estabelecidas entre os países e que a cada período se tornam mais e mais complexas. O maior desafio é justamente compreender a lógica de organização política e como ela é materialmente refletida no espaço, objeto de estudo da Geografia.

Bom estudo!

Seção 3.1

Soberania e imperialismo: pensando a colonização

Diálogo aberto

Na última reunião de pais e mestres que ocorreu na escola, as famílias dos alunos do primeiro ano relataram que seus filhos estariam sofrendo *bullying* por parte dos estudantes mais velhos da escola. Segundo os responsáveis, os poucos agressores ouvidos pelos professores e pela coordenação alegavam que os alunos do primeiro ano deveriam respeitar os estudantes mais velhos bem como os lugares por eles demarcados, além de suas regras de convívio. Ao contatarem os respectivos responsáveis pelos alunos acusados de oprimir e/ou agredir os outros, alguns se posicionaram a favor das ações de *bullying* por entenderem que os mais fortes ou mais velhos têm que exercer sua força quando acharem necessário. Considerando que você é um dos coordenadores da escola, como lidaria com esse conflito? É possível traçar um paralelo entre essa situação e as relações de soberania e imperialismo existentes no mundo? Qual seria esse paralelo e como o corpo docente e administrativo da escola pode se valer desses conceitos, junto ao professor de Geografia, para ilustrar melhor a situação para seus estudantes?

Não pode faltar

Soberania

Em continuidade aos nossos estudos, para uma melhor compreensão do mundo atual, sobretudo de sua esfera política sob o olhar da Geografia, se faz necessário o entendimento e a discussão do conceito de soberania. Dessa forma, a ideia de soberania deriva de uma autoridade, de um domínio, um poder, ou seja, é um poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro. Em se tratando de Geografia, o foco está nas ideias relacionadas à soberania e constituição dos Estados, sobretudo, quanto a sua personalidade

jurídica, nos atentando, assim, à soberania dos Estados Nacionais.

O conceito de soberania foi utilizado a priori nas cartas de liberação dos burgos na Europa a partir do século X, no contexto do Renascimento Comercial. Todavia ele é popularizado no século XVI, com o jurista francês Jean Bodin (1530-1596), intelectual absolutista, membro do parlamento que ficou conhecido também por fomentar a perseguição religiosa na França. Bodin dedica grande parte de seu trabalho a tecer comentários referentes à soberania. Sua mais importante contribuição foi a ideia de indivisibilidade da soberania. Defensor da monarquia absolutista, ele acreditava que não havendo um poder central soberano, seja este liderado por uma minoria ou pela maioria, o Estado se reduz a um regime anárquico. Bodin se utiliza de argumentos religiosos para defender o regime monárquico na França, segundo ele, todas as leis da natureza nos levam à monarquia.

Assim, logo após a Revolução Francesa (1789) e o consecutivo enfraquecimento das monarquias absolutistas, surgem duas diferentes correntes de pensamento quanto à soberania: a soberania popular e a soberania nacional. Um defensor da soberania nacional é o autor Emmanuel Joseph Sieyes (1748-1836). Ele afirmava que a soberania pertence somente à nação, contudo, é preciso haver representantes desta que exerçam a soberania do Estado Nacional. Já as ideias de soberania popular nos levam ao francês Jean Jacque Rousseau (1712-1778). Esse autor defende que os homens nascem livres por natureza e coloca a sociedade como grande corruptora dos seres humanos, assim, os homens deveriam buscar uma sociedade política que garanta a mais ampla autonomia individual possível. Segundo Rousseau, a soberania não pode ser representada, uma vez que ela não permite alienação, assim, ela se expressa pela vontade geral. Dessa maneira, Rousseau é considerado o responsável pela transferência da soberania dos monarcas para o povo, colocando em cena uma nova corrente do pensamento político, uma corrente democrática que faz frente às teorias monarcas (hegemônicas no período). Assim, para a escola clássica a soberania é:

- **Indivisível**: o poder central e soberano pode repartir competências e delegar atribuições, contudo sem dividir a soberania.
- **Inalienável**: é a soberania por si própria, não se transfere a ninguém.
- **Una**: não pode existir mais de uma autoridade soberana.
- **Imprescritível**: não sofre limitações no tempo.

Dito isso, outro autor que ganha destaque no debate acerca da temática é o jurista alemão Georg Jellinek (1851-1911), para quem a soberania é a base de ideia dos Estados Modernos. Segundo esse autor, a soberania recai ao Estado e não necessariamente à nação. Isto é, o Estado é uma corporação do povo que centraliza o poder político. Em suma, a soberania é referente ao Estado que, através de representações políticas, a exerce.

Já para o jurista brasileiro Dalmo Dallari (2012), essas visões de Estado e soberania citadas são incompletas. Para esse autor, o Estado deve ser entendido como ordem jurídica soberana, que tem por compromisso o bem comum de um dado povo em um respectivo território. Em outras palavras, a soberania, em termos jurídico-políticos, é a capacidade da sociedade de se organizar juridicamente e de fazer valer, dentro de seu território, a totalidade de suas decisões. Dessa maneira, segundo Dallari (2012), a soberania não é o poder, mas sim, a expressão do poder máximo e não do poder absoluto. É a qualidade essencial do poder do Estado.

Imperialismo

A estratégia de fortalecimento econômico e político dos países centrais, a partir do século XIX, ficou conhecida como imperialismo ou neocolonialismo. Ela se relaciona à ação de grandes potências mundiais sobre as regiões consideradas com menor grau de desenvolvimento, sobretudo África, Ásia e América Latina. Tinha como principal objetivo controlar os mercados consumidores e a extração de matérias-primas. Assim, esse complexo processo de dominação redefine as fronteiras de diversas regiões do globo, bem como interfere na soberania de várias sociedades, povos e Estados. Durante o século XIX, as nações europeias disputam a exploração das riquezas do continente africano, sobretudo a partir da expansão da Revolução Industrial pela Europa. Com a difusão dos preceitos industriais há um aumento do uso e busca de novas fontes de matérias-primas e de energia.

Dessa forma, nessa fase do desenvolvimento capitalista, o êxodo de mão de obra não é um evento interessante, já que as necessidades das grandes nações imperialistas podem ser abarcadas dentro dos territórios dominados, ou seja, há um novo mercado. O Congresso de Viena (1814-1815) é um marco no desenvolvimento dos preceitos imperialistas e teve como finalidade redesenhar o mapa político da Europa após a derrota de Napoleão, sendo redefinido anos mais tarde

devido à unificação da Itália e da Alemanha. Com a unificação desses dois países se acirram ainda mais as disputas por controle de terras coloniais, fruto desse cenário de competição e tensão são realizadas alianças entre os Estados a fim de alcançarem seus objetivos. Dessa forma, a rivalidade presente nas relações entre as nações europeias marca o período histórico, desencadeando a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cuja eclosão tem como um dos motivos a divergência quanto ao domínio do continente africano.

Com isso, ao dominar uma região, a potência imperialista carrega consigo uma série de empresas originárias de seu país para ter o controle do mercado interno (da formação à consolidação, em alguns casos), dominando, assim, todas as etapas de produção, distribuição, transporte e comercialização. Dessa forma, a exploração dos continentes africano e asiático se torna fundamental para manutenção dessa nova política dos países europeus, e mais tarde também dos Estados Unidos, que passa a intervir politicamente nesses continentes, buscando estreitar laços para dominá-los por completo. Assim, cada potência da Europa passa a reivindicar o direito de exploração de determinado território. O Congresso de Berlim (1885) marca a consolidação de tais políticas quando são divididos os "direitos" de exploração de diversas regiões africanas e asiáticas.

O paradigma evolucionista da (neo) colonização

Não foram somente motivos políticos e econômicos que possibilitaram as ações imperialistas, sobretudo, europeias. Há questões que não podemos deixar de fora na análise deste período, atreladas ao caráter filosófico e ideológico. Teorias como a de Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês e admirador confesso de Charles Darwin (1809-1882), ele desenvolve o que ficou conhecido como darwinismo social, no qual colocava preceitos da biologia para explicar eventos sociais e políticos, ou seja, aplicou as leis da evolução biológica a todos os níveis das atividades humanas.

Para isso, ele coloca a Europa como o ápice do desenvolvimento em relação às outras nações, consideradas primitivas, o que embasa o desenvolvimento de doutrinas que pregam a eugenia, bem como o controle social para o desenvolvimento das melhores raças humanas. Dessa forma, fica latente que o processo de imperialismo ou de neocolonialismo não possuía somente um braço econômico e político, mas também ideológico.

Dessa maneira, o darwinismo social buscava explicar as diferenças

geradas pela Revolução Industrial, sugerindo que os Estados menos desenvolvidos (ou seja, os Estados pobres) eram menos aptos e os mais ricos e abastados, que evoluíram economicamente, eram os mais qualificados à sobrevivência. Justifica-se assim as ações imperialistas: por serem mais desenvolvidos possuem o direito de exploração e levariam o desenvolvimento para as regiões exploradas.

Assimile

Soberania: poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro.

Imperialismo: estratégia de fortalecimento econômico e político dos países centrais, a partir do século XIX. Está relacionado à ação de grandes potências mundiais sobre as regiões consideradas com menor grau de desenvolvimento.

Imperialismo norte-americano ou estadunidense

O imperialismo norte-americano é o nome que se dá a influência que os Estados Unidos exercem sobre o mundo. Influência militar, política, cultural e econômica. Podemos destacar o controle dos países latino-americanos, que tem como marco as políticas externas desenvolvidas a partir do governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), inaugurando o que ficou conhecido como Corolário Roosevelt e a Política do Big Stick (grande porrete). Seguindo os preceitos da Doutrina Monroe, os EUA devem barrar a interferência europeia nos territórios dos países do continente americano, seja ela fruto da dívida externa ou de qualquer outra natureza.

Exemplificando

Doutrina Monroe

Em dezembro de 1823, o então presidente dos Estados Unidos James Monroe (1748-1831), fez uma declaração no congresso de seu país exigindo o distanciamento dos europeus da economia e da política dos países do continente americano, reafirmando, assim, posição contrária ao colonialismo europeu. A doutrina se baseava em três princípios:

1. A impossibilidade de criação de novas colônias no continente americano.

2. Não participação europeia em questões internas às nações do continente americano.

3. A não participação norte-americana (estadunidense) em conflitos europeus.

Motivados a frear uma possível nova onda de colonização no continente os americanos têm o discurso de proteção dos Estados latino-americanos, contudo, estão, na verdade, defendendo seus interesses, motivados a dominar os mercados internos desses países.

Com o Corolário Roosevelt, o presidente dos Estados Unidos se propôs a ocupar militarmente qualquer país que passasse por alguma crise, porém, segundo ele, a intervenção se daria em último caso, quando algum direito norte-americano fosse violado ou houvesse invasão militar em algum país americano, desrespeitando a Doutrina Monroe. Essa política deixa assim a ideia que os Estado Unidos atuariam como a polícia do mundo. Esse postulado de T. Roosevelt (1858-1919) foi motivado pela invasão do território da Venezuela, em 1902 e 1903, realizado pelo Reino Unido, Itália e Alemanha, fruto de divergências relacionadas à dívida externa venezuelana.

Esse estilo de diplomacia adotada por T. Roosevelt ficou conhecido também como política do Big Stick ou política do grande porrete como o próprio nome sugere, que está diretamente relacionada à imposição das próprias vontades e necessidades frente às demais nações. Um de seus principais objetivos é a proteção dos interesses estadunidenses na América Latina. É durante esse período que são realizadas intervenções para a construção do canal do Panamá e do canal da Nicarágua, gigantescas obras de engenharia que facilitam o acesso de mercadorias norte-americanas aos países latino-americanos.

O sucessor de Theodore Roosevelt à presidência dos Estados Unidos foi William Howard Taft (1909-1913) que ampliou o controle e exploração dos países latino-americanos, contudo, agora, através da via econômica e da taxação cambial. Essa política ficou conhecida como Diplomacia do Dólar e se constituiu no empréstimo de recursos a países latino-americanos buscando a manutenção e manipulação de acordos de seus interesses. Dessa forma, conseguiu ampliar seu controle nas economias latino-americanas, bem como ramificar suas influências, uma vez que, como credor desses países passa a realizar acordos e fazer exigências que interferem diretamente na economia das nações. Essa relação se dá ao longo de todo século XX

e é ampliada ao longo da história, pautando relações entres os países envolvidos até os dias de hoje.

Em suma, por meio dessas práticas, os Estados Unidos conseguem, há muito tempo, manter o controle econômico de diversas nações, chegando até a incentivar e financiar diversos golpes políticos e ditaduras na América Latina, a fim de defender seus interesses. Como os documentos e relatos apresentados recentemente comprovaram, durante os anos de 1960 e 1970, os Estados Unidos fomentaram golpes militares em toda a América Latina sob o discurso de combate ao socialismo crescente no continente (trata-se do período da Guerra Fria) e configurando, assim, a América Latina como uma grande zona de influência do imperialismo estadunidense. Muitos estudiosos consideram, inclusive, que a América Latina é o quintal das ações norte-americanas.

Pesquise mais

Para compreender melhor possíveis relações imperialistas norte-americanas, sugerimos o documentário do cineasta Michael Moore *O invasor Americano* (título original "Where to invade next") de 2015. Nele, Moore se responsabiliza, de forma satírica, junto ao Pentágono, em ser o novo representante das invasões americanas. Contudo, viaja em torno do globo em busca de boas ideias para levar de volta aos Estados Unidos bem como coloca em cheque a política expansionista militar estadunidense. Enxergando o imperialismo americano por outro prisma, busca ideias que visam melhorar a vida dos trabalhadores e a vida em geral dos cidadãos.

Conflitos decorrentes da colonização

Durante o período que ficou conhecido como neocolonização ou imperialismo, ocorreram diversos conflitos ao redor do globo que redefiniram o mapa mundial. Dentre esses conflitos, destacamos aquele que ficou conhecido como Guerra dos Bôeres (1899-1902). Ele é considerado um dos maiores da época imperialista, ocorreu no território da atual África do Sul e opôs colonos holandeses e franceses aos britânicos.

Essa guerra tem como uma de suas causas a descoberta de diamantes e ouro na colônia de Transvaal (colônia holandesa fundada na região da África do Sul), situada a montante do rio Vaal, nordeste do

atual país. Assim, em meados do século XIX, os britânicos invadem e dominam a região litorânea do sul da África forçando os holandeses a migrarem para o interior, onde fundam duas repúblicas livres, Orange e Transvaal. Contudo, os britânicos partem para o interior a fim de explorar as minas recém-descobertas.

Em represália à invasão britânica os holandeses passam a atacar colônias britânicas iniciando o conflito armado. Com um exército imensamente maior e com mais recursos bélicos, os britânicos se consagram vitoriosos, anexando as repúblicas de Orange e Transvaal às colônias britânicas do Cabo e de Natal, o que aumentou as influências e ações imperialistas britânicas no sul da África.

Outro conflito de grande destaque e complexos desdobramentos é o que ficou conhecido como Guerra do Ópio (ocorreram dois conflitos: o primeiro entre 1839 -1842 e o segundo entre 1856 -1860). Esse conflito envolveu a Grã-Bretanha e a China, em território chinês. Durante o início do século XIX, os britânicos somente tinham acesso a um porto na China e não tinham autorização para comercializar, de forma independente, seus produtos, ou seja, eram proibidos de tratar direto com o consumidor final chinês; havia a necessidade de um intermediário para concretizar as vendas. A Grã-Bretanha, a fim de ampliar seus negócios, sentia dificuldade no acesso ao vasto mercado chinês, graças às políticas protecionistas impostas. Dessa maneira, com a finalidade de aumentar seus lucros em território chinês, os ingleses passam a comercializar ópio (produzido na Índia) de forma ilegal no país. O ópio é uma droga altamente viciante e que causa diversos males aos usuários e à sociedade como um todo. Devido ao caráter extremamente viciante da substância vendida pelos ingleses, em pouco tempo estes já exportavam toneladas de ópio para China. O governo chinês buscou diplomaticamente resolver o problema, chegando a encaminhar uma carta para Rainha Vitoria protestando contra as vendas de ópio. Contudo não houve nenhuma ação por parte dos britânicos. Com isso, como represália, o governo chinês ordenou que fosse destruído um carregamento inteiro de ópio britânico. Tal atitude foi considerada um enorme desrespeito pelos britânicos, que acabaram por invadir o território chinês, desencadeando na primeira guerra do ópio. Após a guerra, a Inglaterra impõe a China um tratado, o tratado de Nanquim (1842), obrigando-a a abrir cinco portos aos britânicos, além de ter que indenizar a Grã-Bretanha. Os ingleses passaram a ter facilidades no comércio chinês e a ilha de Hong Kong passa a ser de posse britânica.

Já o segundo conflito entres ingleses e chineses ocorreu como

uma continuação do primeiro. Todavia, agora os britânicos contavam com o auxílio da França e da Irlanda. O conflito armado se desenrolou logo após a revista de um navio britânico por parte dos chineses. Os britânicos acusaram os chineses de desrespeito ao tratado de Nanquim e os invadiram novamente. A China sai, mais uma vez, derrotada e lhe é imposto outro tratado, o de Tiajin (1858), no qual ela abre dez de seus portos aos britânicos, concede livre comércio aos estrangeiros, garantia de liberdade religiosa aos cristãos e paga pesadas indenizações à Inglaterra e França.

Reflita

Revolução Verde

Os eventos que ficaram conhecidos como Revolução Verde dizem respeito à invenção e disseminação de novas técnicas e tecnologias referentes à agricultura, o que possibilitou um vasto aumento da produção agrícola, a partir dos anos de 1950. Este é um amplo programa voltado a disseminar o uso de intensivos agrícolas, agora industrializados, e à mecanização buscando a redução do custo de manejo da terra. O programa se baseia no uso de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos, bem como a produção em massa de produtos homogêneos.

Em meados do século XX, o governo mexicano, em parceira com o grupo empresarial Rockfeller, realiza estudos referentes às possíveis fragilidades da agricultura desse país. Dessa forma, para aumentar a produtividade, são introduzidas novas variedades de milho e trigo que levaram a um aumento significativo da produção mexicana. Contudo, a alteração do campo a partir de tal modernização transforma a estrutura fundiária, precarizando o pequeno produtor, que sente dificuldade em acompanhar as inovações tecnológicas, não atingindo produtividade suficiente para competir com as grandes empresas. Devido a isso, esses produtores se endividaram com os bancos, tendo como única forma de pagamento a venda de sua propriedade para outros produtores, fomentando a concentração da produção e das terras. Dessa forma, ficam latentes algumas questões: a Revolução Verde teve como discurso a implantação de tecnologias que visam acabar com a fome no mundo, fato que não ocorreu até os dias de hoje. Assim, é factível acreditar no discurso imperialista estadunidense de levar o desenvolvimento às nações latino americanas? Nesse caso, o México sofreu enorme êxodo rural, concentração de terra e não resolveu o problema da fome em seu país. Voltar a produção de alimentos para o mercado norte-americano não distorce, assim, o discurso difundido a priori?

Sem medo de errar

Considerando a posição de coordenador, é preciso que se busque um diálogo mais franco e aberto com as famílias dos envolvidos. Se não houver uma solução imediata, mediá-la através de duas etapas. A primeira pode ser uma conversa com os responsáveis e os alunos envolvidos, separadamente, afim de levantar os principais pontos debatidos por ambos os lados. Na sequência, organizar uma série de aulas públicas e abertas na escola, com a finalidade de estreitar os laços entre seus membros e a comunidade como um todo. Nessas aulas, é válido apresentar os pontos que não soam factíveis no discurso das famílias e dos alunos, associando tais apontamentos às questões de exploração por países mais fortes a Estados militarmente mais fracos, ressaltando suas consequências, sobretudo nas sociedades derrotadas. Enfatize o caso chinês (da Guerra do Ópio), para ilustrar que a história nos ensina que acordos mediados pela força estão longe de serem justos e somente um lado é beneficiado, enquanto o outro é arrasado, o que gera graves consequências futuras. Ilustre os efeitos de ações estadunidenses junto a países latino-americanos, com a finalidade de ressaltar que os alunos não devem ser tratados conforme sua força ou tempo de escola; os direitos é que devem balizar todas as relações.

Faça valer a pena

1. Leia com atenção ao excerto seguinte:

A ideia de monopólio remonta ao colonialismo, ou seja, ao conquistar novos territórios, as nações imperialistas visam ter o _____, bem como das_____, controlando todas as etapas da produção.

Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna existente no excerto anterior:

a) domínio do comércio – relações interestatais
b) o controle das matérias-primas – das relações de produção
c) controle da produção – das matérias-primas
d) matérias-primas - relações internacionais.
e) domínio do mercado interno – matérias-primas.

2. Leia com atenção as frases seguintes:

( ) A política externa norte-americana iniciada por Theodore Roosevelt atuou como um adendo aos pensamentos e ideias da Doutrina Monroe.
( ) Os Estados Unidos buscam consolidar hoje seu domínio e influência nos países latino-americanos via inclusões militares em seus respectivos territórios.
( ) A política externa conhecida como Big Stick está diretamente relacionada ao empréstimo de dinheiro norte-americano a países latino-americanos a juros especiais.

Marque a alternativa que indica, respectivamente, quais alternativas são verdadeiras (V) e quais são falsas (F):

a) V-F-V.
b) V-F-F.
c) F-V-V.
d) F-V-F.
e) F-F-V.

3. Leia atentamente o fragmento de texto seguinte:

> **O hábito de fumar ópio foi introduzido na China no século XVII. Contudo, somente na segunda metade do século XVIII a importação do ópio pela China foi expandida, inicialmente pelos portugueses, depois pelos franceses e finalmente pelos ingleses, quando a quantidade importada por esse país foi estimada em 10.000 toneladas, movimentando 20.000.000 de libras esterlinas. Obviamente, o hábito de fumar ópio foi estimulado, de forma inescrupulosa, pelos interessados num comércio tão compensador. Era natural, no entanto, que o Governo Chinês se preocupasse com os efeitos resultantes dessa importação exagerada. (DUARTE, 2005)**

Segundo o texto anterior e com relação a Guerra do Ópio, assinale a alternativa correta:

a) Foi resultado de uma ação chinesa, na qual os camponeses passam a plantar ópio, preterindo o mercado inglês.
b) A chamada Guerra do Ópio foi o conflito entre os chineses e ingleses,

resultado do cancelamento das importações britânicas por parte dos primeiros.
c) Foi resultado de uma pressão britânica a fim de viabilizar o comércio direto com o consumidor chinês, bem como utilização de mais portos pelos britânicos.
d) Foi a primeira guerra sobre drogas conhecida, aliando forças chinesas e inglesas, afim de acabar com tráfico de ópio.
e) Foi o conflito armado que tinha como objetivo cessar as exportações de ópio realizadas pelos chineses, que acabariam por viciar o mundo todo.

Seção 3.2

Principais conflitos socioeconômicos do mundo

Diálogo aberto

No final do primeiro semestre já é tradição no colégio uma festa junina organizada pelos alunos. Para custear a festa há a organização da venda de uma rifa. Contudo, parte dos estudantes gostaria de alugar um touro mecânico, entretanto o valor arrecadado pelas rifas seria suficiente para cobrir as despesas da festa sem o aluguel do novo entretenimento. Assim, esse custo adicional deveria ser dividido entre os estudantes. Todavia, parte dos alunos da escola não tem condições financeiras de contribuir para o aluguel do touro mecânico, criando um impasse no colégio, uma vez que os que estão dispostos a alugar o brinquedo pagariam mais caro do que se demais alunos dividissem o custo. Sendo assim, os estudantes exigiam que o uso do touro mecânico ficasse restrito àqueles que realizaram o pagamento, fato que deixou os demais incomodados. Considerando que você trabalha na direção deste colégio, como seria o prosseguimento em tal situação?

Não pode faltar

Disputas territoriais contemporâneas

Já apresentamos teorias, ideias e conceitos sobre as formas com as quais os homens se relacionam com a natureza e entre eles. Vimos que os homens, a priori, se uniam buscando se relacionar com a natureza e facilitar sua sobrevivência e reprodução, construindo, dessa forma, a história. Nessas pequenas aldeias, vilas e aglomerações humanas, que se convencionou chamar de comunidades primitivas, as relações com o território eram mais estreitas, em outras palavras, nesse período os coletivos humanos possuíam uma territorialidade absoluta. Isto é, havia um maior pertencimento ao território: ele pertencia às pessoas, bem como as pessoas pertenciam aos territórios. Isso cria uma certa identidade entre o grupo social e o espaço geográfico.

Em meados do século XVIII, A Revolução Americana e a Revolução Francesa, são consideradas respostas políticas às ideias filosóficas basilares do período, deixando latente que o curso da história dá uma guinada no que se refere ao fortalecimento das relações individuais: agora, há possibilidade de enriquecimento do indivíduo a partir dos princípios morais da ideia de futuro oferecida pelas revoluções. Obviamente esse fortalecimento se dava dentro da sociedade, dessa maneira se consolidava o indivíduo e o coletivo, ambos eram responsabilizados. Contudo, com a Segunda Guerra Mundial um processo de ruptura é iniciado e acaba por frear a busca pela plena cidadania, que ganhava força há quase quatro séculos.

A globalização é o momento de quebra deste processo que vinha se constituindo de forma lenta ao longo dos anos. As sociedades sempre desejaram a mundialização, as interconexões entre os povos e territórios. A técnica e a tecnologia aparecem como possibilidades de integração das economias dos Estados Nacionais para uma economia do mundo. Durante o processo de constituição dos Estados Nacionais elas se constituem em elementos cuja presença é fundamental para as etapas do processo de globalização.

Exemplificando

Globalização vista como fábula, perversidade e possibilidade

O processo de globalização, segundo o professor Milton Santos, pode ser encarrado segundo três perspectivas, como uma fábula, como uma perversidade e como uma possibilidade, que ainda não se implantou.

Como fábula: a ideia de observar o processo de globalização como fábula está diretamente ligado aos meios de comunicação que buscam enfatizar a noção do planeta como um gigantesco espaço que deve ser explorado pelo consumo, na procura pela padronização cultural, uma vez que as pessoas são atraídas pelos mesmos hábitos e estilos de vida, alimentando a ideia de que o mundo está dentro de cada casa, em cada computador, ou seja, vivemos em um mundo único, voltado ao atendimento das necessidades das grandes empresas globais.

Como perversidade: essa visão da globalização está diretamente ligada à proliferação dos males e das mazelas sociais em escala mundial. A perversidade está na raiz do encrudescimento dessa evolução negativa dos problemas sociais. Hoje problemas como falta de moradia, fome, analfabetismo, ocorrem em escala global e estão presentes em quase todos os lugares.

Como possibilidade: essa visão do processo de globalização se relaciona a uma nova possibilidade de evolução de sua dinâmica. Podemos pensar na construção de um novo mundo, que volte seus olhos aos problemas sociais citados, uma globalização mais humana, ao invés desta que está voltada ao capital internacional.

Segundo Milton Santos, o processo de globalização deve ser entendido seguindo dois outros processos que ocorrem em paralelo. Por um lado temos a produção das materialidades, isto é, das condições materiais que o momento histórico nos apresenta. Essas condições são as bases da economia, dos transportes e das comunicações. Já quanto ao segundo processo, diz respeito às relações entre países, entre classes sociais e pessoas. Essas relações não são obrigatoriamente dependentes das condições materiais, mas junto a elas definem uma época.

Dito isso, para entendermos o processo de globalização devemos levar em conta a expansão das técnicas atreladas às ciências, haja vista que nem sempre a ciência foi utilizada, quase que exclusivamente, a fim de desenvolver e otimizar uma determinada técnica específica como observamos hoje. Dessa forma, a ciência passa a trabalhar não mais para benefício de toda a sociedade, mas sim de pequenos grupos de homens e empresas, processo que se convencionou chamar de unificação das técnicas. Todas as técnicas estão suscetíveis a realizar trabalhos em conjunto. Esta unificação só é possível graças aos avanços das técnicas e tecnologias da informação. É isso que vai permitir que todas as bases técnicas trabalhem em conjunto, formando um tecido de técnicas que envolvem todo o globo, massificando e homogeneizando os territórios e as culturas.

Estratégias político-econômicas

Com o avanço dos processos de globalização notamos que o mundo passa a ser mais fluido, ou seja, a circulação se torna mais rápida, os pontos (nós) de interconexões se tornam mais numerosos e espalhados por todo globo, os preços e os tempos das viagens e das mensagens reduzem drasticamente. Assim, o território deixa de ter aquele limite rígido, o que leva a uma mudança na natureza dos Estados Nacionais. É comum ouvirmos o discurso de que o Estado está perdendo força e poder, que se retrai e estaria caminhando para o fim.

Este discurso está ligado à porosidade que os Estados adquiriram. É importante lembrar que tal porosidade é seletiva, isso quer dizer, que não acontece para todos da mesma forma e sob as mesmas condições. Por outro lado, esse discurso de fim do Estado se liga diretamente aos interesses de quem comanda o processo de globalização, que necessita de um Estado poroso a fim de impor suas necessidades e lógicas de produção.

Reflita

Fim do Estado?

É comum nos dias de hoje ouvirmos que os Estados estão perdendo poder e caminham para seu fim. Contudo o que de fato se observa é uma ressignificação do papel do Estado, que não implica em perda de poder. Mesmo que as empresas tenham força para realizar negociatas a fim de se instalarem nos territórios, isso sempre se dá com aval do Estado. Em países como o Brasil, fica latente a preocupação do Estado em atrair essas empresas, muitas vezes delegando a elas poderes políticos. Contudo este não é um movimento que se enquadra em todos os cenários da economia do mundo. Países do centro como os Estados Unidos, por exemplo, possuem um Estado fortíssimo, que apesar do discurso de livre mercado, toma decisões de caráter protecionistas, a fim de garantir seu mercado interno. Assim, é possível pensar numa sociedade não gerida pelo Estado? De que maneira as pessoas poderiam se organizar para não haver mais Estado? Como funcionariam as normas e regulamentações comerciais e econômicas?

O discurso de fim do Estado ganha força, pois o que vemos hoje é que a política é feita no mercado. O Estado entrega ao mercado a tarefa de fazer política, contudo esse mercado global não existe como um ator, mas sim como uma ideologia, um símbolo, uma vez que é realizado por empresas e pessoas específicas. Todavia, essas empresas globais não apresentam a mesma preocupação e ética moral para com a sociedade, suas preocupações são individualistas por natureza e sempre visam ao lucro.

Nesse sentido, a estratégia observada hoje é a das grandes empresas fazerem política, por por exemplo, quando uma empresa se instala numa cidade média, ela o faz com suas normas, geralmente muito rígidas que podem alterar as condições de relacionamento dentro do coletivo. Contudo, a empresa é vista como a salvadora daquela região, assim, há uma docilidade para com suas atitudes, normas e regras, mesmo que estas desrespeitem as normas vigentes.

A mudança de poder político do Estado para as empresas acarreta uma série de alterações estruturais na dinâmica da política *per se*, uma vez que dos Estados se espera uma postura voltada ao bem-estar de sua sociedade, ou seja, um mínimo de políticas públicas para esse mote; já das empresas não se espera isso. Elas pagam salários daqueles que lá trabalham, mas não têm preocupações gerais, como as mencionadas anteriormente; suas preocupações são fundamentalmente individuais e particulares, sobretudo no atual cenário de aumento exponencial da competitividade. Dessa forma, vemos ruir a ideia de solidariedade construída ao longo dos séculos.

Para alguns autores, a mudança no cenário político indica que deixamos de lado a ideia de democracia plena e caminhamos para uma democracia de mercado. Esta pode levar à mutilação da cidadania, fruto do enfraquecimento da solidariedade. Há uma espécie de volta ao estado natural primitivo, selvagem, no qual o imperativo é que o mais forte é quem dita as regras.

Pesquise mais

Filme The corporation

Indicamos aqui o filme A corporação (The Corporation) dos diretores Mark Achbar, Jennifer Abbott, lançado em setembro de 2003. Esse documentário canadense é baseado no livro escrito por Joel Bakan. Ele procura evidenciar como as empresas mundiais buscam se posicionar para a sociedade, bem como as formas que utilizam para conquistar mais consumidores. Trata desde o nascimento das empresas, passando pela criação de registros e chega ao questionamento das estruturas burocráticas que as levam a apresentar características humanas, esperadas e bem aceitas para aumentar seu poder de penetração.

Economia política do território

No período atual, vemos um aumento de atitudes egoístas em prol da "solidariedade". A falta de solidariedade é colocada devido à competitividade imposta, uma vez que, no cenário atual não há espaço ao altruísmo. A competitividade se relaciona diretamente à ideia de velocidade, apontada como resultado da evolução técnica. Contudo a velocidade é um fenômeno político e não técnico, uma vez que ela é determinada pelas relações sociais dentro de uma

sociedade, dentro de um Estado, ou seja, não são acessíveis a todos os cidadãos, mas apenas àqueles que puderem pagar por isso, seja através de dinheiro ou de poder.

Assim, a competitividade é a entropia econômica, social, política e territorial. Tal relação fica latente quando observamos o território. Nele vemos que a competitividade é um fator desagregador e gerador de ingovernabilidade. O território, segundo Jean Gottman (1947), pode ser encarado de duas formas: como abrigo e/ou como recurso. No início das sociedades, o território era utilizado por todos, tanto como recurso quanto como abrigo, uma vez que as pessoas tiravam dele sua sobrevivência e também por ele eram protegidas.

Entretanto, com o aumento de influência das grandes empresas, o território passa a ganhar características somente de recurso, haja vista que as empresas se instalam em pontos específicos, bem equipados e enxergam o território unicamente como um recurso, que deve ser explorado, visando sempre à maximização de seus lucros. No entanto, poucas são as grandes empresas, no Brasil, por exemplo, seu numerário é quase insignificante, já que a maioria das empresas brasileiras toma o território como abrigo, uma vez que não possuem força competitiva com as globais. Por isso, as empresas nacionais não são capazes de competir com igualdade no mercado mundial com as estrangeiras, que possuem maiores condições de negociar com os governos, gerando facilidades e tornando injusta a disputa.

O mesmo acontece quando pensamos em relação às pessoas, que na sua massiva maioria têm o território como abrigo, ou seja, como refúgio da solidariedade. Todavia, tais porções do território não são preocupações do poder público, que tem maior interesse nas relações comerciais e econômicas, voltando seu aparato e sua infraestrutura à atração das empresas globais, prevaricando sua população e seu mercado interno. Dessa maneira, a dissociação do território é a causa de uma desordem, de usos e visões diferentes de seu papel e consequentemente do papel que o poder público deve ter. Isso gera uma disputa entre Estado e empresas pelo controle do território, que é visto por esses atores como sinônimo do mercado. Assim, as empresas buscam o domínio dos mercados, logo, buscam o domínio dos territórios levando, em muitos casos, ao que conhecemos como guerra fiscal entre os entes da federação.

Exemplificando

Território – valor de uso, valor de troca

Vale a pena ressaltar a ideia de que o território deve ser encarado partindo de duas vertentes. O território possui um valor de uso e um valor de troca.

Assim, o valor de troca está diretamente ligado às ideias de uso do território como recurso. Dessa forma, o território é encarado como um mercado a ser dominado ou como um aglomerado de recursos que deve ser explorado. Atribuindo valor assim, não somente ao que está diretamente ligado àquele território, mas também às possibilidades que lá se cristalizam.

Já o valor de uso guarda similaridades com as ideias de uso do território como abrigo. Uma vez que este é visto como necessidade mínima para reprodução e manutenção da vida e seu valor é atribuído não por especulações, mas sim pelas relações que lá se estabelecem.

Geopolítica e seus impactos humanos

A partir desse quadro sociopolítico-econômico, diversas consequências perversas são causadas à população e quanto mais pobre ela for, menor sua capacidade de se proteger dessas políticas econômicas.

São diversos os exemplos ao redor do mundo dessas geopolíticas e seus impactos humanos. Se nos mantivermos em nível nacional, logo, não se tratando especificamente de geopolíticas, há diversos exemplos de políticas econômicas que causam impactos ao homem, como a exploração de minérios na Serra dos Carajás, no estado do Pará, que moveu e move um enorme contingente populacional de trabalhadores que aceitam postos de trabalhos sem condições mínimas de salubridade e sem garantia de um salário minimamente valorizado. Esses minérios geram enormes lucros para as empresas multinacionais que os consomem, porém, nenhuma parcela desse lucro é revertida em salário ou direito trabalhista para aqueles que retiraram esses recursos do território. Uma ação do Estado brasileiro que piorou essa situação foi a privatização da empresa Vale do Rio Doce, hoje, nomeada Vale S.A. Tal privatização ocorreu nos anos de 1990 e se deu a um preço muito inferior ao que a empresa realmente valia, além de não serem incorporadas políticas de ressarcimento ao

país pela exploração das riquezas de seu território.

Na escala mundial, podemos lembrar das inúmeras guerras ocorridas no Oriente Médio devido, majoritariamente, ao controle das enormes jazidas de petróleo da região enquanto a população desses países vai morrendo nesses conflitos com intenções puramente econômicas. O mesmo se dá nos países africanos, ricos em recursos minerais. Enormes multinacionais se instalam nesse território por um período de tempo, retiram dele os recursos que precisam e geram inúmeros conflitos por se instalarem em locais com uma população paupérrima e um Estado sem capacidade, organização e interesse em proteger essa população. A empresa Vale S.A., inclusive, é uma das grandes exploradoras do território africano.

Na próxima seção, veremos mais detalhadamente alguns conflitos resultantes da atual geopolítica mundial.

Assimile

A globalização da economia é instituída no mundo, sobretudo, a partir da década de 1970. Tal fenômeno diz respeito à capacidade de produção de um mesmo produto, simultaneamente, em diferentes países. Isso só foi possível devido à revolução dos meios de comunicação, à unicidade técnica e, como coloca o professor Milton Santos (2003, p. 238), à constituição do meio técnico-científico e informacional:

"Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças, exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global".

Sem medo de errar

Diante de tal situação, apresentada anteriormente, a direção do colégio poderia propor um diálogo aberto com os alunos envolvidos. A ideia central a ser discutida é a de que em nossa sociedade há diferentes níveis econômicos e não podemos utilizar esse critério que é injusto com a grande maioria. Dessa forma, se os alunos ainda quisessem alugar o touro mecânico, é preciso conversar sobre solidariedade social com eles. Ilustre essa troca com um bate-papo sobre a evolução dos Estados Nacionais e como os cidadãos, de modo geral, vêm perdendo direitos em função do aumento do individualismo, lançando um paralelo com a divisão de poderes, e que se eles têm condições de arcar com os custos, qual o problema

de todos fazerem uso, o que de fato eles ganhariam com tal atitude individualista?

A fim de reforçar esse sentimento de solidariedade, o corpo administrativo da escola, em conjunto com os docentes, tem a possibilidade de elaborar uma gincana cultural, associada à uma rifa, para arrecadar o valor necessário para o custo do brinquedo e reforçar, assim, os laços de colaboração e pertencimento comum.

Faça valer a pena

1. Leia com atenção ao fragmento que segue:

O processo de globalização cria _____, em uma lógica territorial que se dava de forma lenta e gradual ao longo dos últimos quatro séculos. Devido, sobretudo, à _____, permitindo que uma nova organização espacial, aos poucos, se materialize.

Marque a alternativa que apresenta, respectivamente, o complemento correto para as lacunas existentes no fragmento anterior:

a) Uma ruptura – unicidade das técnicas.
b) Uma Interligação – unicidade das técnicas.
c) Uma aceleração – tecnologias.
d) Uma ruptura – as tecnologias.
e) Uma Interligação – novas técnicas.

2. Leia o fragmento de texto seguinte:

> No mundo da competitividade, como fazer de outra forma? Ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a lógica da própria empresa global sugere que a empresa funcione sem nenhum altruísmo. Se o Estado não pode ser solidário, e a empresa não pode ser altruísta, a chamada sociedade não tem quem a valha. E daí dizer-se que a ideia de nação é superada porque temos diante de nós o mundo; só que o mundo não cuida de cada um dos nossos lugares. O mercado global tampouco pode agir de maneira mais geral. Ele passa procuração às instituições supranacionais. Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial. Banco das Regulações Internacionais de Berna, que se incumbem

> de realizar as políticas que a empresa não pode realizar. A política, por definição, é sempre ampla. A política supõe uma visão de conjunto. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político. A política apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. (SANTOS, 1997, v. 3, p. 16)

Com relação ao poder político exercido pelas empresas podemos afirmar corretamente que:

a) As empresas têm a mesma capacidade e compromisso de realizar gestão de territórios, de forma similar a qualquer ente federativo.
b) As grandes empresas possuem o direito de gerir setores do poder público, devido à ineficiência da prestação de serviço estatal.
c) As grandes empresas não possuem o mesmo compromisso social que o desempenhado pelo estado.
d) As grandes empresas não realizam política na mesma esfera que os Estados, dessa forma não podem ser comparados.
e) As empresas possuem capacidade superior ao Estado de administrar um território, por isso observam-se crescentes privatizações.

3. Leia atentamente às frases seguintes:

I – As revoluções Americana e Francesa constituíram as bases que influenciaram as ideias políticas, que culminaram nos regimes políticos decorrentes do processo de globalização.
II – O processo de globalização tal qual vemos hoje se iniciou com os primeiros avanços dos portugueses e dos espanhóis ao mar.
III – O processo de globalização atua como uma rede no território, alcançando toda a extensão do globo, aproximando localidades fisicamente distantes.

Assinale a alternativa que indica quais das afirmações anteriores estão corretas:

a) Somente a afirmação I.
b) Somente a afirmação II.
c) Somente a afirmação III.
d) Afirmações I e II.
e) Afirmações II e III.

Seção 3.3

Principais conflitos religiosos e étnicos do mundo

Diálogo aberto

Um dia, logo após o final das aulas, um grupo de estudantes africanos procurou um professor e comentou que eles estão com dificuldades de relacionamento com os outros alunos. Relataram que alguns estudantes brasileiros os evitam, outros satirizam seu sotaque e, em alguns casos extremos, há manifestações evidentes de xenofobia. Um desses alunos, um nigeriano do segundo ano, disse que recentemente ouviu de um grupo de estudantes brasileiros que, assim como os imigrantes na Europa, os africanos no Brasil tomam vagas destinadas aos brasileiros e que se o governo do país mantivesse o programa de ensino estrangeiro, correríamos o risco de ver a criação de um "estado nigeriano terrorista" em território brasileiro. Indignado com a situação e discordando da opinião dos alunos brasileiros, o professor decidiu realizar uma feira cultural africana para tratar a situação. Se você fosse esse professor, que elementos e/ou argumentos levaria para a feira? Como chamar a atenção e a participação dos alunos?

Uma feira cultural é sempre uma atividade de grande visibilidade e requer a colaboração integrada de toda a equipe escolar. Além disso, demanda um trabalho inter e multidisciplinar. Portanto, além de todas as tarefas e trabalhos inerentes à tal proposta, é preciso articular os colegas docentes para que tais atividades/trabalhos sejam capazes de proporcionar uma aprendizagem significativa para seus estudantes.

Não pode faltar

Conflitos étnicos no continente africano

Para entendermos os conflitos existentes na África, devemos resgatar um evento que influenciou direta e/ou indiretamente a maioria dos conflitos atuais deste continente. Esse evento ficou conhecido

como a Conferência de Berlim (1884-85), também chamada de segunda partilha do continente africano (a primeira ocorreu à época das Grandes Navegações e foi realizada entre Portugal e Espanha). Essa segunda partilha diz respeito à divisão do território africano realizada pelos países europeus e é referente à permissão de uso e exploração dos territórios sob jurisdição de cada país. Com o discurso de organizar a exploração do continente africano por parte das colônias imperialistas, tais divisões não respeitaram as territorialidades ali existentes, previamente instituídas por um longo período de tempo, ou seja, não se respeitou a história daquele território e os povos que ali residiam. Não se considerou etnias, línguas ou culturas; separou-se sociedades afins e aproximou-se as rivais. O objetivo central era garantir acesso irrestrito a matérias-primas e recursos naturais, para o desfrute dos países industrializados e em processo de industrialização da Europa.

O destaque aqui deve ser feito ao conflito existente na região da Nigéria, mais especificamente em sua porção norte. Nessa região, existe um grupo extremista denominado Boko Haram (definição: educação ocidental ou não islâmica é pecado). Segundo seus representantes, o Boko Haram tem como objetivo principal a imposição das leis Charia, o nome dado ao direito islâmico, bem como a luta contra corrupção.

O grupo realiza ataques e sequestros por toda região norte da Nigéria. Desde 2011, eles ficaram conhecidos internacionalmente após realizarem um sequestro de 200 adolescentes de uma escola secundária. As leis da Charia estão em vigência nas regiões ao norte da Nigéria, de maioria muçulmana, contudo o Boko Haram exige que vigorem em todo o país, já que, segundo seus porta-vozes, os males e as dificuldades encontradas hoje pela Nigéria seriam reflexo da cultura e convivência com o Ocidente e com culturas não islâmicas. No ano de 2015, o Boko Haram faz uma declaração pública na qual jura fidelidade ao Estado Islâmico, aumentando a tensão na região. Atualmente, se mantém o impasse e a Nigéria busca, junto à comunidade internacional, algumas tentativas para a solução do problema.

Outro conflito importante no continente africano está relacionado ao Sudão, consequência de uma discordância histórica entre o Estado do Sudão e grupos sociais localizados na porção sul do país. Hoje em dia, após um combate armado, uma porção do território se desanexa

do Sudão e passa a ser denominado de Sudão do Sul (criado em 2011, mais novo Estado Nação reconhecido no mundo). Nas regiões mais ao norte do Sudão, há o predomínio da população árabe e muçulmana, enquanto no sul, da população negra e majoritariamente cristã.

Antes de ocorrer essa divisão, a capital do Sudão era a cidade de Cartum, localizada no norte do país (mantida como capital do Sudão do Norte), que controlava a totalidade do território sudanês, inclusive as regiões mais ao sul, cuja importância econômica é enorme: lá existem jazidas de petróleo e solos mais férteis. Já os cidadãos do sul, de maioria negra e cristã, sempre foram tratados como de segunda classe pelos muçulmanos que se mantinham no poder. Assim, a partir de 2011, com apoio da ONU e de países do Ocidente, cria-se o Sudão do Sul, com objetivo de diminuir os conflitos armados entre as regiões.

Entretanto, após a criação desse país iniciou-se uma guerra civil entre etnias pelo controle dos poços e jazidas de petróleo. Essa guerra começa em 2013, quando o ex-vice-presidente, Riak Machar, é expulso do governo (devido às acusações de favorecimento na gestão dos lucros das jazidas de petróleo) e funda um grupo rebelde que visa derrubar o presidente em exercício, Salva Kiir Mayardit. Em agosto do ano de 2015, é assinado um acordo de paz através do qual Machar retorna a seu cargo e busca reconquistar a frágil unidade nacional do país. Contudo, mesmo com o tratado de paz aceito, ainda há na região atentados e ações extremistas isoladas que visam tomar o poder sendo Machar demitido três meses mais tarde.

Reflita

África, um continente conflituoso?

O continente africano é comumentemente mencionado como um dos mais conflituosos do planeta. Contudo, a história da humanidade nos ensina que a história de outras sociedades, povos e culturas, como as europeias, tiveram um histórico conflituoso em seu período de formação. Dessa forma, vale a pena ressaltar que os principais conflitos existentes no continente africano foram induzidos e/ou fomentados por uma ou mais potências mundiais. Assim, alguns questionamentos ficam latentes: seria o continente africano realmente um continente conflituoso ou ele é resultado de políticas externas que não respeitam suas diversas territorialidades? A ideia de conflitualidade do continente

possui intencionalidades, quem ou quais países são beneficiados pelos conflitos no continente africano? É possível pensar num processo de desenvolvimento e pacificação para a África? Qual papel da comunidade internacional nesse processo?

A criação do Estado de Israel e a questão da Palestina

O conflito envolvendo judeus e árabes é latente e envolve a disputa pela soberania e uso de um território, contudo, esse embate é peculiar devido à importância simbólica que a região possui para as três maiores vertentes religiosas do globo: cristianismo, judaísmo e islamismo. Tal litígio tem raízes no final do Império Turco-Otomano. Com o fim desse vasto império na região do Oriente Médio, nem todas as regiões se tornaram independentes, algumas, como o Iraque e a Palestina, ficaram sob posse da Inglaterra.

Os judeus têm em sua história movimentos migratórios, em sua grande maioria forçados, que acabaram por dispersá-los por diversas partes do planeta. Essas diásporas ganham destaque, devido ao holocausto produzido pelos alemães, durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, desde o final do século XIX o movimento sionista tem como um de seus objetivos a criação de um Estado Judeu, na região da Palestina, por ser o berço do judaísmo.

Dessa forma, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, milhares de judeus migraram para região da Palestina, aumentando a pressão para construção desse Estado Judeu. Assim, em 1948, foi criado o Estado de Israel, isso foi baseado numa decisão da ONU (que previa a criação de dois Estados na região da Palestina, um judeu e um muçulmano). Com isso, foi instituído que nesse território havia o Estado da Palestina e o Estado de Israel, todavia, a cidade de Jerusalém (devido a sua importância simbólico-religiosa) seria um território neutro. Com essa divisão ocorrem os primeiros passos do conflito, uma vez que, os palestinos representavam cerca de dois terços da população e possuíam agora cerca de 40% do território (Cisjordânia e a Faixa de Gaza), originando assim, o primeiro conflito árabe-israelense.

Em 1964, os países árabes, a fim de conter os avanços de Israel, criam a Organização para Libertação da Palestina (OLP), cujo líder era Yasser Arafat (1929-2004). Um dos principais grupos participantes da OLP é o Fatah, considerado como grupo terrorista por alguns

países do Ocidente, foi um dos principais responsáveis por ataques a Israel, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Essa organização não exerce soberania territorial na Palestina, mas busca maior liberdade aos muçulmanos, bem como maior autonomia frente a Israel. No ano de 1967, o Egito bloqueia o canal de Suez a navios israelenses, concomitantemente, há uma movimentação de tropas da Síria e da Jordânia em direção a suas fronteiras com Israel, que acaba por declarar uma guerra preventiva (antes que fosse atacada) conhecida como Guerra dos Seis Dias (de 5 a 10 de junho de 1967). Como consequência desse conflito armado, Israel expande seu território, controlando a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai.

Os países árabes, derrotados militarmente, lançam uma nova ofensiva econômica e não militar. Em 1973, a a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), em repúdio ao apoio norte-americano a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (que acontecia naquele momento entre judeus e árabes), aumenta o preço do petróleo em quase 400%, gerando uma crise global e um aumento mundial nas produções. Em 1982, Israel decide invadir o Líbano com o discurso de combater militantes do Fatah que se encontravam ao sul do país. Em 1985, Israel se retira do território libanês exceto da faixa de terra considerada como uma zona de segurança para Israel e apenas no ano 2000 deixa o país por completo. Em 1993, durante o tratado de paz realizado em Oslo, é criada a Autoridade Palestina, liderada por Yasser Arafat, contudo, os termos dos tratados não foram cumpridos, o que levou o governo de Israel a fomentar assentamentos de judeus em território palestino. No ano de 2010, sob influência do presidente norte-americano Barack Obama, o primeiro ministro de Israel e o líder da Autoridade Palestina concordam em retornar as negociações de paz. Contudo, em 2014, Israel lançou uma ofensiva contra a Faixa de Gaza, deixando centenas de mortos. Atualmente, o conflito se mantém, com destaque aos desproporcionais ataques israelenses ao território palestino, em relação aos ataques de militantes palestinos normalmente sem grande efetividade. Apesar do já reconhecimento pela ONU do Estado da Palestina, Israel, com o apoio dos Estados Unidos, não reconhece o país e mantém diversas famílias palestinas em campos de concentração extremamente violentos e opressores.

Exemplificando

Guerra do Yom Kippur (6 a 23 de outubro de 1973)

O termo Yom Kippur é uma importante data no calendário judeu, significa o dia do perdão. Contudo o evento ficou conhecido como a guerra do Yom Kippur, pois foi um conflito armado, ocorrido em 1973, entre uma coalizão do Egito e Síria contra Israel, que se deu no mesmo dia do feriado judeu. Atacando, respectivamente, a península do Sinal e as Colinas de Golã, gerou-se um clima de enorme tensão em todo o globo, uma vez que, as grandes potências do mundo, à época, Estados Unidos e União Soviética, se posicionaram em lados opostos: os americanos favoráveis aos judeus enquanto os soviéticos declaravam apoio aos palestinos.

Conflitos étnicos na Europa (Cáucaso e Bálcãs)

A Guerra dos Balcãs ou Guerra Balcânica foi o conflito armado ocorrido durante o início século XX, que foi provocado pelo final do império Turco Otomano. No ano de 1912, Bulgária, Sérvia, Grécia e Montenegro dão origem à Liga Balcânica, para reivindicar melhores condições de vida e garantir a liberdade religiosa aos cristãos residentes na Macedônia turca. Com esse pretexto, invadem e anexam territórios turcos e geram um redesenho do mapa dos balcãs.

O tratado de Londres, de 1913, redefine as fronteiras da região, contudo, favorece a Bulgária em detrimento dos sérvios, que também eram membros da Liga. Temendo um ataque sérvio, o governo búlgaro realiza um ataque preventivo contra a Sérvia e seus aliados gregos. A Bulgária se consagrava vitoriosa no conflito, contudo, sofre um ataque inesperado da Romênia, que até então, era neutra no conflito. A Romênia ocupa o território búlgaro de Dobrudja e ameaça marchar até a capital búlgara, Sófia. Concomitante ao ataque romeno, os turcos se aproveitam e realizam uma ofensiva contra a Bulgária, recuperando seus territórios antes perdidos.

Assim, ocorre a derrota da Bulgária nesse conflito e, em agosto de 1913, é assinado o Tratado de Bucareste, no qual a Sérvia e a Grécia dividiram entre si o território da Macedônia e a Romênia ganha o território ocupado na Bulgária. Com isso, a Sérvia aumenta seu território e passa a ser vista como um potencial inimigo pelo Império Austro-húngaro. Isso gerou consequências que impactariam diretamente toda Europa, pois o assassinato do príncipe herdeiro do trono do Império Austro-húngaro legitima a invasão deste ao território sérvio, deflagrando a Primeira Guerra Mundial, em 1914.

O século XX foi um período de muitos conflitos no continente Europeu. Concentrados em sua primeira metade em torno das guerras mundiais e, na sua segunda metade, na porção mais oriental do continente. Com o desenrolar da Guerra Fria, a região do Cáucaso (localizada entre o leste europeu e oeste asiático), passa a ser problemática para a União Soviética, posteriormente Rússia. Lá se localiza o Mar Cáspio de grande importância devido às suas jazidas de petróleo, o que acaba por aumentar a tensão no local. Dessa maneira, encontramos na região diversos conflitos civis, geralmente de cunho separatista.

Um conflito de grande expressão na região é a chamada Guerra de Nagorno-Karabakh, entre Armênia e o Azerbaijão, de 1988 a 1994. A região de Nagorno-Karabakh se localiza na porção sudoeste do território do Azerbaijão, todavia, sua população é majoritariamente armênia. Em meados da década de 1980, começam a aparecer com mais força movimentos separatistas que buscam a independência do Azerbaijão para se anexarem à Armênia. Nos anos de 1990, os conflitos ficam mais violentos e chegam a ameaçar o envolvimento de outros países, além disso, o fim da União Soviética gera a intensificação dos movimentos de independência. Em 1994, a região é totalmente dominada pela Armênia e um acordo de paz que perdura até hoje é assinado.

A Geórgia é outro exemplo de país que teve seu território por vezes ocupado e/ou com alguma localidade desanexada durante sua história. Esse país já foi ocupado pelos russos várias vezes ao longo da história, contudo, após o final da União Soviética a região é foco de disputa de influência entre os países ocidentais e os países orientais. As regiões de Ossétia do Sul e da Abecásia lideram um movimento separatista com apoio russo, já que a maioria da população se considera russa. Enquanto isso, a Geórgia recebe apoio da União Europeia e dos Estados Unidos, tradicionais rivais russos a partir da Guerra Fria.

Após tentativas do governo da Geórgia de conter os movimentos separatistas, esses últimos recebem auxílio dos militares russos, conseguindo assim se manter separados da Geórgia. Em 2008, o governo russo admite a independência da Ossétia do Sul e da Abecásia e é fortemente criticado pelos países que compõem a Otan, aliados da Geórgia.

Com o final da URSS, o conflito separatista da Geórgia não é o único existente, muito menos é o único envolvendo os russos. A região da Chechênia acaba por desenrolar um conflito um pouco mais

complexo e com mais desdobramentos. A Chechênia é possuidora de uma maioria religiosa de cunho islâmico que busca separação da Rússia e declara sua independência em 1991. Contudo, no ano de 1994, é invadida pelo exército russo que toma a capital Grozny e ao ser derrotado, deixa a região. No ano de 1999, grupos chechenos invadem a província do Daguestão, também de maioria muçulmana, visando à criação de um Estado Islâmico na região.

Concomitante à invasão ao Daguestão, acontecem atentados terroristas em edifícios em Moscou. O governo russo atribuiu a culpa a movimentos extremistas chechenos e decide realizar uma operação militar no país, originando a segunda guerra da Chechênia. A ofensiva russa deveria durar apenas alguns meses, mas acaba se estendendo e o governo russo, após dominar 80% do território, subordina a província à administração direta do presidente. Devido à ofensiva russa, milhares de chechenos deixaram suas casas e migram para a Ossétia do Norte, que sofreu diversos atentados realizados por chechenos. O Daguestão também sofre ataques, essas ofensivas tinham o objetivo de atingir o governo russo. No ano de 2004, extremistas fizeram reféns em uma escola, o que causou cerca de 300 mortes.

O governo russo, sobretudo após 11 de setembro de 2001, em apoio a "guerra ao terror" (como ficou conhecida a guerra em combate a atividades denominadas terroristas pelos Estados Unidos), mantém tropas na região e afirma ter o seu controle institucional e militar. A operação antiterrorista acabou oficialmente no ano de 2006, apesar da Rússia manter tropas nas três regiões e enfrentar rebeldes em alguns confrontos armados isolados.

O atual conflito no território **ucraniano** tem sua origem em meados do ano de 2013, com o movimento popular que ficou conhecido como Euromaidan. Esse movimento consistiu numa série de protestos e manifestações contrários ao presidente em exercício, Viktor Yanukovytch. A intensificação desse movimento leva à queda do presidente, que se exila na Rússia. Vale a pena ressaltar que Viktor Yanukovytch é originário do leste ucraniano, região favorável ao alinhamento político e econômico com a Rússia, em detrimento da União Europeia. Desde o final da União Soviética, a Ucrânia sofre com más gestões e escandalosos casos de corrupção. O país busca, desde de 2004, o alinhamento com a União Europeia e com a Rússia. Entre essas medidas estava um acordo para associação à União Europeia, contudo o presidente Viktor Yanukovytch, sob pressão russa, não assina o acordo.

Dessa forma, parte da população (majoritariamente do oeste e

centro ucraniano) pede um alinhamento mais estreito com a UE. Com a queda do presidente Yanukovytch (segunda em nove anos), as regiões mais ao sul (Crimeia) e mais ao leste (Donetsk e Luhansk) se levantaram contra a decisão, alegando um golpe de Estado. O governo interino aboliu das regiões a sul e leste do país a oficialidade da língua russa, bem como colocou no cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas ucranianas, o presidente do parlamento Oleksandr Turchynov. O governo russo não reconhece o governo em posse em Kiev, alegando que o presidente Viktor Yanukovytch é o governante legítimo e foi vítima de um golpe de Estado.

Como uma consequência direta desses protestos e manifestações, que acabaram por derrubar o presidente, inicia-se, em 2014, a Crise da Crimeia, região situada a sul da Ucrânia. Trata-se de protestos de milhares de pessoas de etnia russa, opositores ao movimento Euromaidan. Reivindicando uma maior autonomia para região bem como um alinhamento mais estreito com a Rússia, além dos protestos e manifestações, alguns grupos extremistas realizam a tomada de uma série de edifícios importantes na Crimeia. O governo ucraniano acusa a Rússia de dar suporte e auxílio para esses grupos. Já o governo russo nega qualquer envolvimento no assunto.

A Rússia, a partir de um acordo bilateral, mantém tropas na região da Crimeia desde o final da União Soviética, reforçando-as após tais acontecimentos. No dia 1 de março de 2014, o parlamento russo autoriza o governo do presidente Vladimir Putin a fazer uso de suas forças militares em território ucraniano. Assim, as tropas russas marcham para Crimeia e com a tomada da base naval de Feodosia, o governo ucraniano decide pela retirada de suas tropas da região. Em 22 de março de 2014, Vladimir Putin anuncia a lei que integra a região da Crimeia ao território russo. Tal decisão é criticada pelos Estados Unidos e pela UE. Em assembleia no mesmo ano, a ONU lança uma resolução declarando que a anexação do território ucraniano pelos russos não era válida, com 100 votos dos 193 a favor da não anexação, a resolução não parece ter surtido muito efeito do lado russo, que mantém suas tropas na região e a considera anexada. Já o governo ucraniano declarou que a região é uma zona ocupada, lançando restrições de viagem e comércio com a península.

Pesquise mais

Uma sugestão para um melhor entendimento do conflito na Ucrânia é o filme Winter on fire: ukraine's fight for freedom (2015), do diretor Evgeny Afineevsky. O documentário tem como pano de fundo os conflitos ocorridos na Ucrânia durante os anos de 2013 e 2014. Retrata as manifestações estudantis em apoio a uma maior integração com a União Europeia bem como a evolução do conflito para uma violenta revolução. As câmeras estão no centro da revolução e as imagens são realistas e impressionantes

Conflitos étnicos na Ásia

No continente asiático, o conflito de maior expressão refere-se à disputa territorial entre a Índia e o Paquistão pela Caxemira, localizada ao noroeste do subcontinente indiano. Ele é resultado direto do processo de independência da região, a partir de 1947. Essa região possui uma importância estratégica, devido à sua localização, fronteira com a China e com a antiga União Soviética. A área vive em divisões territoriais, sendo dois terços dominados pelo Índia e um terço dominado pelos paquistaneses.

A reivindicação pelo domínio da região levou os dois países a três guerras, 1947, 1965 e 1971. Após a última guerra, foi imposto aos países, pela ONU, um cessar-fogo que estabelece uma linha de controle que divide o território, e os países se comprometem a respeitá-la. Contudo, há diversas situações de desrespeito à linha, sobretudo por movimentos extremistas do Paquistão.

A partir de 1988, surge na região de Jammu e da Caxemira um movimento de insurreição armada que visa à independência da região. Segundo governo indiano, após a guerra entre o Afeganistão e a União Soviética, houve uma elevada taxa de migração de afegãos para região. E sob influência desse novo grupo étnico se daria o levante dos movimentos separatistas da área. Ainda segundo o governo indiano, o Estado do Paquistão seria o financiador de tais grupos. Já segundo o governo paquistanês, o movimento de insurreição é realizado por cidadãos de Jammu e da Caxemira com os quais não estabelece relações. Assim, o governo do Paquistão considera os movimentos separatistas aqueles que lutam pela liberdade da Caxemira e os apoia do ponto de vista moral e diplomático. Enquanto para o governo indiano, os mesmos são considerados terroristas islâmicos da Caxemira. O conflito cria tensão e gera uma rivalidade entre paquistaneses e indianos, um exemplo desse clima de tensão e rivalidade é a troca de guarda da fronteira. Este evento consiste na troca de guarda conjunta entre os exércitos da Índia e do Paquistão

na cidade dividida de Wagah/Attari. A cerimônia ocorre diariamente durante o pôr do Sol. Ao som dos gritos militares, o evento reúne milhares de pessoas de ambos lados e ficou tão popular que os países construíram uma arquibancada na fronteira e os dois lados possuem animadores de torcidas que puxam gritos e palavras de ordem.

Assimile

Conflito étnico: conceito utilizado para definir qualquer litigio de natureza bélica ou militar entre dois ou mais grupos étnicos. Os mapas seguintes nos mostram algumas dessas áreas.

Balcãs: região localizada no sudeste europeu, sendo os principais países Grécia, Bulgária e Sérvia.

Figura 3.1 | Região dos bálcãs

Fonte: <https://goo.gl/s7EwF7>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Figura 3.2 | Região do Cáucaso

Fonte: <https://goo.gl/V3RLJN>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Caxemira: região ao noroeste do subcontinente indiano.

Figura 3.3 | Região da Caxemira

Fonte: <https://goo.gl/cM8WtD>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Sem medo de errar

Para realizar uma feira cultural a fim de sanar os problemas mencionados pelo professor, sobretudo aqueles relacionados às manifestações de xenofobia, é preciso iniciar com a participação ativa dos alunos estrangeiros, para de que eles possam oferecer uma significativa contribuição. Nesse sentido, é interessante consultá-los acerca de alguma apresentação específica, a fim mostrar o quanto a diversidade cultural contribui para a nossa formação cidadã.

Os demais colegas, que ministram aulas de outras componentes curriculares podem contribuir no desenvolvimento de atividades significativas, tais como a verificação dos laços culturais e históricos que unem brasileiros e africanos, por exemplo.

Abrir um espaço para a presença de órgãos oficiais para emissão de documentos, consultas sobre empregabilidade e também sobre essa documentação, permanência legal no país e demais assistências que podem ser obtidas, também serão de grande valia.

Os professores da área de Língua Portuguesa e Literatura podem contribuir com o oferecimento de oficinas de idiomas (haja vista que muitos africanos, por serem de origens diversas, apresentam essa dificuldade no início), literatura e poesia. Os jogos e atividades esportivas também podem ser desenvolvidos sempre com a intenção de mostrar que os laços que nos unem são muito maiores que as nossas diferenças.

Faça valer a pena

1. A Figura 1 indica a distribuição de terras proposta no acordo de formação do Estado de Israel, em 1947. Já a Figura 2 representa a evolução dos assentamentos judeus frente ao território palestino. Observe tais imagens e responda à questão:

Figura 1

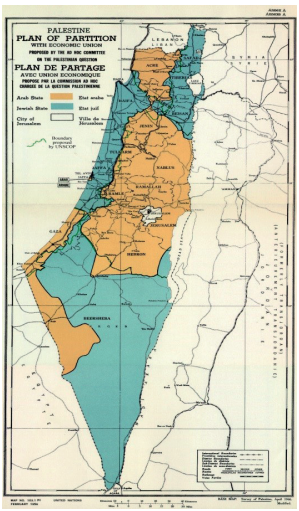


Figura 2

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_israelo-palestino>. Acesso em: 07 jul. 2017.

Marque a alternativa que indica corretamente as principais causas do avanço judeu em território palestino:

a) Fica claro que, a partir de 1947, se inicia a diáspora árabe, diminuindo significativamente o número de palestinos na região.
b) O plano de formação de um Estado judeu não foi respeitado por Israel, que incentivou invasões e assentamentos ilegais de seu povo em terras palestinas.
c) Fica latente que após a criação do Estado de Israel a maior parte da população da região se converteu ao judaísmo.
d) Após formação do Estado de Israel, há uma enorme migração de judeus para região, que acabam comprando as terras dos palestinos.
e) Com a formação do Estado de Israel, o principal objetivo era o domínio por completo da região da palestina por judeus.

2. Leia com atenção as frases seguintes:

( ) O conflito na Ucrânia, sobretudo na sua região leste, é de natureza étnica, provocado por grupos internos ao país: de um lado estão os ucranianos que pedem um maior alinhamento com os países da União Europeia e do outro, a maioria dos representantes da etnia russa, que busca maior alinhamento com a Rússia.
( ) A região da Crimeia foi um dos principais focos do conflito, sendo por um tempo dominado pelos russos. Contudo após pressão da comunidade internacional foi reanexado ao território ucraniano.
( ) O conflito ainda se estende em parte do território ucraniano, na região do extremo leste do país, graças a grupos extremistas pró Rússia, que realizam ataques ao governo ucraniano.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, quais das afirmações anteriores são falsas (F) e quais são verdadeiras (V).

a) V-V-V.
b) F-F-F.
c) V-F-V.
d) F-V-F.
e) F-F-V.

3. Leia e analise com atenção as afirmações seguintes:

I – O continente africano é um dos mais violentos do mundo, resultado do seu baixo desenvolvimento econômico, que por sua vez, é resultado direto do precário sistema educacional africano.
II – As guerras e conflitos existentes no continente africano não são fruto de seu processo histórico, uma vez que sempre existiram durante toda história do continente, sobretudo antes da chegada dos portugueses e espanhóis.
III- Os conflitos no continente africano estão diretamente ligados à Conferência de Berlim, ou seja, estão ligados à partilha do continente realizada pelas grandes potências industriais do século XIX.

Marque a alternativa que indica qual(is) da(s) afirmação(ões) anterior(es) está(ão) correta(s):

a) Todas as afirmações.
b) Nenhuma afirmação.

c) Somente a afirmação I.
d) Somente a afirmação II.
e) Somente a afirmação III.

Referências

CHOMSKY, N. Os dilemas da dominação. In.: BORÓN, A. (Org.). **Nova hegemonia mundial.** Alternativas de mudança e movimentos sociais. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO, 2004.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOTTMANN, J. Doutrinas geográficas na política. **Boletim geográfico,** Rio de Janeiro, ano 5, n. 54, p. 154-167, set. 1947.

OLIVEIRA, F. M. G. de. **A civilização capitalista:** para compreender o mundo em que vivemos, 2. ed., Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

SALVADOR, C. C. A **Globalização ocidental:** controvérsia sobre a cultura planetária. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

SANTOS, M. Da política dos Estados à política das empresas. **Cad. Esc. Legislativa**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 9-23, 1997.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002

WINTER on fire: ukraine's fight for freedom. Direção de Evgeny Afineevsky. EUA, Reino Unido, Ucrânia: Passion Pictures Limited/Netflix, 2015. (102 min.), son., color, legendado.

Geopolítica do Brasil e da América Latina e novos arranjos geopolíticos

Convite ao estudo

Caro estudante, nesta unidade intitulada *Geopolítica do Brasil e da América Latina e novos arranjos geopolíticos* estudaremos a geopolítica do período contemporâneo no Brasil, na América Latina e no mundo. Para isso, começaremos pensando na ação dos EUA na América Latina, a fim de utilizar os conceitos de soberania e imperialismo estudados na unidade anterior. Iremos rever a constituição geral dos países latino-americanos para refletir sobre os motivos da permanência dessa parcela do continente americano como subdesenvolvida ou em desenvolvimento.

Na sequência, adentraremos a geopolítica brasileira no século XX e XXI, finalizando com uma leitura das ações do Brasil no Mercosul e do Mercosul na política econômica dos países que compõe o bloco. Para concluir, examinaremos os principais acontecimentos geopolíticos do século XXI através da análise do Brasil no G-20, do BRICS, do crescimento econômico chinês e das revoluções iniciadas no Oriente Médio em 2011. Rever essas histórias à luz dos conceitos da Geopolítica nos permitirá aprofundar o entendimento sobre a política mundial e a situação do país em que vivemos e de seus vizinhos.

Vamos ao trabalho!

Seção 4.1

Geopolítica na América Latina

Diálogo aberto

Ao mudar de cidade, a família Souza inicia o reconhecimento de sua propriedade recém-comprada e observa que existem alguns problemas na documentação, da terra, o que dificulta no trâmite da compra de insumos agrícolas, algo necessário para os Souza. Para regularizar a situação, a família busca informações com os vizinhos, perguntando-lhes se, ao se mudarem, perceberam alterações em suas terras em relação à documentação, a fim de obter mais informações para, se fosse o caso, se inteirar mais acerca de uma possível ação pública. A família Alcântara, seus vizinhos, se disponibiliza a colaborar no que fosse preciso para a regularização das terras da família Souza. Tempos depois, um representante da família Alcântara chega à família Souza e diz que o problema acerca da documentação da terra, que atravancava a compra de insumos já está em processo junto a prefeitura do município e logo haverá uma resposta definitiva, o que mostra a influência da família Alcântara junto ao poder público. Certo dia, chega aos ouvidos do patriarca da família Souza que haverá uma reunião na prefeitura, na qual serão tratadas as novas regras para comercialização de insumos agrícolas no município.

Chegando à prefeitura, a família Souza descobre que a reunião foi agendada a pedido da família Alcântara. Durante a reunião, essa família exige da prefeitura e dos vereadores do município a aprovação de uma lei que diminua as taxas e impostos para a compra de insumos agrícolas de empresas externas. Os Souza começam a perceber que o poder público se mostra tendencioso a coadunar com o pedido da família Alcântara, apesar dele não ser unanimidade entre os produtores. Assim, é convocado um debate público, com finalidade de esclarecer à população os pontos de vista existentes e realizar um plebiscito sobre o caso em três semanas. Os produtores de insumos agrícolas, devidamente cadastrados no município, teriam cerca de 30 minutos para se expor no debate e poderiam realizar perguntas aos responsáveis pela proposta de lei. Sendo você o representante

da família Souza, quais elementos levantaria na discussão? Quais perguntas você realizaria?

Não pode faltar

Doutrina Monroe

A Doutrina Monroe torna a frase "América para os americanos" eternizada na história. Durante o século XIX tal frase, bem com as ideias que a circundavam, permitiram a independência de diversos países latino-americanos, bem como afugentaram o perigo de uma recolonização europeia motivada pelos países que formavam a Santa Aliança. Esta ficou conhecida como a união realizada por algumas monarquias europeias, no início do século XIX, que lutavam contra movimentos nacionalistas e liberais. Monarquias como a Rússia, Prússia e Áustria tomavam a Santa Aliança como um instrumento político e militar que buscava a restauração do "equilíbrio" na Europa, após a retomada dos territórios dominados por Napoleão.

Dessa forma, com o discurso de defesa do continente americano, através da Doutrina Monroe, os Estados Unidos, na verdade, estancam o avanço russo em direção às Américas, bem como afastam a concorrência dos ingleses e consolidam o comércio estadunidense nas regiões mais ao sul. Contudo, as ideias proferidas por Monroe representaram, na América, além da reafirmação da independência, uma base para a consolidação dos sentimentos nacionalistas em toda a América Latina. Assim, os Estados Unidos passaram a ser o grande exemplo a ser copiado pelos governos latinos. Graças à vitória das colônias do Norte na Guerra Civil (1861-65) estadunidense há o fortalecimento das ideias capitalistas e da industrialização no país que o colocam no cenário mundial das grandes potências econômicas.

Sendo assim, os Estados Unidos começam a se constituir como uma grande potência mundial, política e econômica, iniciando o processo de imperialismo norte-americano. Com isso, os países latinos percebem que suas antigas relações de colônia com as metrópoles europeias seriam substituídas por relações de países latino-americanos com os Estados Unidos. Em suma, o século XIX marca a entrada dos Estados Unidos no cenário das grandes potências mundiais e, como tal, amplia sua capacidade de se envolver e dominar indiretamente outros países do mundo, com destaque para os latino-americanos.

Reflita

Doutrina do Destino Manifesto

No século XIX, uma crença comum entre os habitantes dos Estados Unidos era de que os colonizadores norte-americanos deveriam expandir suas terras, pois acreditavam ser o povo eleito por Deus para civilizar o novo continente. Tal crença ficou conhecida como Destino Manifesto. Para os norte-americanos seu modelo político era superior e mais desenvolvido do que as monarquias absolutistas europeias, fato que deixava latente a escolha de Deus pelos americanos. Contudo, muitos historiadores tratam o Destino Manifesto como um conceito que gerava controvérsia nos Estados Unidos, haja vista que uma parte dos Republicanos era contrária a tais ideias como o icônico Abraham Lincoln (1809-65). Assim, essa crença difundida é a premissa necessária para justificar as ações realizadas, pois sendo os norte-americanos o povo escolhido por Deus, ninguém melhor do que eles para proteger toda a América. Dessa forma, nos saltam aos olhos alguns questionamentos: parte dos norte-americanos entendiam que as sociedades existentes na América Latina eram subalternas a eles? Os ideais de Liberdade, Igualdade e Direitos Civis propostos pelos estadunidenses não se aplicam a outros países? As políticas e ações propostas pela Doutrina do Destino Manifesto, sempre tiveram intenção de dominar os países latino-americanos?

Imperialismo estadunidense na América Latina

Com o fim da Guerra de Secessão (ou Guerra Civil), os Estados Unidos passam a vivenciar um período de larga prosperidade e avanço econômico. Com a vitória das colônias do Norte, a indústria é estimulada a partir da homologação de leis protecionistas que taxavam em até 50% os produtos importados. Com a conquista dos territórios a Oeste, a produção agrícola cresceu extraordinariamente. Contudo, os valores alcançados pela produção industrial foram ainda mais elevados, com destaque para a produção de aço.

Assim, o governo norte-americano segue as propostas de Monroe, a "América para os americanos", até o final da Guerra Civil. Com o final do combate é realizada, em Washington (1889-90), a primeira reunião na qual foram definidas as resoluções que buscavam intensificar o comércio entre os países do continente americano. Dessa maneira, já sem a ameaça de domínio europeu, os norte-americanos buscavam tanto consolidar o mercado latino a seu favor, como o fornecimento

de matérias-primas para suas indústrias.

Sendo assim, a partir do início do século XX observa-se uma intensificação das ações de cunho imperialista estadunidense nos países da América Latina. Os processos de independência dos países latino-americanos acabaram por facilitar a penetração de tais ações. Isto quer dizer que, como fruto do processo de colonização, ocorre uma fragmentação política. Isso se deve, principalmente, à concentração dos poderes locais nas mãos de uma aristocracia retrógrada, que não buscava romper com as características exploratórias da colonização, mantendo assim as estruturas coloniais.

Um exemplo latente dessas ações se relaciona à independência do Panamá (1903). Os Estados Unidos garantem apoio militar e econômico em troca do controle do canal marítimo que permite a passagem entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, que fica sob domínio estadunidense até o ano de 1999. Os Estados Unidos, todavia, não era a única grande potência com interesse nas matérias-primas e nos mercados dos países latinos. A Inglaterra atuou junto a diversos países realizando empréstimos, controle fiscal e bancário, potencializando, assim, a dívida externa desses países, dominando os setores e serviços públicos essenciais para empresas de capital estrangeiro, como as ferrovias, sistema de água, esgoto, gás, eletricidade, telefonia, entre outros. Todavia, os Estados Unidos dominavam setores estratégicos de diversos países, como o controle do petróleo extraído no México e na Venezuela, o açúcar produzido em Cuba e o cobre extraído no Chile, por exemplo.

A relação entre os Estados Unidos e Cuba é um dos exemplos mais ilustrativos das intencionalidades estadunidenses para com os países latinos. Os EUA possuíam investimentos nas produções de tabaco e açúcar na ilha de Cuba ainda durante o domínio espanhol desta. Auxiliaram, de forma indireta, a independência da ilha durante a Guerra Hispano-Americana (1898). Entretanto, apesar de Cuba estar livre das relações coloniais com os europeus, se viu obrigada a assinar a Emenda de Platt (1901). Esta garantiu aos Estados Unidos o direito de intervir na ilha, bem como a criação de uma base militar: a contraditória Base de Guantánamo. Fica claro que a política internacional proposta pelos norte-americanos era ao invés de 'América para os americanos' na verdade "América para os NORTE-americanos".

Pesquise mais

Filme: O Condor (2007)

O documentário brasileiro *O Condor*, dirigido pelo cineasta Roberto Mader, traz uma série de depoimentos e imagens das crises políticas enfrentadas por países latino-americanos durante as décadas de 1960 e 1970, destacando a chamada *Operação Condor*, aliança política entre o serviço secreto estadunidense (CIA) e as ditaduras militares latinas.

No filme o diretor busca retratar a América Latina contemporânea, bem como os agentes que foram diretamente impactados com tais políticas e alianças e sofreram nas mãos de seus torturadores.

Esse filme é um excelente exemplo das ações imperialistas do governo norte- americano para com os países da América Latina, deixando claro que seus desejos e vontades nesse território são mais próximos aos dos europeus do século XIX do que do discurso de liberdade para os americanos, proferidos anos antes. O documentário esclarece o papel e as intencionalidades estadunidenses para manutenção de sua influência e poder na região.

Aqui você encontra mais informações:

CONDOR (FILME). [S.l.]: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Condor_(filme)&oldid=48556365>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Link para acesso ao trailer do documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=mes8AElxlBQ>. Acesso em: 31 jul. 2017.

A soberania dos países latino-americanos

Os países que compõe a América Latina têm como característica comum o estigma do subdesenvolvimento. Isto quer dizer que há uma enorme desigualdade nos padrões de vida em relação aos países considerados desenvolvidos, uma vez que estes, através de um melhor aproveitamento e incorporação territorial dos progressos técnicos e científicos, atenuaram o problema em seus territórios.

Todavia, essas desigualdades são retroalimentadas pela própria

desigualdade. Isto quer dizer que o problema econômico dos países classificados como subdesenvolvidos é a dependência econômica em relação aos países desenvolvidos, que se agrava através das ações das grandes empresas globais. Dessa maneira, os países latinos, em sua grande maioria, são exportadores de produtos primários caracterizando seu papel na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Assimile

Divisão Internacional do Trabalho (DIT)

A DIT se refere à economia mundial característica do período atual na qual uma parcela dos países, os desenvolvidos, assumem os papéis de gestão e organização da produção mundial. Tal papel é possível por serem os países onde as sedes das grandes empresas mundiais se localizam e onde está a mão de obra mais qualificada (seja ela do próprio país ou trazida de outros países). As demais nações ficam com o papel de fornecer matérias-primas e mão de obra desqualificada e barata para realizar a parcela da produção de mercadorias mais prejudiciais à saúde da população e ao meio ambiente desses países. A DIT é, assim, uma grande organização da divisão do trabalho pelo mundo e alterar a situação de cada país dentro da DIT é um grande desafio. Deve-se a essa divisão a manutenção de diversos países na situação econômica e social de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Vale ressaltar que ela estruturou-se durante o período das Grandes Navegações, na qual havia a nítida divisão entre produtores de gêneros industrializados e produtores de gêneros primários.

Uma característica importante para o entendimento dos países latinos diz respeito à estrutura fundiária. Há uma enorme concentração de terra: cerca de 90% das terras agricultáveis pertencem a quase 10% população somente. Tal fato é agravado quando se sabe que somente 20% dessas terras são, de fato, produtivas, com tendência à monocultura. Assim, é evidente a necessidade de políticas que fomentem a distribuição e o acesso à terra.

Com relação ao desenvolvimento industrial, em tese, os países latinos possuem abundância em recursos e mão de obra, porém os maiores vetores de desenvolvimento do setor têm origens externas. Durante a primeira metade do século XX, os países latino-americanos sofreram diretamente os efeitos da Crise Econômica de 1929 e

das duas guerras mundiais. Isso fez com que eles se afastassem de seus fornecedores e compradores, obrigando-os a desenvolverem suas indústrias, bem como fortalecerem seus mercados internos. Essa transição é conhecida como a política de substituição das importações. O desenvolvimento interno proporcionado durante esse período fortalece as classes médias urbanas, assim como a classe operária. Todavia, com o final da Segunda Guerra Mundial (em 1945), muitos governos reestabelecem os comércios internacionais do passado, prejudicando as plantas industriais construídas nos países.

Assim, os Estados Unidos, por meio do presidente Nixon, alteram suas propostas de relações internacionais, deixando o foco do discurso de ajuda aos países latino-americanos e passando a se concentrar no comércio com esses países e, assim, deixando clara a intencionalidade estadunidense de potencializar o controle e os lucros oriundos da América Latina. Essa mudança levou a uma disparidade quanto aos valores das importações e exportações, baixando os preços das primeiras e elevando os da segunda. Considerando que os países latino-americanos exportam matéria-prima tanto para os EUA quanto para o MCE (futura União Europeia), ocorre uma retração da entrada de dinheiro pelas exportações latinas. Logo, há uma retração dos mercados consumidores da América Latina, uma vez que seu poder de compra está menor.

Dessa forma, os países latinos que tentavam buscar sua emancipação dos capitais estrangeiros e suas mercadorias assistiram essa dependência aumentar. Assim, as ações das grandes empresas globais em territórios latinos acirram as desigualdades. Diante disso, os governos desses países tentam, por um lado, buscar o desenvolvimento de suas indústrias e a consolidação de seus mercados e, por outro, veem aumentar as necessidades e dificuldades em se desvincular das relações exploratórias que se desenrolam por séculos entre seus países e os EUA e os países europeus ocidentais.

Exemplificando

Simon Bolívar

Simón José Antônio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco, conhecido como Simon Bolívar, foi um militar e político venezuelano. Ficou eternizado como símbolo na luta pela

América Latina e pelo processo de descolonização. Simon Bolívar ajuda a formar a primeira União de países independentes da América Latina, sendo o presidente entre 1819 e 1830. Simon atuou diretamente nos processos de independência da Colômbia, Venezuela, Peru, Panamá e Bolívia.

As Conferências Pan-americanas, seis no total, tiveram como base um congresso no Panamá em 1826, em que Simon Bolívar convidou representantes das nações americanas com a finalidade de fomentar e estreitar as relações entre eles.

Bolívar morreu dia 17 de dezembro de 1830, na cidade de Santa Marta, na Colômbia, aos 47 anos devido à tuberculose. Bolívar é visto, por muitos latino-americanos, como um herói, um libertador, aliás, assim era conhecido, 'o Libertador' alcunha que ganhou na Venezuela (1813), após liderar o movimento de independência do país.

Geopolítica latino-americana contemporânea

Vimos, ao longo do texto, as formas e as intencionalidades das ações estadunidenses em relação aos países latino-americanos. Assim, pretendemos mostrar aqui algumas tentativas de governos que possuíam o discurso de enfrentamento ao modelo norte-americano e de aumento da integração dos países latinos. Esse movimento se destaca no cenário político da América Latina, a partir dos anos 2000, época na qual partidos políticos considerados de esquerda, possuidores de um discurso em defesa da população mais precarizada ascendem ao poder, com uma proposta de aproximação e fomento à integração entre os países latinos.

Dessa forma, o destaque fica com as ações proferidas pela Venezuela, sobretudo após 1999. A partir deste ano, o país é governado por Hugo Chávez, um político militar, líder da Revolução Bolivariana no país. Seu governo, para muitos, foi considerado uma ditadura, durante os anos de 1999 a 2013 (ano de sua morte). Os anos de Hugo Chávez no poder na Venezuela assistem à uma gestão caracterizada pelo nacionalismo e pelo enfrentamento aos Estados Unidos, marcada por uma postura antiliberal e contrária ao processo de globalização. Ele fortaleceu e priorizou as relações comerciais com países latinos como Equador, Brasil e Bolívia, estimulando um

sentimento nacionalista no povo venezuelano, sentimento este percebido por todo continente.

Outro país que retrata bem esse período é a Bolívia, após as eleições de 2005, quando chega ao poder Evo Morales, marcando a história boliviana como o primeiro presidente indígena do país. Também possuidor de um discurso de caráter nacionalista, Morales propõe a nacionalização dos hidrocarbonetos, que se encontravam nas mãos de empresas estrangeiras, majoritariamente a Petrobras. Dessa forma, ele nacionalizou a extração de gás natural, alterando as relações econômicas, uma vez que as antigas concessões foram consideradas nulas e a produção nacionalizada. Assim, as empresas passam a comercializar o gás em si e não mais sua extração. Morales, assim como Chávez, se coloca como oposição ao governo norte-americano e a favor de uma maior integração dos países latinos.

Assim como a Bolívia e a Venezuela, em meados dos anos 2000, o Equador presencia, com o governo de Rafael Correa (2007-2017), a um conjunto de políticas sociais no país bem como um fortalecimento da oposição aos Estados Unidos no continente. Rafael Correa propõe uma postura nacionalista, em defesa dos cidadãos equatorianos, busca alinhamento político junto a Chávez e Morales, bem como o fortalecimento das relações internacionais com países latinos. Diferente da Bolívia, não há nacionalização dos hidrocarbonetos, contudo, há um aumento da participação do Estado na exploração de petróleo. Rafael também propõe ao país políticas que alteram as estruturas econômicas, por exemplo, o Código Monetário e Financeiro, que permite ao Estado uma maior participação na economia, bem como a proposição de diversas leis que modernizaram o sistema judicial do país.

Dessa maneira, fica evidente que as ações imperialistas estadunidenses nos países latino-americanos estão cada vez mais perceptíveis e são alvos de protestos e manifestações. Observamos no continente um crescimento do nacionalismo e do significado de pertencimento da América Latina como um todo.

Assimile

América Latina: região que compreende os países do continente americano colonizados por Portugal e Espanha e falantes das línguas latinas (espanhol e português).

Doutrina Monroe: política externa norte-americana que visava dar fim às intervenções europeias no continente americano, porém deu base para uma política imperialista estadunidense na América.

Bolivarianismo: diz respeito às políticas nacionalistas recentes de governos latinos baseadas nas ideias de Símon Bolivar. Buscam maior integração dos países latinos entre si como estratégia de defesa político-econômica.

Sem medo de errar

Sabendo do poder econômico e da influência política que possui a família Alcântara, a dúvida central gira em torno de quem são os principais produtores de insumos agrícolas existentes no município, sobretudo em relação aos seus preços frente aos de outras localidades. Além disso, é preciso verificar qual o percentual de fornecedores externos no total de insumos consumidos no município. Tais questionamentos são muito importantes para ilustrar que muito provavelmente a diminuição desses impostos prejudica diretamente os produtores locais, que ficariam em desvantagem em relação aos externos, sem muito poder de barganha.

Ao traçarmos um paralelo da situação às ações norte-americanas realizadas junto aos países latinos, lembramos do discurso da Doutrina Monroe ("A América era para os americanos"). Ele legitimou uma exploração quase que exclusiva dos estadunidenses e não uma emancipação política e econômica dos países latinos. Nesse sentido, pensemos na situação da América Latina e do município: notamos que isso poderia ocorrer, pois com a aprovação das menores taxas e impostos aos insumos agrícolas externos, sob o discurso de fomento da produção agrícola local, os Alcântara precarizariam os produtores locais, legitimando quase que um monopólio nas vendas dos insumos agrícolas por parte de produtores externos.

Faça valer a pena

1. Leia as afirmações a seguir:

I — A partir das políticas de substituição das importações, os países latinos conseguem desenvolver suas indústrias, que, em alguns casos, permitiu a total autonomia em relação aos capitais estrangeiros.
II — Apesar de abundância dos recursos naturais (matérias-primas) e de mão de obra, os principais estímulos ao desenvolvimento das indústrias nos países latinos ocorrem de forma externa.
III — A alteração das políticas externas estadunidense fomenta o desenvolvimento das indústrias latinas, sobretudo após o governo Nixon, cujo mandato foi de 1969-74.
Marque a alternativa que indica corretamente quais afirmações estão corretas:

a) Somente a afirmação I.
b) Somente a afirmação II.
c) Somente a afirmação III.
d) Todas as afirmações.
e) Nenhuma das afirmações.

2. Leia com atenção as afirmações seguintes:

( ) A Doutrina Monroe nasce com objetivo principal de fazer frente às políticas internacionais propostas pela Santa Aliança.
( ) Tal doutrina estimula diversas tentativas de revolta nas colônias americanas, que, contudo, não lograram sucesso. Os países não alcançaram a independência.
( ) A partir do século XIX, os EUA entram no cenário das grandes potências mundiais, resultado direto da vitória das colônias do Norte na Guerra Civil. Esse fato contribui na difusão dos ideais capitalistas e de indústrias pelo país.
Assinale a alternativa que indica, respectivamente, quais afirmações anteriores são verdadeiras (V) e quais são falsas (F):

a) F - V - F.
b) V - F - F.
c) F - F - V.
d) V - V - F.
e) V - F - V.

3. Leia com atenção o fragmento de texto a seguir:

> Constata-se, então, uma retração dos mercados consumidores de produtos latino-americanos, simultaneamente a uma deterioração na capacidade de compra da América Latina, dado que as transações comerciais com o exterior feitas em _____, provocam o escoamento de divisas. Nestas circunstâncias o desenvolvimento econômico torna-se _____ e mais do que nunca evidenciam a necessidade de integração econômica. (AQUINO; JACQUES; LOPES, 1978, p. 372)

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas existentes no fragmento de texto anterior:

a) Sob mesmas condições — extremamente imprescindível.
b) Condições favoráveis — extremamente difícil.
c) Condições desfavoráveis — extremamente facilitado.
d) Condições desfavoráveis — extremamente difícil.
e) Condições favoráveis — extremamente facilitado.

Seção 4.2

Geopolítica brasileira

Diálogo aberto

Com as questões sobre a compra de insumos agrícolas resolvidas, a família Souza começa a conhecer melhor sua propriedade e seu potencial de produção. O filho mais velho fica responsável por todos os procedimentos de produção, transporte e venda de hortaliças. Ao se inteirar do modo produtivo e dos valores atrelados ao mesmo, ele consegue aperfeiçoar a produção. Contudo, chega ao conhecimento da família Souza que a prefeitura sancionou uma lei que atrela os valores do subsídio agrícola (verba do governo que viabiliza a produção) à taxa de produtividade. Sendo assim, com as novas regras quanto ao subsídio, devido ao tamanho da propriedade, para que a família mantenha os valores atuais de repasse do governo, há necessidade de aumento da produção de hortaliças. O responsável por tal produção realizou as melhorias técnicas e tecnológicas cabíveis há poucos meses, assim, qual solução possibilitará a manutenção dos valores repassados pelo governo municipal?

Não pode faltar

Projeto RADAMBRASIL (a geopolítica da Amazônia) e Projeto Calha Norte

O RADAMBRASIL e o Calha Norte são projetos de dinâmicas regionais, desenvolvidos sobretudo na região amazônica, com influências em todo território brasileiro. A priori, seus objetivos visam à ampliação do conhecimento das fronteiras brasileiras localizadas nas áreas onde se encontra a Floresta Amazônica, devido ao alto grau de dificuldade de fiscalizar e compreender as dinâmicas nessas fronteiras em função da densidade da vegetação, o que dificulta a manutenção da segurança internacional na região norte do país. Dessa forma, foi realizada uma série de ações no território com finalidade de manutenção da soberania brasileira na Amazônia. Assim, os projetos

possuíam dois pilares principais: um ligado diretamente à segurança e outro ligado ao desenvolvimento econômico e social.

Por isso, o Projeto RADAMBRASIL, também conhecido como Projeto Radar da Amazônia, vigorou entre 1970 a 1985, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Ele consistiu na cobertura do território da Amazônia brasileira através de imagens de radar captadas por aviões. Dessa forma, via sensoriamento remoto, foi possível colher imagens da superfície terrestre coberta pela densa vegetação e sem a interferência de nuvens, o que permitiu uma série de interpretações acerca da área onde se alastra a floresta equatorial. A partir desse programa foram produzidos diversos estudos referentes à geomorfologia, geologia, vegetação, pedologia e recursos naturais da região da floresta Amazônica.

Assim, a partir da geração dessas imagens fica evidente o uso potencial do território, bem como a capacidade de exploração dos recursos ali existentes. Esse estudo ainda é tomado como referência no Brasil, sendo que até hoje são utilizadas as imagens e análises geradas pelo projeto. Em 1975, o projeto sofre uma alteração em sua escala de atuação, passando a abranger todo território nacional, sendo considerado um dos maiores projetos brasileiros de levantamento de recursos minerais, feições geológicas, geomorfológicas, uso do solo e vegetação do país. Permitir uma ampliação do conhecimento do território brasileiro é de suma importância para a geografia brasileira, devido à sua escala de atuação e abrangência. Com o final do projeto, em 1985, o acervo de material produzido, bem como os dados gerados, foram transferidos para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O projeto Calha Norte foi criado no ano de 1985. Sua área de atuação também foi a região norte do país e ele está ligado diretamente à questão da segurança nacional e da soberania. Dessa maneira, o projeto Calha Norte consiste na implantação de bases militares na fronteira norte da Amazônia brasileira, desde a cidade de Oiapoque/AP ao município de Tabatinga/AM, conforme indica a figura a seguir:

Figura 4.1 | Área de abrangência do Projeto Calha Norte

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-2.3596617,-59.2453909,5.5z>. Acesso em: 11 ago. 2017.

O projeto Calha Norte é de suma importância para geopolítica do Estado brasileiro, uma vez que a região em questão é considerada extremamente rica em recursos naturais, sobretudo minerais. Além disso, é uma área estratégica, pois se trata de uma região de fronteira. Todavia, o projeto é motivado por uma pressão internacional fruto de um processo de invasão de territórios indígenas na Amazônia por garimpeiros, o que acarretou na morte de milhares de indígenas, com destaque ao desmanche do povo Ianomâmi. Assim, o projeto Calha Norte é uma resposta do Estado brasileiro à pressão da opinião pública nacional e internacional, bem como uma tentativa de ampliar a fiscalização nas áreas de fronteira, sobretudo nas cidades gêmeas (cidades separadas pela linha de fronteira internacional), como é o caso das cidades de Pacaraima (localizada no Brasil) e Santa Elena (Venezuela); Bonfim (Brasil) e Lethen (Guiana).

Exemplificando

Projeto SIVAM

O Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM, é um projeto do Ministério de Defesa Brasileiro, criado no ano de 2002. Tem como intuito resguardar as áreas florestais da região amazônica, garantindo a soberania do Estado brasileiro na região. Dessa forma, pesquisadores civis junto às Forças Armadas brasileiras propõem a instalação de uma densa

malha de infraestruturas que dariam apoio à vigilância e à comunicação na região amazônica.

Através do uso de radares, as informações são transmitidas via satélite para um banco de dados das grandes metrópoles. Graças a técnicas e tecnologias de sensoriamento remoto, é possível realizar a sistematização dos dados de desmatamento e uso do solo e um maior controle do tráfego aéreo da região.

Pesquise mais

Serras da Desordem

Deixamos indicado aqui o filme *Serras da Desordem*, dirigido por Andrea Tonacci, lançado no ano de 2006. O filme conta a história do índio Carapirú, da comunidade Awá-Guajá, que vê seu povo ser massacrado por madeireiros e grileiros de terra. Ao fugir, inicia uma peregrinação pelas regiões centrais do país e na busca pela sobrevivência, é encontrado pela FUNAI que o encaminha a Brasília, com a finalidade de auxiliá-lo. Com o desenrolar da história, a trama ilustra as relações indígenas no Brasil, deixando claro os efeitos das invasões de territórios, o que torna evidente o debate acerca da fragilidade e falta de controle da união na região norte do país.

SERRAS DA DESORDEM. [S.l.]: Extrema Produções Artísticas, 2006. P&B.

Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)

Neste ponto, acreditamos ser necessário abrirmos um pequeno parêntese em relação ao posicionamento e pressão internacional, sobretudo com relação a potenciais conflitos. Como mencionado anteriormente, o projeto Calha Norte é, em grande parte, uma resposta a uma pressão política internacional, isto é, a críticas recebidas pelo governo brasileiro por algumas medidas e atitudes que foram tomadas. Uma das instituições mundiais com grande poder de influenciar um país a mudar ou inserir políticas é a ONU. Assim, veremos o papel desse órgão em tal processo.

A Organização das Nações Unidas possui um conselho de segurança (Conselho de Segurança da ONU), cujo objetivo é a

manutenção da paz e da segurança no mundo. O Conselho de Segurança é o único órgão da ONU que afeta diretamente os 193 países associados, isto é, as resoluções definidas no conselho devem ser obrigatoriamente adotadas por todos os países membros. Seu raio de atuação é bem variável, engloba desde sanções econômicas a intervenções militares, a fim de adequar os Estados às suas resoluções.

O CS é formado por 15 países membros, sendo cinco vagas fixas e dez destinadas a membros rotativos. Os cinco países fixos (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China) têm o poder de vetar as decisões em votação. Já os demais dez membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandados de dois anos. Para aprovação de uma nova resolução é necessária unanimidade dos cinco países fixos mais quatro votos de membros rotativos, gerando um total de nove votos. Com veto de algum dos cinco estados fixos, a resolução é considerada vetada.

Reflita

Imunidade pelo veto

O Conselho de Segurança da ONU teria como principal objetivo a manutenção da paz, através de ações que impactassem diretamente todos os países associados. Entretanto, os cinco países fixos possuem o poder de veto e basta que um deles seja contrário que a matéria ou resolução é considerada vetada. Na prática se trata de uma estratégia criada por esses países (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China) que os protege da ação do próprio conselho. Fica evidente a dúvida quanto a real intencionalidade dos membros permanentes do Conselho. De fato, eles visam a não proliferação de conflitos armados ou estariam a serviço de manter o avanço econômico dos próprios membros permanentes?

Em contrapartida, há um movimento internacional que visa ampliar o acesso de países ao Conselho de Segurança da ONU, bem como ampliar o número de membros fixos. O principal expoente desse movimento ficou conhecido como G4, que se constitui em uma aliança entre Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que intentam participar como membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Sendo assim, esse grupo propõe a ampliação dos 15 membros atuais para 25 países membros, dos quais seis seriam fixos (os quatro países que compõe a aliança mais dois Estados do continente africano) e

quatro rotativos.

Contudo, essa proposição de ampliação dos países membros gera discórdia entre as nações fixas no CS. O Reino Unido e a França se declaram favoráveis a resolução proposta pelo G4, sobretudo a entrada da Alemanha e Brasil. Entretanto, os Estados Unidos se mostram contrários a entrada dos alemães e os chineses se mostram contrários a entrada do Japão, assim, Estados Unidos e China se apoiam pela não validação da ampliação do número de países membros.

Imperialismo brasileiro na América Latina

Ao olharmos a política externa realizada pelo Estado brasileiro, sobretudo com relação aos países latinos, fica claro o papel que o país vem adquirindo nas últimas décadas. Nos anos de 1970, concomitante ao processo de submissão frente ao imperialismo estadunidense, o Brasil desencadeia um processo de largo crescimento econômico, emergindo como uma potência frente aos países latinos, passando a exercer um papel imperialista na América Latina. Um modelo de imperialismo baseado nos processos econômicos prioritariamente, sendo o capital brasileiro investido no exterior, o instrumento de dominação das formações socioespaciais latino-americanas.

Os investimentos internacionais realizados pelo Brasil, em sua grande maioria, estão ligados a áreas de desenvolvimento que dependem de investimentos externos, via contratação de empresas brasileiras possuidoras de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São projetos ligados ao transporte público, geração de energia, construção/manutenção de rodovias. Entretanto, vale ressaltar que tal processo não ocorre de forma homogênea, isto quer dizer que o Estado brasileiro, a partir dos anos 2000, passa a ser visto como aquele com real possibilidade de superação de sua condição de periférico, alterando seu papel no cenário internacional ao adquirir mais influência e poder regional. Todavia, o Brasil ainda é o país com maior número de investimento externo em sua economia entre os países latino-americanos, deixando evidente que o processo imperialista brasileiro não se dá de forma autônoma, tem a dependência como uma de suas características intrínsecas.

As grandes empresas transnacionais brasileiras se concentram em setores econômicos com baixo uso de tecnologia, como construção civil, siderurgia ou mineração. Os empregos gerados são, em sua

larga maioria, aqueles que exigem baixa qualificação de uma mão de obra que recebe baixa remuneração. É fato que o valor total de capital brasileiro investido nos países da América Latina não é superior aos montantes investidos pelas potências europeias nem pelos Estados Unidos. Isso deixa claro as limitações das ações do Estado brasileiro, configurando assim um processo de subimperialismo.

O conceito de subimperialismo está diretamente ligado à dependência brasileira das grandes potências do mundo. Dessa forma, mesmo sem que se coloque a questão de coerção militar, o Estado brasileiro atuaria como um aliado do governo estadunidense na região, agindo tanto no campo econômico, promovendo ações de liberalização das economias, como na área de estabilidade política, que se deu de forma antagônica. Se por um lado o Brasil atuou a fim de barrar as intervenções militares estadunidenses na região, de outro, foi um importante agente neutralizador dos movimentos anti-imperialistas na América Latina, sobretudo na Venezuela, Equador e Bolívia.

Brasil e o Mercosul

Com relação às políticas internacionais brasileiras, devemos destacar o Mercado Comum do Sul, Mercosul. Essa organização intergovernamental foi originada a partir da assinatura do Tratado de Assunção, no ano de 1991. Estabeleceu, inicialmente, uma relação de livre comércio entre os países membros, uma união aduaneira entre países localizados no continente sul-americano. O grupo conta com cinco países membros plenos, Brasil, Argentina, Venezuela (suspensa em 2016), Paraguai e Uruguai e com sete países membros associados, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Guiana e Suriname. Sendo assim, os países associados participam de todas as reuniões, encontros e convenções realizadas pelo Mercosul, com caráter somente consultivo, ou seja, não possuem poder de voto.

Além de facilitar e fomentar as relações comerciais entre os países membros, através de facilitações e reduções das tarifas alfandegárias, por se tratar de uma união aduaneira, há a adoção de uma tarifa externa comum para as importações. Isto é, entre os países membros são cobradas as mesmas tarifas de produtos externos ao grupo, beneficiando assim os produtores internos, mesmo que não seja adotada de forma integral por todos os membros. Atrelado ao desenvolvimento econômico, a criação do bloco econômico gera um aumento de inter-relações entre as populações dos países

membros, uma vez que há diminuição das burocracias, o que facilita e estimula a circulação das pessoas, possibilitando a ampliação e/ou fortalecimento do mercado interno sul-americano.

Dessa forma, há uma tendência de ampliação das produções industriais dos países associados ao Mercosul, já que há uma diminuição das tarifas alfandegárias atreladas a um crescimento dos mercados consumidores. Esse fomento à produção industrial pode atuar diretamente no valor do Produto Interno Bruto dos países, pois este é fruto de uma expansão da produção industrial que tende a crescer. Há ainda um aumento da competitividade entre os países, ligados diretamente ao adensamento das redes comerciais das empresas e das indústrias.

No contexto do Mercosul, o Brasil assume um papel central, apresentando importante relevância no cenário econômico regional. Isso faz com que o seu mercado interno se aqueça, tornando seus produtos mais atrativos.

Assimile

As ações políticas do Brasil na América Latina nos últimos 15 anos podem ser entendidas como um subimperialismo, pois o país estabeleceu políticas financeiras, através do BNDES, que investiram dinheiro em outros países latinos e a partir desses investimentos foi possível aumentar a força econômica e política nesses países. Tais políticas refletiram inclusive no debate levado pelo Brasil, entre outros países, de alteração do Conselho de Segurança da ONU e do fortalecimento do Mercosul. Em relação a esse tema, é possível até mesmo acessar sites do governo e verificar a posição oficial sobre o tema. Saiba mais em:

BRASIL. Governo Federal. **Brasil e países do G4 defendem reforma do Conselho de Segurança**. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 22 ago. 2017.

Sem medo de errar

Parte-se do princípio de que todas as melhorias quanto a técnica de plantio e colheita já foram realizadas. Assim, o responsável pela produção de hortaliças deve buscar uma solução política e administrativa para otimizar a produção, bem como baratear seu custo. A exemplo das reuniões realizadas pelos países do Grupo

dos 20 da ONU (G20), no qual as principais economias do mundo debatem as principais questões econômicas do planeta, é preciso realizar uma reunião com os principais produtores da região. Na reunião, deve-se levantar os pontos da mudança da lei de subsídio, a fim de elucidar aqueles que prejudicariam diretamente o setor de hortaliças. A melhor ideia aqui é a criação de uma cooperativa entre os produtores, através da qual a produção se concentraria em uma única empresa (a cooperativa), que alcançaria os maiores valores de subsídio. Dessa forma, é como se todos os produtores realizassem negócios individuais com a cooperativa, unificando as produções e negociassem com a prefeitura e com os clientes, o que aumenta o poder de barganha e diminui os riscos. A fim de dar peso ao argumento da criação de uma cooperativa, é possível traçar um paralelo com o bloco econômico do Mercosul, através do qual os países da América do Sul recrudesceram suas relações econômicas, diminuindo burocracias, fomentando o comércio e estimulando a economia.

Faça valer a pena

1. Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – Os projetos RADAMBRASIL e Calha Norte foram implantados durante o período da ditadura militar. Eles visavam ampliar o controle das fronteiras da região Norte do Brasil.
II – O projeto RADAMBRASIL foi pioneiro na coleta de dados em escala nacional. A priori voltado somente para região Norte do país, sobretudo na região amazônica, se estendeu para todo território nacional.
III – O controle das fronteiras norte do Brasil sempre foi considerado estratégico para o país, contudo, a região apresenta uma fragilidade latente, fruto da dificuldade de acesso e escassez de infraestrutura, o que compromete a soberania brasileira na região.

Assinale a alternativa que indica quais das afirmações estão corretas:

a) Afirmações I e II.
b) Afirmações II e III.
c) Afirmações I e III.
d) Todas as afirmações.
e) Nenhuma das afirmações.

2. Leia a frase seguinte:

O Conselho de Segurança da ONU é composto por _____ membros, sendo eles _____ membros permanentes e _____ rotativos. Os membros rotativos participam dos eventos do conselho, podem levantar questões e propor debates, entretanto, possuem caráter consultivo, ou seja, não possuem _____.
Marque a alternativa que completa corretamente as lacunas existentes na frase anterior:

a) 25 – 10 – 15 – poder de voto.
b) 15 – 10 – 5 – direito à votação.
c) 30 – 10 – 20 – direito à reeleição.
d) 15 – 5 – 10 – poder de veto.
e) 10 – 5 – 5 – influências diretas.

3. Leia o fragmento de texto a seguir e responda à questão:

> **Para o Brasil, também, a despeito da maior diversificação de parceiros externos, o peso do Mercosul cresceu em seu comércio exterior, alcançando mais de 17% do total (sendo a maior parte com a Argentina, obviamente) em 1998, para um volume em torno de 4% ao início do processo. (ALMEIDA, 2011, p. 112)**

A partir do fragmento de texto, com relação ao Mercosul podemos afirmar que:

a) O Brasil, devido à sua robustez econômica e industrial, torna-se um país economicamente central no bloco, com um mercado consumidor forte e atrativo, concentrando os maiores investimentos do bloco.
b) O Mercosul surge como uma resposta ao movimento europeu de criação da União Europeia. Dessa forma, visa combater econômica e comercialmente os países europeus, criando um bloco.
c) O surgimento do Mercosul está atrelado diretamente à estratégia norte-americana de consolidar suas políticas expansionistas na América Latina, criando um bloco econômico que responde a seus estímulos
d) Com a criação do Mercosul, há um aumento das relações comerciais entre os países membros em detrimento das grandes potências do globo, ou seja, é um movimento latino que visa erradicar as relações comerciais com a Europa.

e) Com a criação do Mercosul, há uma diminuição das relações comerciais entre os países membros em detrimento das grandes potências do globo, ou seja, é um movimento latino que visa diminuir as relações comerciais com a Europa.

Seção 4.3

Novos arranjos geopolíticos do Brasil e do mundo

Diálogo aberto

Em continuidade à situação apresentada nas seções anteriores, alguns anos após a realização do plebiscito sobre o aumento do subsídio para os produtores agrícolas acoplado ao rendimento da produção (aumento este que dificultaria o comércio para os pequenos produtores agrícolas e facilitaria para os grandes), uma grande empresa internacional do setor agrário se instala no município. Sabe-se que tal empresa possui uma elevada taxa de produtividade. O município é de pequeno porte e tem como principal motivador econômico e emprego a produção agrícola, de modo que com a instalação e pleno funcionamento na região dessa empresa, ocorre um aumento da concorrência, gerando uma baixa dos preços dos produtos. Contudo, devido ao seu tamanho e capilaridade (internacional), ela consegue manter os preços muito mais baixos que os produtores membros da cooperativa, o que leva alguns a encerrarem suas atividades. Dessa forma, nesse processo, após um ano de sua instalação, a empresa passa a adquirir propriedades rurais a fim de criar um monopólio na produção da região. Conforme ocorre a expansão das ações da empresa, os cidadãos locais passam a se sentir prejudicados: houve aumento do desemprego, precariedade dos serviços, diminuição de renda das famílias e diminuição da concorrência desde que a empresa passou a dominar o setor produtivo. Todavia, as eleições municipais se aproximam e os produtores filiados à cooperativa e simpatizantes dos trabalhadores rurais decidem indicar um candidato à prefeitura no pleito seguinte. Se tal responsabilidade recaísse a você, como representante escolhido para se candidatar nas próximas eleições, quais seriam suas principais reivindicações em relação às políticas voltadas ao balanceamento do atendimento das necessidades dos produtores da cooperativa diante do mercado global?

Não pode faltar

O Brasil no G20

O Grupo dos 20 ou G20 é um grupo constituído pelos presidentes de banco centrais e ministros da economia das 19 maiores economias do mundo, somadas à União Europeia. O grupo foi oficialmente criado no ano de 1999, com a finalidade de atenuar as consequências e reflexos das sucessivas crises econômicas ocorridas no mundo durante a década de 1990, visando fomentar e aumentar as negociações internacionais, via construção de ampliado diálogo.

O poder econômico dos países membros do Grupo dos 20 é evidente, juntos somam mais de 80% do PIB mundial, possuem dois terços da população do planeta (logo, os maiores mercados), representam mais de 70% de todas as relações comerciais que ocorrem no globo. Dessa maneira, fica evidente o poder e influência do G20 nas relações econômicas e na gestão dos sistemas financeiros em todo globo. Assim, o grupo tem como principal objetivo reunir, de forma regular, os principais líderes e diretores das principais economias do mundo, a fim de debater assuntos estratégicos da economia global. Durante o ano de 2004, em conferência ocorrida em Berlim, é aprovado um comunicado que visa orientar as políticas financeiras e monetárias, passando a promover políticas de nuances neoliberais, como a eliminação das restrições à movimentação de capital financeiro ou garantir condições de flexibilização dos mercados de trabalho.

Entretanto, a crise econômica e financeira global, ocorrida no ano de 2008, coloca os países emergentes numa posição mais confortável perante o grupo dos 20, uma vez que esses países, sofreram menos os efeitos da crise. Em novembro do ano de 2008, ocorre uma reunião do G20 na cidade estadunidense de Washington, com objetivo de retomar o crescimento econômico mundial. Assim, a crise ocorrida desencadeia um processo de alteração dos mecanismos de governança global, como a perda de legitimidade do G8 (Grupo que reúne as oito principais economias do mundo) frente às decisões do G20. Com isso, o Estado brasileiro, à luz dessas alterações nas estruturas financeiras dos mercados internacionais ativadas pela crise de 2008, passa a atuar no sentido de fortalecimento do Grupo dos 20.

O Brasil visa consolidar o G20 como sendo a principal organização dentro das Nações Unidas a defender uma maior participação dos países emergentes, indicando que grupos como G7 e/ou G8 não teriam condições de solucionar a crise. Trabalhou, assim, para ampliar a participação das economias emergentes junto às instituições internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS). Dessa forma, o Estado brasileiro, nos congressos e convenções do G20 que ocorreram após a crise de 2008 (Washington 2008, Londres 2009, Toronto 2010, Seul 2010, França 2011, México 2012), vem atuando para ampliar o poder e a influência dos países emergentes no sistema de governança global. Uma de suas principais estratégias é o controle dos fluxos de capitais internacionais, com a proposta de adoção de medidas de controle financeiro a países emergentes. No Brasil, por exemplo, há o aumento do IOF (imposto sobre operações financeiras).

Visando o mesmo objetivo, de ampliar a autonomia dos países menos industrializados e desenvolvidos, bem como expandir seu poder e influência frente às principais economias do globo, o Estado brasileiro também atua na busca de uma maior participação das economias emergentes nos mecanismos e instituições que atuam em escala internacional. O Brasil se torna o décimo maior cotista do FMI, entre os anos de 2008 e 2010, e se opõe às políticas-econômicas estadunidenses como a proposta de retomada das resoluções propostas na rodada de Doha, de liberalização comercial. Dessa maneira, o Estado brasileiro passa a assumir uma liderança quanto às regras e normas das relações financeiras e econômicas na América Latina. Aliado a outras economias assumidas como emergentes, sobretudo a China, o Brasil amplia seus investimentos e intensifica relações bilaterais entre países emergentes, ampliando o número de votos dos países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no Conselho de Segurança da ONU.

Exemplificando

G7, G8 e governança global

A partir do século XX, com a intensificação do processo de globalização, consequentemente aumento das relações e fluxos internacionais, há o

fortalecimento da ideia de uma governança global. Isso diz respeito ao conceito de um governo mundial detentor de um discurso central, o qual afirma que alguns problemas e questões sociais se tornaram globais e de difícil equacionamento em um só país, questões como imigração, terrorismos, combate às drogas, entre outros.

Nesse sentido, a criação da ONU, em 1945, tem como um de seus objetivos, através de reuniões e votações que envolvem os principais líderes mundiais, regulamentar a governança global. Contudo, dada a desigualdade econômica e social entre os países, as economias mais desenvolvidas pleiteavam maior peso de voto ou foro específico para as economias desenvolvidas na submissão de seus assuntos e demandas. Dessa forma, no ano de 1975, é criado o Grupo dos 7 ou G7, que reúne as sete principais economias do mundo, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, Inglaterra, França e Itália. O G7 não atua como uma organização formal, mas sim com a finalidade de realizar reuniões regulares entre os principais líderes mundiais. Durante os anos de 1998 a 2014 o grupo ficou conhecido como G8 ou G7+Rússia, devido à entrada do Estado Russo nas reuniões.

BRICS

A sigla BRICS representa um grupo de cinco países, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South África – 'S'). Este não se trata de um bloco econômico ou uma instituição internacional. O BRICS é um mecanismo internacional, um agrupamento informal que visa à cooperação entre os cinco países membros, que se destacam por apresentarem uma economia considerada emergente, ou seja, uma economia que apresenta indícios de superação da condição de subdesenvolvimento. Isto quer dizer que estão em uma zona de transição entre as grandes economias mundiais e as economias das nações periféricas.

A sigla, originalmente BRIC (a África do Sul, "South África – 'S'" integra o grupo no ano de 2011), foi criada pelo economista inglês Kim O'Neill, pesquisador referência em economia global, considerado um dos mais importantes e influentes no Mercado Internacional de Divisas, Forex, maior mercado financeiro do globo. Segundo O'Neill, o termo era responsável por indicar as economias que possuíam condições de atingir e/ou superar as grandes economias mundiais, a curto e médio prazo. Assim, a priori, o termo era utilizado por economistas e cientistas políticos em suas análises e estudos.

Todavia, no ano de 2006, ainda sem a presença da África do Sul, os países do BRIC acabam formalizando a sigla na Assembleia Geral da ONU. Este atributo diplomático, proporcionado pela formalização dos países do BRIC, permitiu a realização de ações econômicas e o aumento da comunicação entre eles. Mesmo não se configurando como bloco econômico ou mesmo uma associação formal dos mercados, fica evidente que se busca estabelecer uma forma de aliança, há um estreitamento de laços entre os Estados, que visam converter seu crescente poder econômico em influência geopolítica. Assim, desde o ano de 2009, o grupo realiza encontros anuais a fim de consolidar tais relações.

No ano de 2011, o Estado da África do Sul foi oficialmente integrado ao grupo, que passa a chamar BRICS (o "S" refere-se à South África). O ingresso do Estado sul-africano foi uma surpresa para alguns economistas, como para o próprio Jim O'Neill. Devido ao fato da economia da África do Sul ser cerca de um quarto da russa, acreditava-se não ser o momento de entrada desse Estado. Contudo, com apoio chinês, os países do ainda BRIC consideram o Estado da África do Sul como estratégico para influenciar o crescimento econômico no continente africano. Por ser um dos países africanos com economia mais desenvolvida e consolidada, é tratado como porta de entrada para o continente, sobretudo para região mais ao sul da África. Além de que, a entrada da África do Sul aumenta o poder de influência geopolítica do grupo, que pode estabelecer suas redes de alcance em quatro continentes distintos, configurando-se como uma estratégia política.

Pesquise mais

Caminho do meio

O documentário dirigido por Júlia Martins e Carlos Alberto Junior, Caminho do Meio, lançado em 2014, produzido pela Produtora de áudio visual Cine Group, acompanha o cotidiano da vida de cinco famílias, uma em cada país membro do BRICS. O documentário se propõe a acompanhar, apresentar e comparar a vida cotidiana dessas famílias, representantes da nova classe média dos países emergentes. No filme há captações de diferentes momentos, de trabalho, de lazer, reuniões de amigos, buscando destacar as mudanças produzidas nos seus cotidianos diretamente influenciadas pelo aumento econômico. Contudo, também

traz questões quanto às diferenças culturais e históricas existentes entre as sociedades dos Estados do BRICS.

CAMINHO do Meio. [S.l].: Cine Group, 2014.

A força chinesa

A China surge no cenário como a economia mais promissora dentre os países emergentes, com a maior população absoluta entre as nações, além de um atraente mercado consumidor. A partir da década de 1970, inicia-se o processo de modernização e industrialização do território chinês, programa que envolvia, a priori, a modernização da agricultura, da indústria, das forças armadas e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Com a extinção das comunas e a retomada da individualidade das propriedades rurais, o governo chinês adota políticas que se assemelham ao sistema capitalista, passando até a contar com uma Bolsa de Valores. Isso deixa latente que são reformas também políticas e não somente econômicas. Seu sistema econômico passa a ser, convencionalmente, chamado de Socialismo de Mercado.

Com a crise de 2008, o Estado chinês passa a exercer um papel que guarda similaridades com o apresentado pelo Estado brasileiro, todavia, com maior capilaridade e poder de influência, dada a sua magnitude. Dessa forma, vem trabalhando junto às instituições e grupos internacionais a fim de ampliar o acesso dos países emergentes às decisões de cunho global. Também busca estreitar laços com outras economias que não exclusivamente os países do centro, por exemplo, acordos com países do BRICS, visando à consolidação de seu papel no atual cenário econômico mundial.

Durantes os encontros e reuniões promovidas pelo ONU, após a crise de 2008, a China atua e propõe medidas que buscam equalizar as relações financeiras globais; em Londres (2009), pediu mais autonomia aos países emergentes e no desenvolvimento de uma frente ao protecionismo comercial. Nesse sentido, a China tem sido porta voz de medidas antiprotecionistas fiscais e de liberalizações comerciais, trazendo sempre o discurso produzido na rodada de Doha, contrária a práticas comerciais protecionistas, sobretudo àquelas perpetradas pela União Europeia, maior mercado externo chinês.

Pesquise mais

Rodada de Doha

Trata-se de negociação internacional que ocorre entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos na qual os últimos tentam reduzir os subsídios dos produtos agrícolas produzidos nos países desenvolvidos. Tal situação privilegiaria os produtos agrícolas dos países desenvolvidos, tornando o mercado injusto para os países em desenvolvimento, que possuem uma economia muito mais dependente da venda dos produtos agrícolas do que os países desenvolvidos.

Dessa forma, fica evidente a grande expressão e credibilidade que o estado chinês vem adquirindo ao longo dos anos, ganhando cada vez mais notoriedade junto às instituições e nações que compõem a ONU.

Reflita

China, maior economia do mundo?

O avanço e o progresso econômico produzido pelo Estado chinês nos últimos anos é algo que chama a atenção das principais economias do mundo. Com as alterações das bases e estruturas da governança global, sobretudo após crise de 2008, a China vem assumindo um papel cada vez mais de protagonismo nos assuntos globais. A economia chinesa apresenta números impressionantes com crescimentos exponenciais. Assim, fica a dúvida: estaríamos presenciando o surgimento de mais uma potência global? A China, como uma superpotência, faria frente aos países europeus e aos Estados Unidos ou seria uma espécie de parceiro econômico? O estado chinês tem a pretensão de se tornar essa superpotência econômica? E a população chinesa, se transformaria na mão de obra mais barata do mundo ou a qualificação da mesma seria possível em cenários futuros, evitando essa situação?

Os conflitos contemporâneos no Oriente Médio

Os eventos políticos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe, dizem respeito a uma série de atos, manifestações e protestos ocorridos no Oriente Médio e Norte da África iniciados no final do ano de 2010. Os principais eventos foram as revoluções ocorridas no Egito e Tunísia e as guerras civis na Síria e Líbia. Também houve protestos,

contudo com menor expressão, na Argélia, Iraque, Jordânia, Omã, Iêmen, Líbano, Kuait, Marrocos, entre outros, de forma que guardam similaridades com o movimento ucraniano EURO MAINDAN, no sentido de sua organização, através do intenso uso das redes sociais em suas articulações. Os eventos ocorreram, em sua grande maioria, na forma de passeatas, comícios e greves, que divulgados por meio da internet visavam conquistar o apoio da comunidade internacional, bem como dar maior visibilidade a seu movimento.

O evento que marca o início da Primavera Árabe ocorre na Tunísia quando o jovem Mohamed Bouazizi, em protesto contra as condições de vida de seu país, ateou fogo no próprio corpo. O fato levou à morte do jovem e ganhou gigantesca proporção, desencadeando uma série de protestos na Tunísia, culminando na destituição do presidente Zine el-Abdine Ben Ali, no poder desde 1987, que se exila na Arábia Saudita. O sucesso e repercussão dos protestos ocorridos na Tunísia desencadearam uma onda de eventos em diversos países no norte do continente africano. No Egito, após dezoitos dias seguidos de protestos contrários ao governo, houve a renúncia do presidente Hosni Mubarak, no início de 2011, encerrando trinta anos de governo. Na Líbia, Muammar Kadafi foi morto em uma rebelião interna. Os eventos e ações contrárias ao seu governo ditatorial estavam entre os mais violentos e sangrentos ocorridos na Primavera Árabe.

Os protestos e manifestações ocorridos na Síria, após o ano de 2010, merecem destaque, fruto de seus complexos desdobramentos. O conflito que se desenrola nesse território desde o ano de 2011 é considerado, por muitos pesquisadores, como uma guerra civil. A Síria é governada, desde a década de 1970, pela família al-Assad, liderada por Bashar al-Assad desde o ano de 2000, após falecimento de seu pai, então líder do governo. O governo de Bashar al-Assad foi alvo de críticas, de corrupção e acusações de perseguição política. Assim, em março de 2011, a cidade de Daraa (região sul da Síria) a luz dos eventos que compunham a Primavera Árabe, viveu protestos contrários ao governo. Em resposta, houve uma série de ações violentas por parte do governo que visavam pôr fim aos eventos. Contudo, tais ações violentas (legitimadas por Bashar), estimularam e desencadearam mais protestos e revoltas em outras localidades do território sírio.

Conforme se desenrolavam os protestos e manifestações, aumentavam as ações violentas por parte do governo. Dessa forma,

proporcionalmente ao aumento da violência estatal, há organização de movimentos de resistência. Muitos grupos acabam se transformando em milícias armadas que atacam o exército de Bashar al-Assad a fim de derrubar o governo e a família al-Assad como um todo.

A ONU busca trazer uma solução diplomática ao conflito, contudo, nenhum cessar fogo foi respeitado pelo governo de Bashar. A resistência tem como principal grupo o Exército Livre da Síria, considerado moderado e que conta com o apoio de grupos considerados mais extremistas como a frente Al-Nusra. A Organização das Nações Unidas também analisa denúncias de uso de armas químicas, por parte do governo de al-Assad, contudo a votação que viabilizaria uma intervenção militar vem sofrendo veto por parte da Rússia, no Conselho de Segurança da ONU, que possui interesses na manutenção do poder da família al-Assad.

A partir do ano de 2013, a resistência Síria, além do governo da família al-Assad, tem como inimigo o grupo islâmico extremista conhecido por Estado Islâmico. Aproveitando da instabilidade política da região, o grupo, que é um braço armado da Al Qaeda, recrutou diversos grupos rebeldes, sobretudo jihadistas sunitas, proclamando um Califado, em territórios da Síria e Iraque, em uma região que apresenta um elevado número de curdos, grupo perseguido pelo Estado Islâmico. Assim, em 2014, um grupo de rebeldes curdos se soma à luta e ao conflito sírio. Atualmente, ainda há conflito no norte da Síria, entre os movimentos de resistência e o Estado Islâmico.

Exemplificando

Unidade de Defesa de Mulheres (YPJ)

Após a ascensão do Estado Islâmico e a tomada de território ao norte da Síria, houve a formação de grupos de resistência na região. Nesse sentido, se destaca o movimento feminino curdo, que organiza uma frente armada contrária aos avanços e aos ideais do Estado Islâmico. Formado por mulheres, o Grupo YPJ é um braço da Unidade de Defesa do Povo – YPG. Possui como objetivo, além de combate ao Estado Islâmico, o combate à violência contra a mulher na região e destaca que a liberdade das mulheres e a equalização de direitos são princípios

básicos da liberdade e da democracia. Sendo assim, a revolução, para o YPJ, consiste tanto em consolidar um governo mais sensível às questões populares como desenraizar a cultura patriarcal na região.

Assimile

A luta por um novo cenário socioeconômico

Através do G20, da ascensão da economia chinesa e da constituição do BRICS será possível elaborar, daqui a um período de tempo, que ainda não se sabe qual será, um novo cenário econômico mundial, no qual os países em desenvolvimento terão maior influência sobre as decisões políticas e econômicas tomadas na escala global. Na construção desse possível novo cenário, a participação do Brasil é de grande importância, principalmente quando há uma certa estabilização econômica e controle da inflação, na primeira década dos anos 2000.

Sem medo de errar

A ideia central a ser defendida pelo futuro candidato deve focar na questão da empregabilidade. Isto quer dizer que a pauta de sua campanha deve ser o fato de que a instalação de uma cooperativa aumentará, sobremaneira, os postos de trabalho na cidade. Para tanto, deve trazer dados que possam embasar essa colocação e que comprovem seu discurso.

Assim, sugerimos a retomada dos exemplos das Rodadas de Doha que, ao protegerem os países com menor poder econômico e menor capacidade de resguardar seus mercados, conseguem fortalecer seus produtores e permitem acreditar num novo cenário econômico mundial. O mesmo pode ser feito nessa campanha na escala da cidade, inclusive com mais facilidade por ser uma escala mais simplificada de se administrar.

Ao longo dessa unidade, vimos uma intensa atuação da família Souza em defesa dos pequenos produtores, por isso a ideia é que essa candidatura partisse de algum de seus membros, que já defendeu políticas-econômicas contra a família Alcântara, cujos interesses representam grandes produtores. Também, espera-se que esse representante tenha experiência nesse sentido, além de apresentar credibilidade junto aos pequenos e médios produtores.

Faça valer a pena

1. Leia o texto a seguir:

> O documento prognosticava que os países dos BRICS (África do Sul não fazia parte) se firmariam entre as maiores economias do mundo em pouco tempo. Tais análises, na época, levaram os especialistas de diversas áreas, como economia e política, a indagarem de forma cética e perplexa sobre as grandes diferenças desses países: afinal, como países tão heterogêneos podem ter algo em comum? (OLIVEIRA, 2013, p. 23)

Com relação ao texto, marque a alternativa que possui a afirmativa correta com relação ao BRICS:

a) É o bloco econômico formado pelos países emergentes.
b) É a união aduaneira formada pelos países emergentes.
c) É uma zona de livre comércio entre os países emergentes.
d) É um mecanismo político dos países emergentes.
e) É um mecanismo político dos países subdesenvolvidos.

2. Leia o texto seguinte:

A China possuiu algumas particularidades em seu sistema econômico. Após a década de 1970, o país realiza uma série de medidas que visam modernizar diversos setores em sua economia. Todavia, tais alterações não se dão somente na esfera econômica, mas também na esfera política, produzindo significativas alterações nas estruturas do modo de produção chinês. Dessa forma, o modelo econômico chinês passa a ser chamado de _____

Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto:

a) Socialismo de mercado, pois guarda similaridades com o sistema capitalista e com o sistema socialista.
b) Capitalismo, uma vez que a China se insere por completo nesse modelo econômico, contando até com uma Bolsa de Valores.
c) Comunismo Financeiro, devido ao predomínio do modo político comunista, com ressalvas ao capital financeiro.
d) Capitalismo de Esquerda, uma vez que traz consigo características socialistas nas relações capitalistas.

e) Socialismo Financeiro, pois permite lucro somente em relações internacionais e de capital financeiro

3. Leia com atenção as frases a seguir:

I – O atual conflito que se desenrola na Síria é resultado direto das manifestações e protestos realizados durante a Primavera Árabe.
II – A partir do ano de 2013, além do conflito envolvendo a família al-Assad e grupos contrários ao governo, entra em cena um novo agente: o Estado Islâmico.
III – O Estado Islâmico tem como principal objetivo derrubar a família al-Assad do poder e criar um governo muçulmano na Síria.
IV – A ONU buscou soluções pacíficas sem obter êxito, assim, no ano de 2014 autoriza intervenção militar na região.
Marque a alternativa que indica quais afirmações estão corretas:

a) I e IV.
b) II e III.
c) I e III.
d) II e IV.
e) I e II.

Referências

ALMEIDA, P. R. de. **Relações internacionais e política externa do Brasil:** a diplomacia brasileira no contexto da globalização.Rio de Janeiro: LTC, 2012.

AQUINO, R. et al. **História das sociedades:** das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1978.

BERRINGER, T. A tese do imperialismo em questão. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 36, p. 115-127, 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie62merged_document_276.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

CAMINHO do Meio. [S.l].: Cine Group, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MEDEIROS, C. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/oJu5ym>. Acesso em: 29 ago. 2017.

O CONDOR. [S.l]: Taba Filmes Focus Filme, 2007.

OLIVEIRA, F. M. G. de. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

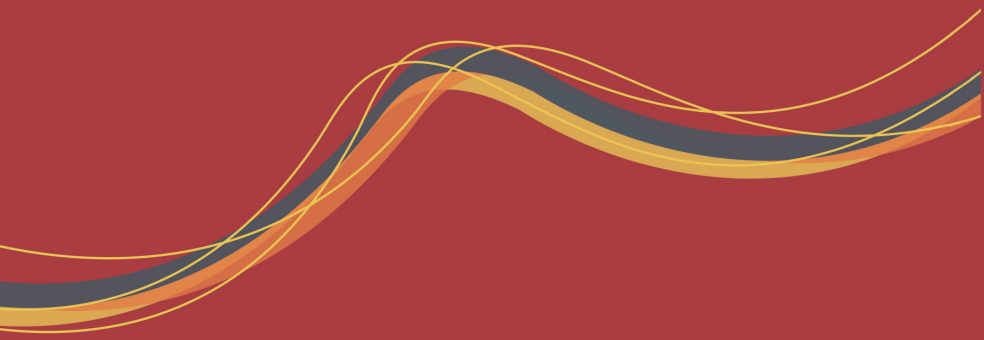
RAMOS, L. et al. A governança econômica global e os desafios do G20 pós-crise financeira: análise das posições dos Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. v. 55, n. 2, p. 10-27, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/358/35825039001/>. Acesso em: 29 ago. 2017.

ROCHE, A. A Primavera Árabe do mundo árabe-sunita: o Islã árabe-sunita entre o Wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 7, p. 3-15, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/G2uPAM>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SERRA da Desordem. [S.l.]: Extrema Produções Artísticas, 2006. P&B.

SILVA, L. T. **Política externa brasileira para o Mercosul**: interesses estratégicos e crise da integração regional. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006.

THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, T. (Orgs.). **Os BRICS na OMC**: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1361>. Acesso em: 29 ago. 2017.



ISBN 978-85-522-0259-2